



Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade - PPGCS

MARLI SOUZA SILVA MASCARENHAS

DECOLONIALIDADE E RESISTÊNCIA: LUTA DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA ARARA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2025

MARLI SOUZA SILVA MASCARENHAS

**DECOLONIALIDADE E RESISTÊNCIA: LUTA DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA ARARA NO EXTREMO SUL DA BAHIA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para obtenção do título de mestre(a) em Ciências e Sustentabilidade.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Débora Schmitt Kavalek

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2025



MARLI SOUZA SILVA MASCARENHAS

DECOLONIALIDADE E RESISTÊNCIA: A LUTA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ARARA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade da Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para obtenção do título de mestra em Ciências e Sustentabilidade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Schmitt Kavalek

Este trabalho foi submetido à avaliação e julgado aprovado em: 14/04/25.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA SCHMITT KVALEK**
Data: 14/04/2025 12:18:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Débora Schmitt Kavalek (UFSB-PPGCS)
Orientador/a e Presidente/a da banca

Documento assinado digitalmente
 **LIZIANE MARTINS**
Data: 16/04/2025 08:24:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Liziane Martins (UFSB e UNEB)
Membra externa do/ao PPGCS

Documento assinado digitalmente
 **GIVANILDO DA SILVA NERY**
Data: 22/04/2025 12:35:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Givanildo da Silva Nery (UFSB)
Membro externo do PPGCS

Documento assinado digitalmente
 **FRANKLIN NOEL DOS SANTOS**
Data: 22/04/2025 17:52:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Franklin Noel dos Santos (UFES)
Membro externo do PPGCS

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2025

Dedico este trabalho a minha família pela gratidão, incentivo e força em mais uma conquista da minha vida, principalmente ao meu esposo Mascarenhas e aos meus filhos Igor José/Nayara, Vinícius e Emanuelle. Também à comunidade Arara, que me permitiu conhecer sua rica história e as resistências que enfrentam nas contínuas lutas e vivências que fortalecem sua identidade e sua trajetória. Também deixo minha homenagem ao professor Fernando Souza Rios (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

Deus, agradeço a Deus pela sua graça e proteção ao longo desse percurso e pela realização desta pesquisa.

Agradeço também aos meus familiares que sempre me apoiaram em mais esta jornada acadêmica, não mediram esforços, por isso, hoje estou realizando mais essa etapa, sempre me incentivando e apoiando nos momentos mais difíceis neste processo pela busca do conhecimento.

À orientadora, Prf^a. Dr^a. Débora Schmitt Kavalek que aceitou orientar-me neste trabalho. Agradeço pela sua paciência, dedicação, sua presteza com várias sugestões para a realização desta pesquisa e principalmente por aceitar esse desafio. Obrigada por acreditar, pelos conselhos e escuta nos momentos mais difíceis deste percurso.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade – PPGCS UFSB Campus Paulo Freire em Teixeira de Freitas, representado pelos professores doutores João Batista Lopes da Silva e Guineverre Alvarez Machado de Melo Gomes, gratidão, dedicação, dinamismo e competência na gestão deste programa.

A todos os professores que nos acompanharam, com empenho, dinamismo e que contribuíram de forma significativa para o ensino e aprendizagem demonstrados ao longo desse percurso.

Agradeço aos moradores da Comunidade Quilombola Arara e aos moradores descendentes de escravizados em Teixeira de Freitas que sempre se dispuseram a colaborar com informações e dados, fontes fundamentais da memória e histórias de vida e as experiências da comunidade. E por compartilhar comigo parte de suas experiências e conhecimento, bem como pela disponibilidade e ter aceitado participar desta pesquisa.

Por fim, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Paulo Freire, por possibilitar essa oportunidade de ensino e aprendizagem para a investigação do conhecimento científico.

.

MASCARENHAS, Marli Souza Silva. **Decolonialidade e Resistência: Luta da Comunidade Quilombola Arara no Extremo Sul da Bahia**. Orientadora: Débora Schmitt Kavalek. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências e Sustentabilidade) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, 2025.

RESUMO

Nota-se que, na região do Extremo Sul da Bahia, a concepção colonial predominava principalmente em meados do século XIX e início do século XX. A construção desta história e memória encontra-se com equívocos e silêncios, apagando a contribuição e participação das famílias negras pioneiras na formação socioeconômica, cultural e ambiental do município de Teixeira de Freitas e região. Nesta pesquisa, pretende-se apresentar as intersecções entre decolonialidade e resistência no contexto quilombola, principalmente no que diz respeito às relações entre a Comunidade Quilombola Arara e a Fazenda Cascata. Esta discussão reflete a combinação da preservação dos recursos naturais com a afirmação da identidade cultural, evidenciando o papel decisivo da terra na manutenção dos saberes e práticas ancestrais. A resistência das comunidades quilombolas consiste em reivindicar e garantir sua identidade cultural, assim como seus direitos territoriais e socioambientais, um movimento de (de)descolonização no extremo sul da Bahia. O objetivo deste estudo é investigar como a Comunidade Quilombola Arara contribuiu no processo de formação socioeconômica do Extremo Sul da Bahia e como essas experiências resistiram às estruturas coloniais de poder e exploração. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e se baseia em uma pesquisa explicativa, utilizando a Roda de Conversa como ferramenta, além de agrupar diversas técnicas, como entrevistas, observação participante e análise de documentos oficiais relacionados ao tema. Entende-se que os depoimentos dos moradores da Comunidade Quilombola Arara se apresentam como uma ferramenta determinante para a preservação da história e cultura quilombola, em resposta ao apagamento a que foram submetidos durante a história do desenvolvimento de Teixeira de Freitas e região. Essas conversas não apenas registram as narrativas de vida e conhecimentos antigos, como também são fundamentais para o reconhecimento oficial da comunidade, garantindo seus direitos territoriais e acesso a políticas públicas. Os resultados alcançados não só confirmam a relevância das rodas de conversa na pesquisa qualitativa, como também instigam perspectivas dominantes sobre aprimoramento, propondo um modelo que equilibre resistência cultural, justiça social e sustentabilidade na região Extremo Sul da Bahia. Concluiu que os dados mostram contribuições teóricas e práticas, apontando para o reconhecimento dessas comunidades como sujeitos históricos e atores sociais e ambientais, fundamentais para políticas públicas inclusivas. As narrativas coletivas apontam a necessidade de integrar conhecimentos tradicionais em projetos de desenvolvimento regional, assegurando a preservação do patrimônio imaterial e natural.

Palavras-chave: Fazenda Cascata; Relações Socioambientais; Teixeira de Freitas; Saberes Tradicionais; Ancestralidade.

MASCARENHAS, Marli Souza Silva. **Decoloniality and Resistance: Struggle of the Arara Quilombola Community in the Far South of Bahia.** Advisor: Débora Schmitt Kavalec. 2025. Dissertation (Master's in Science & Sustainability) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, 2025.

ABSTRACT

It can be seen that, in the Far South of Bahia, the colonial concept predominated mainly in the mid-19th and early 20th centuries. The construction of this history and memory is marred by misunderstandings and silences, erasing the contribution and participation of pioneering black families in the socio-economic, cultural and environmental formation of the municipality of Teixeira de Freitas and the region. This research aims to present the intersections between decoloniality and resistance in the quilombola context, especially with regard to the relationship between the Arara Quilombola Community and Fazenda Cascata. This discussion reflects the combination of the preservation of natural resources with the affirmation of cultural identity, highlighting the decisive role of land in maintaining ancestral knowledge and practices. The resistance of quilombola communities consists of claiming and guaranteeing their cultural identity, as well as their territorial and socio-environmental rights, a movement of (de)decolonization in the far south of Bahia. The aim of this study is to investigate how the Arara Quilombola Community contributed to the socio-economic formation process of the Far South of Bahia and how these experiences resisted colonial structures of power and exploitation. The methodology adopted is qualitative in nature and is based on explanatory research, using the conversation circle as a tool, in addition to combining various techniques, such as questionnaires with open questions, participant observation and analysis of official documents related to the topic. It is understood that the testimonies of the residents of the Arara Quilombola Community are a decisive tool for the preservation of quilombola history and culture, in response to the erasure to which they were subjected during the history of the development of Teixeira de Freitas and the region. These conversations not only record the narratives of life and ancestral knowledge, but are also fundamental for the official recognition of the community, guaranteeing their territorial rights and access to public policies. The results achieved not only confirm the relevance of the rodas de conversa in qualitative research, but also instigate dominant perspectives on improvement, proposing a model that balances cultural resistance, social justice and sustainability in the Far South region of Bahia. She concluded that the data shows theoretical and practical contributions, pointing to the recognition of these communities as historical subjects and social and environmental actors, fundamental for inclusive public policies. The collective narratives point to the need to integrate traditional knowledge into regional development projects, ensuring the preservation of intangible and natural heritage.

Keywords: Cascata Farm; Socio-environmental Relations; Teixeira de Freitas; Traditional Knowledge; Ancestry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sobrado de meados do séc. XIX, sede do Museu Quincas Neto.....	33
Figura 2 - Casa de Farinha com Pilões de Café de meados do séc. XIX	34
Figura 2 e Figura 3 - Localização da Fazenda Cascata no município de Teixeira de Freitas...	62
Figura 4 e Figura 5 - Família Muniz de Almeida – Árvore Genealógica.....	63
Figura 6 - Entrada da Comunidade Quilombola Arara.....	66
Figura 7 e Figura 8 - Memorial Legislativo da Câmara Municipal de Teixeira de Freitas.....	68
Figura 9 – Biblioteca Municipal de Teixeira de Freitas.....	69
Figura 1a – Mapas da cidade de Teixeira de Freitas-BA.....	79
Figura 1b – Mapa da cidade de Teixeira de Freitas – BA.....	79
Figura 2a – Mapa da Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas, BA.....	83
Figura 2b - Mapa da Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas, BA.....	83
Figura 2c – Mapa da Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas, BA.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ESB	Extremo Sul da Bahia
FC	Fazenda Cascata
BA	Bahia
CEMAS	Centro Educacional Machado de Assis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CAPES	Conselho Aperfeiçoamento em Pesquisa de Extensão Social
CONAQ	Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
PPGCS	Programa de Pós-graduação em Ciências e Sustentabilidade
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IPHAN	Instituto Patrimonial Artístico Nacional
IBAMA	Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
MMA	Ministério do Meio Ambiente e da Água
OIT	Organização Internacional do Trabalho
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Teixeira de Freitas

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos Participantes da pesquisa - Perfil Sociodemográfico.....	46
Quadro 2 – Roteiro para as entrevistas nas Rodas de Conversa, direcionadas às primeiras famílias descendentes de quilombolas e moradores da Comunidade arara e Teixeira de Freitas.....	49-50
Quadro 3 – Passos para uma Análise de Categorias de Laurence Bardin (2011) com ênfase na interpretação e inferências dos resultados.....	78
Quadro 4 – Exemplo prático para análise de categorização – Bardin (2011)	93
Quadro 5– Categorias de análise das narrativas dos entrevistados.....	105
Quadro 6 - Categorias de análise das narrativas dos entrevistados.....	111
Quadro 7 – Passos para a análise interpretativa e as inferências nas narrativas.....	108
Quadro 8 – Análises interpretativas e Inferências nas Narrativas.....	109
Quadro 9 - Síntese dos capítulos da Dissertação.....	

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA	15
2 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	18
3 OBJETIVO GERAL	21
3.1. Objetivos Específicos	21
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
4.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA.....	22
4.2 A Trajetória Social, Cultural e Política das Comunidades Quilombolas do Extremo Sul da Bahia.....	26
4.3 A Identidade das Comunidades Quilombolas no Extremo Sul da Bahia	30
4.3.1. Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas (BA)	31
4.3.2. Fazenda Cascata: sítio histórico em Teixeira de Freitas (BA)	34
4.4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: RESISTÊNCIA E DECOLONIALIDADE	37
4.5. HISTÓRIA AMBIENTAL E AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	42
5 MATERIAIS E MÉTODOS	46
5.1. A PESQUISA	46
5.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	47
5.3 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	48
5.4 ANÁLISE DOS DADOS	51
CAPÍTULO I.....	54
VOZES SILENCIADAS, HISTÓRIAS RECONSTRUÍDAS: AS FAMÍLIAS NEGRAS PIONEIRAS E A LUTA PELA MEMÓRIA NO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	55
INTRODUÇÃO.....	55
CONCEITO DE DECOLONIALIDADE	57

LUGARES DE MEMÓRIA	59
FAZENDA CASCATA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA.....	61
FAZENDA CASCATA: UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO COLONIAL	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	71
CAPÍTULO II	74
VIVÊNCIAS, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ARARA EM TEIXEIRA DE FREITAS.....	75
1. INTRODUÇÃO.....	75
2. METODOLOGIA.....	76
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	79
3.1 Breve descrição do contexto histórico e geográfico do Extremo Sul da Bahia e de Teixeira de Freitas.....	79
4. RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL	85
4. 1 As primeiras famílias descendentes de quilombolas no Extremo Sul da Bahia	86
5. RESULTADOS E ANÁLISES	91
5.1 VIVÊNCIAS, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ARARA EM TEIXEIRA DE FREITAS	91
5.2 Análise das narrativas	94
5.2.1 Descrição das Rodas de Conversas	95
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
SITE.....	115
7 DISCUSSÕES GERAIS.....	116
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
SITE:.....	125

APÊNDICES	126
APÊNDICE A – Parecer consubstanciado sobre o projeto, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Sul da Bahia.....	126
ANEXOS.....	127
ANEXO A- TERMO DE ANUÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	127
ANEXO B-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	128
ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO NAS RODAS DE CONVERSAS	131

1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA

Chegar à universidade foi uma escolha e dedicação de minha parte, como também incentivo e apoio de muitas pessoas de minha convivência, como a minha família, colegas e parentes. Durante minha vida profissional, busquei me aperfeiçoar, pois penso que o conhecimento é essencial em nossa vida.

Neste sentido, a elaboração desta dissertação representa um marco significativo em minha trajetória acadêmica e profissional. O tema escolhido, “Decolonialidade e Resistência: Luta da Comunidade Quilombola Arara no Extremo Sul da Bahia”, reflete meu interesse pelo tema “Comunidades Quilombolas”, pela área Ciências e Sustentabilidade e destacar minha vontade de contribuir para o avanço do conhecimento nessa área. Ao longo deste trabalho, me dediquei sobre Comunidades Quilombolas, utilizando a pesquisa investigativa com a abordagem qualitativa. Os resultados obtidos oferecem novas perspectivas sobre a relação com as questões ambientais e as percepções dos participantes descendentes de quilombolas e sua contribuição para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região. Agradeço a todos que me apoiaram nessa jornada e espero que este estudo seja útil para a comunidade acadêmica, mas também para a sociedade em geral.

Em 2022/23, ingressei no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Artes e suas Tecnologias na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). No ano seguinte, durante as atividades acadêmicas, deparei-me com um edital de seleção para o Mestrado em Ciências e Sustentabilidade afixado nos corredores da universidade. Na mesma disciplina em que estava matriculada, conheci um estudante que atuava como estagiário do programa de mestrado. Ao questioná-lo sobre os procedimentos de inscrição, recebi orientações detalhadas, o que me motivou a conferir o edital e formalizar minha candidatura. Após o processo seletivo, fui aprovada com êxito. Assim, em maio/2023, iniciei oficialmente o Mestrado em Ciências e Sustentabilidade, experiência que tenho desenvolvido com grande entusiasmo e dedicação.

Como defende o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1993, p. 27), vivenciamos as experiências e passamos por elas “para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver. Todos os dias misturamos a vida com a educação”. Essa perspectiva ressalta que processos educativos informais, como os que ocorrem em comunidades, são indispensáveis quanto a educação formal.

Por que escolhi esse tema de pesquisa?

A escolha do tema surgiu quando iniciei a Licenciatura Interdisciplinar em Artes e suas Tecnologias, na Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Paulo Freire, em Teixeira de Freitas. Ao realizar leituras, pesquisas e cursar alguns Componentes Curriculares envolvendo a temática afrodescendente e sua história regional e local, bem como por afinidade com as questões afrodescendentes, interessei-me pelo tema, como também pelo encanto sobre as histórias de vida das pessoas, as memórias e testemunhos destas que, no passado, construíram e contribuíram para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região. Mas antes mesmo de cursar esses componentes, já tinha uma afinidade por esse tema, porque na minha segunda graduação, em Licenciatura em História, já me envolvi e tinha essa intimidade com o tema.

Inicialmente, ao fazer a inscrição no Mestrado em Ciências e Sustentabilidade, minha pesquisa era voltada para a linha de pesquisa de recursos agrossilvopastoris, mas, conforme proposta sugerida, mudei a temática para “As relações socioeconômicas e ambientais no extremo sul da Bahia”, com o objeto de estudo voltado para “A Fazenda Cascata e suas interconexões para o desenvolvimento do extremo sul da Bahia”. Porém, durante o percurso da pesquisa, com alguns desencontros, a proposta foi novamente modificada, ampliando o objeto de estudo para abranger a Comunidade Quilombola Arara, pautando em discussões sobre “intersecções entre decolonialidade, construções identitárias, território e resistência: as narrativas das famílias negras na construção da história e nas relações socioambientais no extremo sul da Bahia”, firmando, dessa forma, com minha orientadora, que também contribuiu para esta mudança final.

Com essa nova perspectiva, reativou-me a percepção e memória da minha vivência durante a infância e adolescência sobre as relações com a natureza e sua importância para a vida dos seres humanos e todos que nela habitam, por desempenhar o papel de construtores benéficos ao ambiente em si.

Outro ponto importante é o contato com os sujeitos da pesquisa, em que estou tendo a oportunidade de experienciar tais realidades, principalmente as vividas pela Comunidade Quilombola Arara, no município de Teixeira de Freitas (BA). A comunidade é ainda pouco conhecida pela sua importância e contribuição para o desenvolvimento econômico e social da região, bem como sua relação com o histórico da Fazenda Cascata em relação às atividades exercidas, principalmente pelas pessoas mais antigas da comunidade. Nesse sentido, tem

também como justificativa a ser considerada sua relação com as questões ambientais e as percepções dos moradores

O tema é relevante, pois revela lacunas como a luta por igualdade de direitos territoriais e ambientais, a regularização fundiária de suas terras e a preservação cultural e identitária apontadas pela literatura, além de revisitar as experiências vividas pelos participantes da pesquisa na Comunidade Quilombola Arara e por alguns moradores de Teixeira de Freitas, descendentes das primeiras famílias que se estabeleceram na região do Extremo Sul da Bahia, em meados do século XIX, marcando o início do desenvolvimento econômico e social local.

Enfim, gosto muito de buscar o conhecimento, estar em contato com outras pessoas, trocar experiências, como também me sentir útil e ajudar de acordo com as minhas possibilidades.

2 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Nesta dissertação pretende-se apresentar as intersecções entre decolonialidade e resistência no contexto quilombola, principalmente no que diz respeito às relações entre a Comunidade Quilombola Arara e a Fazenda Cascata, no processo de formação identitária e das relações socioambientais no Extremo Sul da Bahia. Essa luta reflete a interseção entre a preservação dos recursos naturais e a afirmação da identidade cultural, destacando a importância da terra para a conservação dos conhecimentos e práticas ancestrais.

A partir da descrição e da narrativa para voltar-se à análise e a explicação, propõe-se uma relação da consciência do ser humano em relação ao passado, pontuando, assim, as transformações e permanências dessas relações ser humano-natureza.

No presente estudo, a Comunidade Quilombola Arara e a Fazenda Cascata são vistas como lugares de memória, que salvaguardam a memória de um coletivo através de lembranças e de fontes documentais, como o sítio histórico da Fazenda Cascata. Segundo Nora (1993, p. 25) “a memória perdura-se em lugares, como a história em acontecimentos”.

A metodologia envolve a análise qualitativa, mediante a pesquisa explicativa, fundamentada na Roda de Conversa, envolvendo uma variedade de técnicas, como, por exemplo, entrevistas com perguntas abertas, observação participante e análise de alguns documentos oficiais e a realização de conversas com membros descendentes de famílias pioneiras e com moradores descendentes da Comunidade Quilombola Arara, a respeito do contexto do desenvolvimento econômico, social, cultural, político e ambiental da região Extremo Sul da Bahia, principalmente do município de Teixeira de Freitas.

A fundamentação teórica deste estudo se baseia em uma ampla gama de obras significativas. Leff (2015) contribui com percepções sobre questões ambientais e sustentabilidade, enquanto transformações da terra para uma perspectiva agroecológica na história; Donald Worster (2003) oferece uma perspectiva valiosa sobre a história ambiental. Pierre Nora, em “Entre Memória e História: A problemática dos lugares” (1993), aborda a interseção entre memória e história. Quijano (2005) discute a colonialidade do saber e Veiga (2010) oferece entendimento sobre sustentabilidade. Bardin (2011) contribui com sua metodologia de Análise de Conteúdo. Essas obras fundamentais, com outras fontes complementares, fornecem uma base sólida para a pesquisa em questão.

Como hipótese para esse estudo, entende-se que os depoimentos dos moradores da Comunidade Quilombola Arara e descendentes das primeiras famílias do município de Teixeira

de Freitas na Bahia, se apresentam como uma ferramenta determinante para a preservação da história e cultura quilombola, em resposta ao silenciamento a que foram submetidos durante a história do desenvolvimento de Teixeira de Freitas e região. Essas conversas não apenas registram as narrativas de vida e conhecimentos antigos, como também são fundamentais para o reconhecimento oficial da comunidade, garantindo seus direitos territoriais e acesso a políticas públicas. Esta dissertação está estruturada em capítulos que abordam diferentes aspectos da pesquisa. A Introdução apresenta o referencial teórico e justifica o objetivo principal da pesquisa, seguido pelo Objetivo Geral. Os Materiais e Métodos e a Fundamentação Teórica são detalhados nos dois capítulos iniciais. O problema de pesquisa é: “Como as intersecções entre decolonialidade e resistência influenciam no processo de formação identitária e as relações socioambientais entre a Comunidade Arara e a Fazenda Cascata no Extremo Sul da Bahia?”.

Os principais marcos teóricos utilizados no percurso da pesquisa, a respeito das discussões decoloniais na América Latina, foram: Aníbal Quijano, Catherine Wash, Nelson Maldonado Torres e Walter Mignolo, Enrique Dussel, entre outros. Sobre a teoria de resistência, apoiou-se em autores como Fábio Gomes e Sueli Carneiro. E, para as discussões sobre as relações socioambientais, foram consultados teóricos como Enrique Leff, José Augusto Pádua, Donald Worster, entre outros.

Já a Metodologia, os Resultados e as Discussões são desenvolvidos ao longo de dois artigos científicos: o primeiro já publicado e o outro em preparação para submissão. Após a apresentação dos artigos, uma Discussão Geral interage com as conclusões. As Referências Bibliográficas citadas na Introdução, nos Materiais e Métodos, na Fundamentação Teórica e na Discussão Geral estão compiladas no final da dissertação.

No primeiro capítulo, num olhar decolonial, apresenta-se uma abordagem voltada à análise exploratória e revisão de literatura com o título: “Vozes Silenciadas, Histórias Reconstruídas: As Famílias Negras Pioneiras e a Luta pela Memória no Extremo Sul da Bahia”, abordando a importância e a participação das primeiras famílias negras na formação socioeconômica, cultural e ambiental no Extremo Sul da Bahia, com destaque para a cidade de Teixeira de Freitas, onde está localizada a Fazenda Cascata.

O segundo capítulo detalha a discussão teórica sobre o tema “Vivências, Memórias e Narrativas da Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas”. Neste artigo, procura-se analisar os áudios gravados e transcritos por temas a partir de categorias, conforme Bardin (2011).

Assim, cada capítulo foi cuidadosamente construído em forma de artigos. Os mesmos contribuíram para o desenvolvimento e a conclusão da pesquisa, proporcionando uma compreensão integral do tema investigado. Em seguida, haverá uma Discussão Geral, fazendo correlação entre os artigos apresentados e suas conclusões.

3 OBJETIVO GERAL

Investigar como a Comunidade Quilombola Arara contribuiu no processo de formação socioeconômica do Extremo Sul da Bahia e como essas experiências resistiram às estruturas coloniais de poder e exploração.

3.1. Objetivos Específicos

Identificar as relações entre a história das famílias na Comunidade Quilombola Arara na Fazenda Cascata para a formação da identidade do Extremo Sul da Bahia;

Analisar as narrativas das primeiras famílias e como as mesmas contribuíram nas relações socioambientais, no Extremo Sul da Bahia, especificamente em Teixeira de Freitas.

Avaliar as estratégias econômicas e socioculturais desenvolvidas pela Comunidade Quilombola Arara ao longo do tempo e sua influência na economia local do Extremo Sul da Bahia.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Fundamentação teórica é composta por investigações acerca das comunidades quilombolas no Brasil e resistências dessas comunidades. Breves elucidações sobre quilombo, estudos voltados às comunidades quilombolas no Extremo Sul da Bahia, destacando também os principais marcos, como, por exemplo, a Constituição Federal de 1988, o decreto de 4.887 de 2003 e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), bem como os teóricos que estudam sobre o tema em questão.

Num segundo momento, serão abordados estudos sobre a temática no contexto das comunidades quilombolas no Extremo Sul da Bahia, sob o olhar dos pesquisadores, em especial a Comunidade Quilombola Arara. Por fim, serão apresentadas intersecções entre decolonialidade e resistência, no contexto quilombola, revelando tanto os desafios enfrentados, quanto as conquistas alcançadas por essas comunidades historicamente marginalizadas.

4.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA

Comunidades tradicionais são grupos sociais que possuem uma relação histórica, direta e contínua com seu território, baseada em modos de vida, costumes, saberes e práticas antepassadas de uso dos recursos naturais, que os diferenciam de outras partes da sociedade. Esses grupos são oficialmente reconhecidos pelo governo brasileiro como titulares de direitos particulares, como a preservação de seus territórios e o apoio às suas tradições e estruturas sociais (Brasil, 2024).

Dentre as principais legislações para o estudo e a compreensão das comunidades tradicionais no Brasil, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, e leis específicas como a Lei de Terras de 1997, que trata da regularização fundiária e dos assentamentos das populações tradicionais. Além disso, o Ministério do Meio Ambiente e da Água (MMA) e o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) são órgãos governamentais que têm papel fundamental na implementação de políticas públicas e na proteção dos direitos dessas comunidades.

A definição de Povos e Comunidades Tradicionais, segundo o artigo 3 do Decreto n. 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007).

O decreto enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar os Povos e Comunidades Tradicionais, não apenas como grupos culturais distintos, mas também como sociedade, essenciais na gestão sustentável dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade. A proteção de seus direitos, territórios e conhecimentos tradicionais é fundamental para a conservação da diversidade cultural e para a promoção de um desenvolvimento equilibrado e equitativo.

Neste estudo, a abordagem é sobre “as comunidades quilombolas que são grupos étnico-raciais, predominantemente formados por descendentes de africanos escravizados, que mantêm vínculos históricos e culturais com seus antepassados e com o território que ocupam” (Brasil, 1990).

No Brasil, a definição legal de comunidade quilombola está estabelecida no Decreto nº 4.887/2003, que reconhece essas comunidades como remanescentes de quilombos, garantindo-lhes o direito à terra e à preservação de sua identidade cultural. Caracterizam-se por uma organização comunitária solidária, práticas agrícolas tradicionais, manifestações culturais como danças, músicas e culinária típicas, além de uma forte ligação com a natureza e o meio ambiente.

No entanto, a preservação das tradições e modos de vida das comunidades quilombolas é imprescindível, não apenas para a manutenção de sua identidade cultural, como também para a promoção da diversidade, da justiça social e para a preservação da biodiversidade brasileira e do seu entorno.

A legislação brasileira relacionada às comunidades quilombolas é balizada em diversos instrumentos jurídicos que visam garantir seus direitos e sua proteção. A Constituição Federal de 1988 reconhece a necessidade de proteção e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, assegurando-lhes o direito ao território e à preservação de sua cultura.

Para esta pesquisa, busca-se também apoio, a partir da ampliação de leituras sobre a temática de comunidades quilombolas pelo ponto de vista da Constituição Federal de 1988, o marco maior que constitui o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no Art. 68, que se refere “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é

reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Brasil, 1988, p. 160).

Outro marco legal e importante é o Decreto nº 4.887/2003 que, por sua parte, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Além disso, no art. 2º

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Decreto-Lei, 4.887, 2003).

No entanto, as normas jurídicas fornecem bases legais, mas sua implementação exige a atuação política de entidades como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) foi fundada em 12 de maio de 1996, durante a avaliação do 1º Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais.

A CONAQ representa um marco importante na garantia de políticas para as comunidades quilombolas, viabilizando a consolidação dessas políticas a partir das memórias das lideranças locais. Sua atuação é voltada para a defesa dos direitos quilombolas. Esses instrumentos legais são fundamentais para a promoção da justiça social, da igualdade racial e para a preservação da identidade e dos direitos das comunidades quilombolas (CONAQ, 1996).

Sobre os quilombos no Brasil, os primeiros registros são do final do século XVI e início do século XVII, em que Nascimento, (2006, p. 43) define como “toda habitação de negros fugidos que passe de cinco, em parte despovoados nem se achem pilões nele”. Ainda, de acordo com Nascimento (2006, p. 43) “dos primeiros quilombos brasileiros, no século XVII, se duvidar Palmares se sobressai sem dúvida”.

No livro *Uma história do negro no Brasil*, de autoria Wlamyra Ribeiro de Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006), dentre outros temas é destacado o processo de escravidão e o início dos quilombos no século XIX em vários lugares do Brasil. Os autores chamam atenção para o fato da resistência dos negros à escravidão e as lutas por liberdade e, ao abordar sobre quilombos, faz ressalvas de que não eram somente formados por escravos, negros em fugas, mas também por negros libertos, indígenas e brancos que tinham problemas com a justiça (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 120).

Um exemplo de quilombo com essas características é descrito por Albuquerque e Filho (2006):

Palmares foi uma comunidade quilombola que, no século XVII, ocupava a Serra da Barriga. Essa região se estendia do rio São Francisco, em Alagoas, até as vizinhanças do cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Tratava-se de um terreno acidentado e de difícil acesso, coberto de espessa mata tropical que incluía a pindoba, um tipo de palmeira, daí o nome Palmares. Se a vegetação dificultava o deslocamento dos caçadores de escravos fugidos, chamados capitães-do-mato ou capitães-de-assalto, e a abundância de árvores frutíferas, caça, pesca e água potável facilitava a sobrevivência dos quilombolas, também exigia dos moradores habilidade para enfrentar os perigos e as dificuldades da vida na floresta. O mesmo ecossistema que os protegia também os ameaçava (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 120).

Outro exemplo citado pelos autores foi o Quilombo de Oitizeiro, descoberto no começo do século XIX, no sul da Bahia, em Barra do Rio de Contas, onde viviam escravos e gente livre. De acordo com os autores, o Quilombo Oitizeiro

Tratava-se de um quilombo agrícola, protegido por grande manguezal, cuja principal atividade era a produção de farinha de mandioca. Tendo como esconderijo os sítios de uma pequena vila de lavradores, os quilombolas trabalhavam nas roças de mandioca lado a lado com pessoas livres e libertas, seus coiteiros. Coiteiro era como se denominava quem induzia escravos a fuga, os abrigava e fazia negócios com eles ou os tinha em seu serviço (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p.130).

Enfim, os quilombos foram a forma mais típica de resistência escrava coletiva. Em várias regiões do Brasil ainda podem ser localizadas comunidades remanescentes de quilombos. Só a partir de 1995, quando ocorreu o primeiro encontro dessas comunidades, o governo brasileiro passou a identificá-las e iniciar a legalização da posse das terras ocupadas pelos descendentes dos quilombolas (Albuquerque; Fraga Filho, 2006. p. 134).

Durante todo processo de colonização, os quilombos eram vistos como rebeliões de escravos que fugiam das senzalas. Mas esse conceito passa por uma construção teórica recente e vem sendo elaborado desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que o artigo 68 e o parágrafo 5º do artigo 216 vêm sendo sobreposto, e, mais recente, o decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

Do ponto de vista de Gomes (2021),

O quilombo é uma das narrativas que tem sido silenciadas. Diversamente do que se narra, o quilombo não sucumbiu nesses mais de 400 anos de violência racial. Trata-se de um movimento político de luta por direitos, uma experiência que reivindica com radicalidade as noções de liberdade, igualdade e propriedade. Esses são práticas da

autonomia da população negra, portanto, não 'é submissa, mas sujeita constitucional (Gomes, 2021, p. 152).

O autor aborda ainda a resistência e a relevância dos quilombos na história da população negra no Brasil. Ao afirmar que “o quilombo não sucumbiu nesses mais de 400 anos de violência racial” e destaca a resiliência e a persistência dessas comunidades em meio a um contexto histórico de opressão e discriminação.

E ainda, conforme o autor, o quilombo é descrito não apenas como um refúgio para os escravizados fugitivos, mas como “um movimento político de luta por direitos”, o que realça sua natureza de resistência e reivindicação de direitos fundamentais como a liberdade, a igualdade e a propriedade. Isso levanta a narrativa comum que, muitas vezes, minimiza ou desconhece o trato e a luta política dos povos quilombolas.

Já do ponto de vista de Moreira, Marta e Fraga (2021, p. 242), no entanto, os quilombos no Brasil emergiram como um símbolo significativo de resistência dos trabalhadores negros contra o comando da escravidão e o domínio colonial, disseminando-se por todo o país. Eles representavam uma rejeição ao regime escravista e um esforço para reafirmar a liberdade, liderado por aqueles que estavam acorrentados pela escravidão.

Ao mencionar sobre as “práticas da autonomia da população negra”, Gomes (2021, p. 148) enfatiza a capacidade dessas comunidades em criar e manter suas próprias estruturas sociais, econômicas e culturais, desafiando assim a narrativa de submissão e vitimização. Ao invés disso, os quilombos são apresentados como espaços de sujeitos ativos e constitucionais, reforçando a ideia de que a população negra tem sido uma força motriz na luta por direitos e reconhecimento no Brasil.

Portanto, o autor traz relevante discussão sobre a identidade e a história das comunidades quilombolas, como a Comunidade Quilombola Arara, em Teixeira de Freitas, pois contextualiza suas lutas e conquistas dentro de uma narrativa mais ampla de resistência e autonomia. Além disso, a autora contribui para a desconstrução de estereótipos e para o fortalecimento da identidade cultural e política dessas comunidades.

4.2 A Trajetória Social, Cultural e Política das Comunidades Quilombolas do Extremo Sul da Bahia

Inicialmente, na presente seção, objetiva-se esclarecer conceitos acerca da trajetória social, cultural, histórica e de luta política das comunidades quilombolas no Extremo Sul da Bahia.

O Extremo Sul da Bahia é uma região rica em história e cultura, onde os povos tradicionais (em específico as comunidades quilombolas) têm um papel fundamental na preservação da identidade e na preservação do meio ambiente. Essas comunidades, originadas de escravos que almejavam liberdade e independência, desenvolveram uma conexão intensa com o meio ambiente e uma notável resistência perante os desafios históricos e atuais. A trajetória social, cultural, histórica e política dessas comunidades consiste em um exemplo vivo da resistência e da procura por justiça social e reconhecimento.

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, as comunidades quilombolas apresentam um processo crescente de mobilização e organização, cuja pauta é a busca pela efetivação dos seus direitos, com ênfase para o direito à terra (CONAQ, 2021).

A história e formação das comunidades quilombolas na região tem suas raízes na escravidão, desde os séculos XVI e XVII, com a fuga de escravizados dos engenhos e fazendas durante o período colonial. Esse período deixou marcas significativas cujas repercussões ainda são evidentes na contemporaneidade.

A escravidão mercantil africana do período moderno é um sistema que se enraizou cruelmente na história brasileira, e que guarda marcas profundas no nosso cotidiano. O país não só foi o último a abolir essa forma perversa de mão de obra nas Américas, como aquele que mais recebeu africanos saídos de seu continente de maneira compulsória, além de ter contado com escravos em todo o território. Com as primeiras levadas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862, estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil (Schwarcz; Gomes, 2018, p.18).

Os autores apontam que a escravidão mercantil africana não significa apenas um capítulo da história brasileira, mas um elemento principal que continua a moldar as interações sociais e as estruturas de poder no Brasil. A compreensão desse passado é fundamental para o enfrentamento das desigualdades atuais e para a promoção de um futuro que reconheça e valorize a diversidade e a inclusão, essenciais para que a sociedade brasileira possa avançar em direção a uma reparação histórica e social que considere as dores e as lutas de um povo que foi severamente afetado por essa prática.

Ao abordar a trajetória social das comunidades quilombolas, Santos (2015) destaca uma estrutura familiar e comunitária sólida, na qual a solidariedade e a cooperação são valores essenciais. A organização familiar é fundamentada em laços de parentesco e afinidade, que se estendem a toda a comunidade. A divisão do trabalho é organizada por gênero e idade, com

tarefas específicas atribuídas a homens, mulheres e crianças, garantindo a eficiência e a sustentabilidade das atividades comunitárias.

As práticas culturais das comunidades quilombolas representam uma manifestação atuante da resistência e da preservação da identidade cultural de origem africana. Saberes tradicionais, como a agricultura voltada para subsistência, a medicina natural e a utilização consciente dos recursos naturais, são repassadas de geração em geração, assegurando a continuidade dessa cultura e a adaptação ao contexto local.

A trajetória política das comunidades quilombolas é uma continuidade de sua resistência histórica. As principais reivindicações dessa luta incluem a garantia de direitos territoriais, a preservação da cultura e a participação ativa na política local e nacional. A formação de movimentos sociais e organizações representativas tem sido essencial para a conquista de direitos e o reconhecimento da importância dessas comunidades na sociedade brasileira. A influência das comunidades quilombolas nas políticas públicas e na legislação reflete sua capacidade de mobilização e resistência.

Conforme Santos (2015), a história de luta e resistência das comunidades quilombolas é marcada por uma série de eventos e movimentos que buscam a afirmação da identidade cultural e a defesa dos direitos territoriais. Desde a formação dos primeiros quilombos até os dias atuais, essas comunidades enfrentaram diversas adversidades, como a perseguição por parte de senhores de escravos, a disputa territorial com fazendeiros e a negligência por parte do Estado. A resistência dessas comunidades é um exemplo de como a cultura e a identidade podem ser preservadas e fortalecidas através da luta coletiva.

Por conseguinte, a trajetória social de organização cultural, histórica e de luta política dos povos tradicionais do Extremo Sul da Bahia, especialmente as comunidades quilombolas, é um testemunho vivo da resistência e da busca por justiça e reconhecimento. A história dessas comunidades é marcada por uma série de eventos e movimentos que buscam a afirmação da identidade cultural e a defesa dos direitos territoriais.

A resistência dessas comunidades é um exemplo de como a cultura e a identidade podem ser preservadas e fortalecidas através da luta coletiva. A influência dessas comunidades em políticas públicas e legislação é um testemunho da sua capacidade de mobilização e resistência. É reconhecer a contribuição desses povos para a sociedade brasileira e para a preservação da diversidade cultural e ambiental do país.

Abreu (2010, p. 4) destaca que as comunidades quilombolas no Extremo Sul da Bahia surgiram no final do século XIX. Com a abolição da escravatura, uma parte dos negros já se

encontrava aquilombada e continuou na resistência. Outra parte, composta por aqueles que foram alforriados pela Lei Áurea, uniu-se aos demais, contribuindo para a formação de novas comunidades. O autor ressalta que as comunidades quilombolas têm seus surgimentos nos espaços como de resistência, solidariedade e preservação cultural.

A concepção dessas comunidades, por sua vez, representa um reflexo da incessante busca por liberdade e dignidade. Sua relevância persiste, atualmente, na batalha por reconhecimento e direitos das populações quilombolas, que ainda enfrentam obstáculos ligados à terra, cultura e identidade.

Dessa forma, a criação das comunidades quilombolas após a abolição da escravatura no Brasil delineia um caminho de organização social, cultural e política na narrativa de resistência. Nesse contexto, a profundidade desse processo não só aperfeiçoa a inclusão sobre a história, mas também levanta questões atuais relacionadas à justiça social e reparação, que se manifesta na garantia dos seus direitos territoriais, culturais e sociais. Ou seja, o reconhecimento e a regularização das terras ocupadas por estas comunidades. Assim, significa reconhecer e amparar as lutas das comunidades quilombolas, adotando sua importância para a construir uma sociedade mais justa e social.

Atualmente, no Brasil, os estudos sobre a história e cultura da África ampliaram de forma significativa, em consequência da sanção da Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" nas escolas brasileiras. Observa-se que, a partir da criação desta lei, os estudos sobre o continente africano e afrodescendente tiveram um aumento significativo. Cabe destacar que a Lei 10.639/2003 foi alterada pela Lei 11.645/2008 que insere a história e cultura dos povos indígenas no Brasil (Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008).

Assim, as leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 visam reconhecer e valorizar a história e a cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros no contexto educacional do Brasil. Ao determinarem a importância do ensino dessas questões, essas legislações não apenas preenchem lacunas históricas presentes nos currículos escolares, mas também promovem uma educação inclusiva e antirracista, que visa combater estereótipos e preconceitos arraigados.

Ao desempenhar e difundir as contribuições desses grupos para a formação da sociedade brasileira, as leis fortalecem a identidade nacional, marcada pela pluralidade e democracia, e incentivam o respeito à diversidade cultural. Assim, a sua implementação ativa significa uma construção de uma sociedade mais justa, na qual a memória e os conhecimentos dos povos

originários e afrodescendentes sejam reconhecidos como fundamentos essenciais da história do Brasil.

Dentro do contexto de valorização da história e da cultura afro-brasileira, as comunidades quilombolas se destacam como sujeitos históricos atuantes na preservação da memória e da resistência dos povos africanos e de seus descendentes no Brasil. Estas comunidades, que surgiram de longos processos de luta e busca por autonomia, não só representam um legado de resistência à escravidão, mas também funcionam como espaços dinâmicos que mantêm tradições, conhecimentos e práticas culturais, contribuindo assim para a rica diversidade do país.

A partir dessa perspectiva, a seção seguinte abordará a temática, destacando o papel dessas comunidades, especialmente no Extremo Sul da Bahia, com enfoque na localidade de Teixeira de Freitas.

4.3 A Identidade das Comunidades Quilombolas no Extremo Sul da Bahia

Nesta seção serão abordados os estudos sobre a temática no contexto das comunidades quilombolas no Extremo Sul da Bahia, sob o olhar dos pesquisadores.

Na abordagem sobre comunidades quilombolas no Extremo Sul da Bahia, Eduardo Luis Biazzi de Abreu (2010) em seu artigo "Identidade cultural: Comunidades quilombolas do extremo sul da Bahia em questão" aborda a situação das comunidades quilombolas, localizada no Extremo Sul da Bahia, que enfrentam a ameaça da perda da identidade cultural devido à expansão das plantações de eucalipto. O autor discute a resistência dessas comunidades à monocultura do eucalipto, que pertence a empresas da região e a consequente erosão de sua identidade, representada pelo território demarcado do quilombo e pelas manifestações culturais que preservam a memória do povo quilombola.

Abreu (2010) descreve a eficácia das políticas públicas na preservação da identidade quilombola, questionando se essas políticas atendem às necessidades da comunidade. O autor também explora a história cultural do Brasil, desde a chegada dos escravos africanos no século XVI até a influência dos imigrantes europeus no final do século XIX e início do século XX. A industrialização e urbanização no Brasil no final do século XIX impactaram a cultura, levando à formação de dois *Brasis* distintos: urbano e rural.

Deste modo, Abreu (2010) analisa a tensão entre a preservação da identidade cultural quilombola e a ameaça representada pela monocultura do eucalipto, discutindo a importância das políticas públicas para a manutenção da memória e da cultura dessas comunidades.

Dentre as diversas comunidades quilombolas, localizadas no Extremo Sul da Bahia, a Comunidade Quilombola Helvécia é vista como um dos principais objetos de estudo e pesquisa, dada a sua relevância histórica e cultural nas pesquisas já realizadas sobre a temática. Como por exemplo, pode-se citar a pesquisa de Moreira (2021) que trata a respeito de,

Discutir as ações empreendidas por moradores e moradoras da comunidade Negra Rural de Helvécia, no sentido de se conquistar o reconhecimento de suas terras como remanescentes quilombolas e as consequências subjacentes a esse movimento, tendo como base as memórias das personagens envolvidas (Moreira, 2021, p. 244).

Ou seja, Moreira (2021) destaca a importância da preservação cultural, bem como o espaço físico ocupado pela comunidade, além do reconhecimento de suas terras, suas relações de ancestralidade e as memórias dos moradores da Comunidade Quilombola Helvécia.

Nesse sentido, a seção a seguir direciona-se à Comunidade Quilombola Arara, com o intuito de reconhecer e valorizar os saberes tradicionais e as práticas sociais dessa comunidade, assim como a sua contribuição para a construção histórica e o desenvolvimento socioeconômico da região. A análise busca aprofundar a compreensão sobre a dinâmica dessa comunidade, destacando sua importância na preservação de identidades culturais e na promoção de ações de resistência e fortalecimento comunitário.

4.3.1. Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas (BA)

Nesta parte teórica foi abordada a significância dos estudos já realizados sobre a Comunidade Quilombola Arara, para exemplificar as dinâmicas de preservação cultural, resistência e reivindicação de direitos territoriais e identitários. Nesse sentido, é importante estabelecer os princípios conceituais e históricos que sustentam a compreensão deste grupo étnico no município de Teixeira de Freitas (BA).

A base teórica já existente funcionou como um suporte para examinar o percurso histórico dessa comunidade, as suas lutas pela terra e identidade, assim como a importância do reconhecimento desta para o desenvolvimento social, econômico, cultural e político para a região do Extremo Sul.

No artigo “*Análise narrativa e memória social: retratos em pequenas histórias da comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA)*”, Carmo (2021) considera a ligação entre o ato de recordar e a interação entre sujeitos na criação conjunta de histórias durante conversas informais de idosos num ambiente familiar. Ou seja, apresenta estruturas narrativas construídas

em colaboração por três velhos quilombolas moradores de Arara, que reflete na memória e história como extensões socioculturais interdependentes.

Desse modo, a autor afirma que,

A história de Arara se aproxima desse contexto: formada por descendentes de quilombolas, posseiros, caboclos e trabalhadores de diferentes origens, essa comunidade pertencente ao município de Teixeira de Freitas (BA), mas ligada à história de outros municípios do Extremo Sul baiano, como Caravelas e Alcobaça, forma-se à beira do rio Itanhém entre diferentes fazendas com heranças coloniais (SAID, 2010) no final do século XIX. A comunidade Arara tem um histórico de resistência na luta pela sobrevivência frente à ausência estatal, caracterizando-se, dentre outros elementos, por construir fortes laços com a terra, pelas relações de compadrio, a vivência religiosa ancorada no catolicismo popular, nas marcas da cultura afro-brasileira e ao trabalho com a agricultura familiar (Carmo, 2021, p.19).

Segundo Carmo (2021), a Comunidade Arara é apresentada como um grupo social que, apesar das adversidades históricas e da negligência estatal, conseguiu preservar sua identidade e desenvolver uma cultura rica, baseada em laços comunitários, práticas religiosas sincréticas e uma relação profunda com a terra.

Já no artigo *"Nas Trilhas e Narrativas de Arara: Memórias de uma Comunidade com Remanescentes Quilombolas em Teixeira de Freitas (Ba)"* Carmo e Coelho (2021) refletem sobre a importância da memória social e da narrativa na construção das identidades sociais. A partir das narrativas dos moradores mais antigos da comunidade Arara, em Teixeira de Freitas (BA), o estudo busca reconstruir a memória social da comunidade, centrando-se na dimensão da origem.

Os autores explicam sobre a complexidade das identidades e lutas das comunidades quilombolas, bem como a importância do reconhecimento oficial e da memória histórica para a afirmação de seus direitos e identidades culturais. Assim, Carmo e Coelho (2021, p. 344) tratam sobre as comunidades quilombolas, referenciando a importância dessas comunidades na história brasileira e na luta pela memória e reconhecimento a partir de estudiosos como Anjos (2001), Gomes (2015), Benjamim (2015), entre outros.

Os autores ainda fazem uma análise sobre “a (re)construção da memória social da comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA) e qual é a importância das narrativas dos seus sujeitos para a construção da história da comunidade Arara”. Os sujeitos da pesquisa referidos no estudo por autores (p. 2021, 325) são os moradores mais antigos da comunidade Arara, que são descendentes de quilombolas e têm marcas da ancestralidade brasileira. Suas narrativas são de extrema importância para a construção da história da comunidade Arara, pois fornecem percepções valiosas sobre as origens, práticas e identidades sociais da comunidade.

As narrativas dos velhos quilombolas, conforme os autores Carmo e Coelho (2021, p. 325-326), contribuem para a construção de uma versão narrativa da história da comunidade, permitindo a reinscrição histórica no contexto local e a representação das identidades sociais com base na memória coletiva. Essas narrativas também desempenham um papel decisivo na preservação da memória e na visibilidade das estórias¹ locais, destacando a importância da linguagem como suporte para o compartilhar e reconhecer as experiências e identidades da comunidade.

Em outro artigo intitulado “*Marcadores discursivos, articulação narrativa e memória dos velhos de Arara em Teixeira de Freitas (BA)*”, Carmo (2023) descreve as funções dos marcadores discursivos no processo de articulação de narrativas orais de idosos da Comunidade Arara, em Teixeira de Freitas, Bahia, com enfoque nas formas que expressam a subjetividade.

Nesse contexto, o autor (2023) evidencia questões referentes às relações socioambientais entre os moradores da Comunidade Quilombola Arara e a flora local, o uso de seus recursos para atender suas necessidades imediatas, conscientes de que devem preservar e cuidar do meio ambiente, para, então, ter de volta os recursos naturais indispensáveis à sobrevivência e qualidade de vida. Diante do disposto, Carmo (2023, p. 108) afirma que “a história da comunidade Arara se liga à formação dos municípios e distritos vizinhos e, por isso, tornam-se lugares de memória”.

Assim, Carmo (2023, p.117) conclui que “entre lembranças de sofrimento, de amigos, da vida de trabalho e das festas, os narradores e as narradoras de Arara demonstram que a memória e a linguagem de sujeitos das inúmeras comunidades rurais negras brasileiras buscam legitimidade e ressonância”.

Para finalizar, apresenta-se a discussão sobre a comunidade Quilombola Arara do ponto de vista do pesquisador Jesus (2020), que buscou tratar sobre “Ofício, Relá, Batuque, Samba de Caixa e Pandeiro: Sonoridade e Expressões da Cultura Afro-Brasileira da Comunidade Tradicional de Arara”, com o principal objetivo de descrever e compreender, histórica e culturalmente, as práticas afroculturais da relá, batuque, samba de caixa e pandeiro e a vivência religiosa do ofício na Comunidade de Arara, com a produção de um acervo sonoro e escrito a partir da memória coletiva da comunidade.

¹ Foi usado esse termo para nomear as narrativas imaginárias contadas, neste caso foi para representar as experiências e vivências no local de pertença narrado pelos sujeitos da pesquisa realizada por Carmo e Coelho (2021, p. 325-326).

Jesus (2021, p. 15), através dos relatos, pôde perceber “alguns aspectos sobre a presença de afrodescendentes na Comunidade de Arara, pois, em vários momentos, Zeco narrou um número expressivo de homens e mulheres, alguns filhos de escravizados que migraram de outras localidades para Arara”. Jesus (2021, p. 136) a partir da pesquisa realizada, destaca que as práticas afroculturais na Comunidade de Arara confirmam a presença de filhos de escravizados no local, que contribuíram para o desenvolvimento econômico, formação social e vivências afroculturais da comunidade. Arara pode contribuir significativamente para os estudos sobre a população negra do Extremo Sul Baiano, promovendo práticas antirracistas e reconhecendo a história daqueles que lutaram contra as opressões sociais e étnico-raciais.

Na próxima sessão foi discutida a temática decolonialidade, alicerçada aos estudos teóricos de Quijano (2005), Mignolo (2017) entre outras contribuições. Nesta perspectiva, tais estudos pós-coloniais contribuem com as relações de pensamento do poder, do ser e do saber.

No que diz respeito aos conceitos foram abordadas questões sobre a construção da identidade, território e resistência como conceitos que contribuem efetivamente para o processo de afirmação cultural e reconhecimento dos sujeitos, que pertencem aos grupos sociais. Destaca-se a relevância da memória enquanto sujeito histórico para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental na região do Extremo Sul da Bahia.

4.3.2. Fazenda Cascata: sítio histórico em Teixeira de Freitas (BA)

Para iniciar as ideias sobre a Fazenda Cascata e suas interconexões socioeconômicas e ambientais na região Extremo Sul da Bahia, é relevante pontuar a importância da Fazenda Cascata para a preservação do patrimônio, identidade e desenvolvimento regional, bem como para a valorização da história e cultura local (Fazendas Antigas, 2021).

Durante os séculos passados (XIX-XX), a Fazenda Cascata desempenhou um papel central nas atividades que promoveram conexões socioeconômicas locais e regionais, impulsionando o comércio, a agricultura e a pecuária. Isso resultou em um significativo avanço no desenvolvimento social e econômico da região Extremo Sul da Bahia, gerou impactos ambientais negativos, incluindo a redução dos recursos naturais e da Mata Atlântica, em virtude das transações comerciais, especialmente com a abertura da BR 101.

A Fazenda Cascata é reconhecida pela sua história e relevância na região do Extremo Sul da Bahia, desde seu surgimento, em meados do século XIX e início do século XX, através da representação família Muniz de Almeida, na pessoa do senhor Joaquim Muniz de Almeida Neto,

vinda da quinta geração dos Muniz de Almeida, quem trouxe para a região o desenvolvimento econômico, social com a expansão e fortalecimento principalmente do comércio, a agricultura, a pecuária. Servindo também tanto como um destino turístico local, quanto como um local para investigações e estudos sobre a história e o ambiente natural (Dal Monte Figueiredo, 2022)

Com isso, a Fazenda Cascata possui uma história internamente ligada ao desenvolvimento e à dinâmica socioeconômica da região do Extremo Sul da Bahia. A história dessa propriedade se conecta a momentos importantes do passado regional, evidenciando não só questões econômicas, mas também sociais e culturais que deixaram sua marca na área e nas interações que ali se desenvolveram. A importância da Fazenda Cascata vai além de suas fronteiras geográficas, impactando as localidades vizinhas e tendo um papel de destaque na agricultura local e na história da região. Por meio de suas atividades e interações com os habitantes locais, a Fazenda Cascata se tornou um ponto de referência que, ao longo do tempo, contribuiu para a construção da identidade e do Fluxo das relações entre a sociedade e a economia da região (Dal monte Figueiredo, 2022).

Outro ponto de destaque citado por Dal Monte Figueiredo (2022) é o museu, um trabalho de salvaguarda e promoção do patrimônio histórico e cultural promovido pela Fundação Quincas Neto, entidade sem fins lucrativos, mantenedora do acervo contido na Fazenda Cascata (Figura 1).

Figura 1-Sobrado de meados do séc. XIX, sede do Museu Quincas Neto.



Fonte: Dal Monte Figueiredo, Marina. Patrimônio Cultural em Ambiente Natural: A Experiência de Uso Público do Sítio Histórico Fazenda Cascata, 2022.

Conforme Dal Monte Figueiredo (2022),

O acervo é composto por um Museu localizado no Sobrado (Figura 1) – antiga casa sede da Fazenda, na qual existe uma mostra de documentos, móveis, fotografias e utensílios característicos do *modus vivendi* e do *modus operandi* de meados do século XIX a meados do século XX. O Museu foi instalado após o restauro da edificação com o apoio da Petrobrás, e contou com o suporte técnico do colegiado de História da Universidade Estadual da Bahia – UNEB Campus X (Figueiredo, 2022, p.8).

Além do museu, Dal Monte Figueiredo (2022, p. 9) cita como patrimônio histórico e cultural, os quais foram tombados, uma Casa de Farinha com Pilões de Café, Estufa e Barcaças de Cacau, consideradas de relevante interesse arquitetônico pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC/BA (Figura 2).

Figura 2 - Casa de Farinha com Pilões de Café de meados do séc. XIX.



Fonte: Dal Monte Figueiredo, Marina. Patrimônio Cultural em Ambiente Natural: A Experiência de Uso Público do Sítio Histórico Fazenda Cascata, 2022.

Cabe ressaltar que a fazenda tem sido da mesma família por sete gerações e a abertura ao público começou com a 5ª geração de proprietários, que também estabeleceu a fundação responsável pela preservação do patrimônio local. Inicialmente, a abertura ao público foi realizada de forma informal, sem uma organização detalhada dos conteúdos abordados em cada visita.

No contexto de salvaguarda e patrimônio histórico, vale realçar que, conforme Choay (2017, p. 206), o monumento e a cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano, suas figuras e noções elucidam de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade. Segundo Choay (2017, 206), o monumento histórico, no século XIX, ganha um estatuto temporal diferente, com a consagração institucional. Ou seja, “adquire a intensidade de uma presença concreta; e instalado num passado definitivo e irrevogável.”

Nota-se que, segundo Dal Monte Figueiredo (2022) o sítio histórico Fazenda Cascata estando,

Localizado no município de Teixeira de Freitas, o sítio histórico Fazenda Cascata remete à ocupação deste território em momento anterior ao surgimento da própria cidade. Titulada em 1891, a propriedade rural centenária compreende várias

edificações do século XIX e início do século XX e possui área total de 150 hectares. Aí estão localizadas área de preservação ambiental com reserva de Mata Atlântica e nascentes que foram preservadas por iniciativa voluntária dos(as) proprietários(as) do local. A parte histórica contida na sede, ocupa área de aproximadamente 50 mil metros quadrados. O conjunto arquitetônico colonial é formado pelo Casarão Sede – Sobrado - espaço no qual está instalado o Museu Quincas Neto, Casa de Farinha com pilões de café, Barcaças de Cacau, Estufa, Venda, Escola Rural, Casas de Colonos e Igreja. Além das edificações históricas, na sede existe a roça de cacau, pomar - no qual está o Caminho das Jabuticabas; árvores centenárias; área de lazer e recreação; salão para refeições e assembleias (Figueiredo 2022, p.35).

Portanto, a Fazenda Cascata é um sítio histórico que supera o tempo, oferecendo um olhar para o passado enquanto se mantém importante para o presente e para o futuro, servindo como um relevante ponto de referência cultural, histórico e ambiental para a região de Teixeira de Freitas. Sua relação com a Comunidade Quilombola Arara reflete as transformações socioeconômicas que moldaram a identidade regional, marcadas pela participação histórica, pela luta territorial e pela resistência cultural quilombola.

Contudo, embora a Fazenda simbolize essa trajetória, a contribuição das primeiras famílias negras que fundamentaram o desenvolvimento do extremo sul baiano permanece invisibilizada, esquecida da narrativa oficial. Assim, enquanto a Fazenda Cascata se destaca como um marco para o presente e o futuro, a memória desses grupos evidencia uma contradição: a persistência de suas raízes na identidade local contrasta com o silenciamento histórico de suas origens, reforçando a necessidade de retomar e valorizar essas narrativas silenciadas.

Assim, nesta dissertação, pretende-se relacionar também a história da Fazenda Cascata à contribuição das famílias negras pioneiras, evidenciando a participação destas no desenvolvimento socioeconômico do Extremo Sul da Bahia, que, na literatura, é conferido um destaque maior à Fazenda Cascata e seus familiares.

4.4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: RESISTÊNCIA E DECOLONIALIDADE

As comunidades quilombolas no Brasil representam um espaço único de resistência e resiliência contra processos coloniais e injustiças históricas no Brasil. Conservam uma identidade coletiva fortemente enraizada, associando tradições culturais e territoriais na luta pelo reconhecimento social e pela justiça. Esta sessão visa apresentar a interseção entre resistência e decolonialidade, no contexto quilombola, revelando tanto os desafios enfrentados, quanto as conquistas alcançadas por essas comunidades historicamente marginalizadas.

O conceito de “resistência” remonta ao período colonial, abrangendo os séculos XVI e XVII, e estendendo-se até a formalização da abolição da escravatura pela Princesa Isabel. Durante

esse período, buscou-se a libertação dos escravizados, especialmente com a ação da monarca. Contudo, é fundamental compreender que a resistência quilombola constitui um processo histórico contínuo, que se desenvolve e se adapta aos diferentes contextos de cada época no Brasil. A colonização das terras brasileiras, imposta pelo poder colonial, perdurou por quase quatro séculos. Somente após a abolição formal da escravidão, com a promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, foi necessário um longo intervalo de um século até que os direitos territoriais dos descendentes de quilombos fossem finalmente reconhecidos, por meio do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incorporado à Constituição Federal de 1988 (Souza, 2021).

No entanto, Souza (2021) destaca a complexidade e a longa trajetória da luta pelos direitos quilombolas no Brasil. Nesse contexto, percebe-se que a resistência das comunidades quilombolas é um processo histórico que se adapta conforme os diferentes períodos do país. Conforme a autora, a referência à colonização e à abolição da escravidão enfatiza as injustiças históricas enfrentadas por essas comunidades. O reconhecimento demorado dos direitos territoriais, apenas com a Constituição de 1988, revela um longo ciclo de negligência e luta, ressaltando a importância da memória e da luta social para a conquista desses direitos.

Dentre as formas de resistências no período da escravidão três foram as mais importantes lutas pelos negros, como as revoltas violentas, as fugas e os quilombos. Do ponto de vista do historiador João José Reis (2018), a resistência à escravidão por meio das revoltas não tinha como único objetivo a abolição do regime escravagista. No dia a dia dos escravos, essas revoltas também serviam como um meio de barganha. Dessa forma, as revoltas a cada passo visavam corrigir os excessos de tirania dos senhores, reduzir a opressão ou punir feitores que se mostravam excessivamente cruéis.

Já o historiador Walter Fraga afirma que, na década de 1870, intensificaram as fugas com o objetivo de acionar as autoridades para mediar conflitos com seus senhores. O autor cita que nessas fugas os escravos “recorriam às autoridades policiais para pedir proteção nas disputas judiciais, interditar a venda [...] de parentes, mediar conflitos com os senhores e denunciar maus-tratos” (Fraga, 2014, p. 47).

Outra forma de resistência no período colonial eram as fugas, uma das estratégias mais usadas pelos sujeitos escravizados como forma de resistir à sua condição e romper de vez com a dominação. Esta forma de fuga deu origem aos primeiros quilombos que ao longo dos anos se espalharam em todo o território da América Portuguesa.

Os quilombos se tornaram uma das principais formas de resistência da população negra no Brasil até o final do século XIX e ainda hoje existem e resistem em diversas comunidades quilombolas remanescentes em nosso país.

O Quilombo de Palmares, famoso por sua resistência durante o século XVII na Serra da Barriga, na capitania de Pernambuco, e atualmente localizado no interior de Alagoas, representa um exemplo paradigmático de resistência à opressão colonial. Sua durabilidade e capacidade de resistência ao longo do século XVII refletem não apenas a luta pela liberdade, mas também a afirmação de um saber e uma identidade própria, frente ao domínio colonial. Nesse contexto, o conceito de "decolonialidade", emergido no final dos anos 1990, adquire relevância ao ser analisado sob a ótica de estudiosos como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo. Esses intelectuais, membros do grupo de pesquisa Modernidade/Colonialidade (M/C), propõem uma epistemologia do Sul, que desafia o conhecimento hegemônico e busca valorizar saberes e experiências locais, como os manifestados pelas comunidades quilombolas, incluindo Palmares. A decolonialidade, portanto, surge como uma perspectiva teórica que reconhece e ressignifica a resistência quilombola, ao mesmo tempo em que questiona as estruturas de poder e conhecimento estabelecidos pela modernidade colonial.

A decolonialidade é um conceito que surge da crítica aos legados do colonialismo e do eurocentrismo em diversas esferas do conhecimento e da sociedade. Iniciada nos movimentos de descolonização do século XX, a decolonialidade busca desorganizar as estruturas de poder e as narrativas que reproduzam a supremacia europeia e a marginalização dos povos colonizados.

Esta abordagem teórica desafia as hierarquias coloniais de conhecimento e poder, abrindo espaço para novas perspectivas e práticas emancipatórias. A decolonialidade emerge como um campo de estudo e prática política que busca romper com as lógicas de dominação e produção de conhecimento herdadas do colonialismo e imperialismo europeu. A partir das contribuições dos pesquisadores latino-americanos citados anteriormente, a decolonialidade questiona a matriz colonial do poder e do conhecimento, que se baseia na hierarquização racial e cultural do mundo, estabelecida desde a expansão colonial europeia.

Nesse contexto, a construção da identidade quilombola não se limita ao passado, mas se renova firmemente por meio da educação, da tradição oral e da manifestação dos direitos socioculturais e ambientais, fortalecendo laços internos e formando conexões para a busca de reconhecimento e justiça.

Diante do exposto, Aníbal Quijano, sociólogo peruano conhecido por seus estudos sobre colonialidade, modernidade e poder é, hoje, um dos principais teóricos da decolonialidade. O pesquisador introduziu o conceito de “colonialidade do poder”, para analisar as formas persistentes de domínio e exploração que emergiram da colonização europeia das Américas e suas continuidades. Esta abordagem ressalta a necessidade de compreender o colonialismo, não apenas como um acontecimento histórico único, mas como um sistema global de poder que continua a impactar as dinâmicas sociais e as lutas pela justiça e pela emancipação.

Em seu texto “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, Quijano (2005, p. 126) oferece uma análise aprofundada da interconexão entre a colonialidade do poder, o eurocentrismo e a América Latina, destacando a influência desses fenômenos no padrão de poder mundial e na formação de novas identidades sociais. Além disso, levanta questões fundamentais sobre a perspectiva eurocêntrica do conhecimento e a necessidade de repensar as abordagens unilaterais em relação à história, ao poder e ao conhecimento.

Portanto, a relevância da contribuição de Quijano (2005, p. 138) está na abordagem crítica e abrangente, que busca provocar as perspectivas eurocêntricas e oferecer uma abrangência mais aberta e inclusiva da modernidade e das relações de poder no contexto global.

Quijano (2005, p. 117) também discute a colonialidade das relações de dominação/exploração/conflito entre brancos e não-brancos e como isso afeta a construção do Estado-nação na América Latina. Ele aponta para a necessidade de um processo radical de democratização e descolonização das relações sociais, políticas e culturais entre grupos de origem europeia e não europeia.

De modo geral, a colonialidade do poder, conforme conceituada por Aníbal Quijano, oferece uma análise delineada das estruturas de poder globais, estimulando uma reflexão crítica sobre as injustiças tanto históricas quanto contemporâneas. Essa abordagem, não apenas expõe a persistência das dinâmicas coloniais, mas também motiva a busca por uma mudança social que seja puramente inclusiva e justa.

Para Mignolo (2017), a decolonialidade, do ponto de vista epistemológico, enfatiza a desobediência epistêmica em pensar na exterioridade, aos espaços e tempos inventados pela autonarrativa da modernidade.

Conforme o autor,

O pensamento e a ação descolonial focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilidade de opções descoloniais – uma visão da vida e da sociedade que reque sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais (Mignolo, 2017, p. 6).

Walter Mignolo (2017, p.6) desenvolveu a ideia de “descolonização do conhecimento” e “descolonização da existência” e trata sobre a necessidade de mudar os termos da conversa para pensar e agir de maneira descolonial. Argumenta que a descolonização do conhecimento envolve questionar a matriz colonial de poder (MCP) e as estruturas de conhecimento que a sustentam, incluindo a teopolítica e a egopolítica² do conhecimento.

Mignolo (2017, p. 13) discute a decolonialidade como uma alternativa que se contrapõe à lógica da colonialidade, que é a estrutura subjacente da civilização ocidental. Ele apresenta a decolonialidade como um projeto que busca entender e superar a lógica da colonialidade, que está enraizada na geopolítica e à forma como a identidade e a posição social de um indivíduo são construídas e como essas características influenciam sua participação na sociedade e no conhecimento.

Para Mignolo (2017, p. 6), a decolonialidade não visa ser a única opção, mas uma dentre muitas formas de perceber o mundo que devem conviver em um mundo pluralista. A decolonialidade é apresentada como uma alternativa que distingue a diversidade de trajetórias e seleções para os futuros globais, em contraste com a visão parecida e imposta pela modernidade ocidental.

Assim, para Mignolo (2017, p. 2), as distinções e diferenças na modernidade estão enraizadas na ideologia colonial através da arquitetura da matriz colonial, caracterizada pelo poder, conhecimento e ser hegemônicos. Esta matriz opera através de uma narrativa de dominação e comércio, originada na Europa e abrangendo a colonialidade. Todavia, para o autor, a decolonialidade constitui uma perspectiva crítica e uma prática que busca arruinar a matriz colonial de poder e abrir espaço para múltiplas formas de conhecimento e organização social.

² São conceitos utilizados por Walter D. Mignolo (2017, p. 9) para descrever a evolução da matriz colonial de poder (MCP) em relação ao controle epistêmico e político. A teopolítica refere-se à época em que a teologia cristã era a base do conhecimento e do poder, quando a preocupação era o controle da alma através da conversão e da missão civilizatória. A egopolítica, por outro lado, surge com o secularismo e a centralização do ego, onde o homem e a razão são colocados no lugar de Deus. Ou seja, na visão de Walter D. Mignolo são vistas por Mignolo como forças que se unem para manter o controle da MCP, embora em diferentes momentos históricos e com diferentes estratégias. A teopolítica é associada ao controle da alma e à salvação, enquanto a egopolítica está relacionada ao controle do corpo e à eficiência, especialmente na era das corporações e da tecnologia (2017, p.14).

Por sua vez, Catherine Walsh (2019) apresenta a interculturalidade e a decolonialidade do poder, destacando a perspectiva “outra” a partir da diferença colonial. Portanto, a prática da interculturalidade contribui para a descolonização política, ética e epistêmica ao desafiar as estruturas de poder colonial, visibilizar a diferença colonial e propor uma lógica radicalmente distinta.

Do ponto de vista de Walsh (2019, p. 27) a interculturalidade oferece uma abordagem que transcende a diferença colonial e propõe a construção de uma sociedade radicalmente distinta, desafiando as estruturas hegemônicas e propondo uma nova forma de pensamento e organização social.

Walsh (2019, p. 21) ressalta a importância da “interculturalidade epistêmica”, entendida como uma prática política que desafia as estruturas sociopolíticas do neocolonialismo, refletidas nos modelos de Estado, democracia e nação. Nesse sentido, a interculturalidade se configura como uma ferramenta crucial para reorganizar a diferença colonial, propondo novas abordagens para as políticas de subjetividade e questionando as relações de poder que sustentam a colonialidade.

Ao considerar essas reflexões, a próxima seção se propõe explorar as relações socioambientais e a história ambiental, com um enfoque específico nas interações entre o ser humano e a natureza. Essa abordagem busca entender como as dinâmicas de poder e conhecimento, discutidas por Walsh, influenciam a forma como a sociedade compreende e lida com os desafios ambientais, estabelecendo um vínculo entre as questões sociopolíticas e as questões ambientais.

4.5. HISTÓRIA AMBIENTAL E AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

A partir das perspectivas abordadas, este estudo também está pautado na história ambiental, na medida em que aborda a relação ser humano-natureza. Nesse contexto, Pádua (2010, p.83) destaca três mudanças que merecem atenção especial, pois apontam o entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana: a capacidade da ação humana de impactar o mundo natural, nossa responsabilidade crucial na conservação e na preservação ambiental.

A evolução dos marcos cronológicos na compreensão do mundo reflete o constante progresso do conhecimento humano, impulsionando a busca por novas perspectivas e descobertas. Contemplar a natureza como uma narrativa em constante desenvolvimento e construção ao longo do tempo, nos conecta à complexidade e interligação de todos os elementos

naturais, sublinhando a importância de enriquecer nossa relação com o ambiente que nos cerca.

De acordo com Worster (2003, p. 26), a história ambiental, considerada etimologicamente definida, pode ser aplicada à relação entre a natureza e a humanidade. A presente pesquisa analisa as interações anteriores das sociedades com o mundo não humano, que não foi criado por elas. Além disso, considera o ambiente tecnológico, tratado por objetos criados pelas pessoas, que pode se tornar uma "segunda natureza", influenciado tanto pela cultura humana, quanto pelo ambiente o qual se refere ao mundo natural, combinado por elementos como ecossistemas, flora, fauna e fenômenos naturais, que não são criados ou controlados diretamente pela humanidade.

O autor ainda aponta a importância de três níveis da nova história, descritos na citação abaixo, pois esta, se relaciona de forma interdisciplinar com outras ciências, associa novos problemas, novos objetos e novas abordagens e, do ponto de vista de Worster, tais níveis operam como:

O primeiro envolve a descoberta da estrutura e distribuição dos ambientes naturais do passado; O segundo nível da história ambiental é mais diretamente de responsabilidade do historiador e de outros estudiosos da sociedade, pois se concentra na tecnologia produtiva, na medida em que esta interage com o meio ambiente e; formando um terceiro nível para o historiador ambiental está aquele tipo de encontro mais intangível, puramente mental, em que as percepções, ideologias, ética, leis e mitos tornaram-se parte de um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza (Worster, 2003).

Para Worster (2003, p. 27), o mais importante não é identificar os três níveis, mas determinar como e onde fazer as conexões entre eles. Nesse sentido, Drumond (2010, p. 95-96) afirma que tais níveis “precisam ser percebidos em conjunto em suas interações mútuas e múltiplas linhas de causalidade”, ou seja, envolvem as dimensões da ecologia, da cognição e do social que, de qualquer forma, necessitam de combinação aberta e interativa.

Sendo assim, para o enriquecimento da relação ser humano-natureza, buscando qualidade, conservação dos recursos naturais, é necessário uso racional e sustentável dos recursos naturais, garantindo sua existência para as gerações futuras, bem como práticas para a preservação do meio ambiente, ou seja, refere-se à proteção integral de uma área natural, sem intervenção humana. Logo, a sustentabilidade refere-se à abertura da busca pelo equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a exploração deles por parte da sociedade.

Contudo, as autoras Barbosa e Lopes (2018, p. 9-12) afirmam que a sustentabilidade contribui, não para as ações isoladas, mas para “ter conhecimento estruturado dos reais impactos sociais, ambientais e/ou econômicos, positivos e negativos criados”. Para as autoras,

“ser sustentável não é simplesmente: Plantar árvore, apagar as luzes; fechar a torneira e separar o lixo, vai muito além dessas ações”.

No livro “Desenvolvimento sustentável”, Veiga (2011) trata da sustentabilidade como uma ciência ainda complexa, porque não abarca todas as dimensões, mas traz a sustentabilidade com um novo olhar, que é o conceito de sustentabilidade ligada às duas disciplinas científicas: a ecologia e a economia.

Nesse sentido, o autor aponta que a ecologia está relacionada à resiliência, enquanto a economia aborda enfoques divergentes, os quais concentram em três correntes principais: A sustentabilidade fraca enfatiza a substituição de recursos naturais por capital humano e tecnológico, enquanto a sustentabilidade forte critica o Produto Interno Bruto (PIB), por considerar apenas as atividades comerciais e a acumulação de riqueza, sem levar em conta os recursos naturais e humanos. A terceira corrente, por sua vez, explora a ideia de que crescer de maneira econômica significa obter propriedade de riquezas e outros fatores, destacando a necessidade de um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

Ainda assim, é importante lembrar e ficar atento às discussões nas três conferências já realizadas, envolvendo o tema sustentabilidade. Em 1972 (Estocolmo), discutiu-se o ambiente; na Eco 92, o meio ambiente para o desenvolvimento sustentável e, finalmente, a RIO+20 para o desenvolvimento sustentável.

Já Leff (2015, p.11) faz uma reflexão sobre o “saber ambiental”, trazendo uma visão para a manifestação e construção do conceito ambiente, que ressignifica as percepções da melhoria do desenvolvimento e do crescimento sem fronteira, para aderir “uma nova racionalidade social que reflete no campo da produção e do conhecimento, da política e das práticas educativas”.

Dessa maneira, o autor aborda o princípio da sustentabilidade no contexto da globalização, destacando a crise ambiental como ponto de partida, o questionamento do crescimento econômico que recusa importância da natureza. É então, que surge a sustentabilidade ecológica para normalizar a ordem econômica, e assim, estabilizar o desenvolvimento dos alicerces de produção, bem como a condição da sobrevivência humana. Ou seja, para Leff (2015, p. 15) “o conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção”.

Segundo o autor,

o saber ambiental levanta a questão da diversidade cultural no conhecimento da realidade, mas também o problema da apropriação de conhecimentos e saberes dentro de diferentes ordens culturais e de identidades étnicas. O saber ambiental não só gera um conhecimento científico mais objetivo e abrangente, mas também produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e de posicionamento diante do mundo. Trata-se de um saber que não escapa à questão do poder e à criação de sentidos civilizatórios (Leff, 2015, p. 231).

Nesta perspectiva, o autor destaca a interseção entre saber ambiental, diversidade cultural e apropriação de conhecimentos. Leff (2015) ressalta como o saber ambiental não apenas amplia o conhecimento científico, mas também influencia significados sociais e identidades. Além disso, aponta para a importância de considerar questões de poder e a criação de significados culturais. Ou seja, ressalta a complexidade envolvida na integração de diferentes perspectivas e na formação de uma consciência ambiental mais holística, uma perspectiva que considera o todo, integrando diferentes aspectos e dimensões da realidade. Ela busca compreender as interconexões e interdependências entre as partes e culturalmente sensível que respeita a diversidade e compreendem as perspectivas e valores das comunidades e indivíduos, promovendo a inclusão, o respeito e a compreensão mútua.

Dessa forma, surge a importância da história ambiental que, para Leff (2015, p. 386) “vem sendo definida como um campo de estudo dos impactos de diferentes modos de produção e formações sociais sobre as transformações de sua base natural, incluindo a superexploração dos recursos naturais e a degradação ambiental [...]”.

Enquanto que, para Pádua (2010, p. 185), “a história ambiental é, portanto, um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. A sua originalidade está na disposição explícita de colocar a sociedade na natureza e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza”.

Nesta seção, analisamos a complexa relação entre sociedade e natureza, um tema fundamental na história ambiental. Como ressaltado por Pádua (2010), esse campo é essencialmente interdisciplinar, reunindo diversas abordagens que ajudam a compreender a influência mútua entre a sociedade e o meio ambiente. Essa abordagem interdisciplinar não apenas amplia a percepção dos desafios ambientais, mas também propõe soluções mais integradas. Ao perceber essa interligação tem-se a oportunidade de formular estratégias que favoreçam um equilíbrio saudável, beneficiando tanto o ecossistema quanto as comunidades humanas.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

5.1. A PESQUISA

Para este estudo concordamos com Gil (2002, p. 17) que considera a pesquisa [...], “um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados”.

A metodologia define o modo de trabalhar, selecionar e elaborar materiais de forma sistemática, partindo de um tema estabelecido pelo pesquisador, com o objetivo de extrair informações relevantes e orientar ações concretas para abordar o problema investigado. Além disso, ela estabelece as decisões sobre o que fazer e como fazer, indicando os instrumentos necessários para a execução da pesquisa (Barros, 2005, p. 80-81). Nesse sentido, a metodologia não apenas estrutura o método de investigação, mas também assegura que as escolhas teóricas e práticas estejam alinhadas às demandas específicas do estudo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se por uma abordagem explicativa, que visa identificar fenômenos e compreender sua ocorrência no contexto estudado. Conforme Gil (2002, p. 42), esta tem “a preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”, ou seja, explica “a razão, o porquê das coisas”.

Para isso, optou-se pela realização de entrevistas com membros da Comunidade Quilombola Arara, cuja vivência direta oferece subsídios para analisar a importância desse grupo no processo de construção identitária e nas relações socioambientais estabelecidas no Extremo Sul da Bahia, com ênfase no município de Teixeira de Freitas. Dessa forma, busca-se não apenas mapear as dinâmicas locais, mas também relacioná-las aos impactos sociais e ambientais decorrentes dessas interações.

Diante destas escolhas, o estudo é, deste modo, voltado para abordagem qualitativa, por ter as seguintes características: trabalhar com pessoas ou fenômeno, variáveis e informações ao qual é construído um referencial teórico geral sobre a temática pesquisada.

Na abordagem qualitativa a pesquisa de campo consente que o pesquisador reflita e tenha um olhar diferenciado a respeito do objeto. Desse modo, adota-se, para a coleta de dados, o uso de entrevistas, rodas de conversa para o levantamento das informações e narrativas, que foram gravadas em áudio e transcritas para a análise e interpretação dos dados.

Neste estudo, adotar-se-á a pesquisa explicativa, que se caracteriza pela investigação direta junto a grupos significativos relevantes para a análise do objeto de estudo (Alves, 2003). Essa abordagem pressupõe a interação com membros da comunidade quilombola Arara no caso,

aqueles cujas experiências e vivências são essenciais para compreender as dinâmicas investigadas, garantindo assim a profundidade imprescindível para explorar relações e fenômenos em contexto específico.

5.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Na busca por compreender as narrativas e experiências das comunidades quilombolas na construção da identidade socioambiental, esta pesquisa se concentra nos moradores da Comunidade Quilombola Arara. Os participantes da pesquisa são descendentes de africanos que, ao longo da história, resistiram à opressão do sistema escravista e construíram suas próprias comunidades, preservando suas culturas e conhecimentos antigos.

Através de entrevistas e diálogos, busca-se reaver as memórias, tradições e contribuições dessas famílias negras pioneiras para a formação socioeconômica e cultural de Teixeira de Freitas, bem como entender seus desafios e interações com a Fazenda Cascata, contextualizando, assim, a resistência e preservação cultural da Comunidade Quilombola Arara.

Dessa forma, foram selecionadas para serem entrevistadas dez pessoas, sendo cinco da Comunidade Quilombola Arara, quatro moradores descendentes das famílias negras pioneiras no município de Teixeira de Freitas (BA) e um morador da localidade da Prainha, nas proximidades do Rio Itanhém. Todos ligados à Comunidade Quilombola. Numa amostra constituída por pessoas é necessária que seja conhecido e descrito: faixa etária, escolaridade, renda, sexo, etnia, credo religioso, estado civil, profissão e outros fatores, desde que sejam pertinentes aos objetivos da investigação.

No quadro abaixo está demonstrado o perfil sociodemográfico dos seis entrevistados.

Quadro – 1 Caracterização dos Participantes da pesquisa- Perfil Sociodemográfico

Variáveis	Nº de participantes
Sexo: Masculino	06
Idade: 70 - 90	05
Estado Civil: Casado	06
Cor/Raça: Preta/Parda	06
Fonte de Renda: Aposentadoria/Autônomos	06

Credo Religioso: Católicos	06
40 - 50: Adicional	02
Abrangência territorial-Brasil: Extremo Sul da Bahia	06

Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Nesse sentido, a escolha desse coletivo de pessoa, é por fazer parte, ter convivido e ser descendente das famílias negras pioneiras que habitaram, desde meados do final do século XIX e século XX, a região, moradores da Comunidade Quilombola Arara e da localidade.

Outro aspecto notável notado durante a pesquisa foi a falta de envolvimento feminino na formação da história comunitária. Algumas dessas mulheres afirmaram que não possuem tanto conhecimento histórico quanto os homens, especialmente os mais velhos. Dessa forma, é relevante salientar os lugares e papéis de gênero das mulheres nas comunidades quilombolas.

5.3 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Lakatos e Marconi explicam que a coleta de dados constitui uma das etapas iniciais de qualquer pesquisa científica. Para as autoras, “a coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta dos dados previstos” (Lakatos; Marconi, 2017, p. 190).

Sendo assim, a coleta dos dados dar-se a partir de documentação indireta, que compreende à pesquisa feita através de livros, periódicos, artigos científicos, site de internet com base de dados como: *Scopus*, *Google* acadêmico, *Scielo*, como também com consultas de documentos oficiais como leis, resoluções e decretos; já a documentação direta, recorre das entrevistas semiestruturadas e das rodas de conversa, gravadas e transcritas para análise dos resultados obtidos.

A fundamentação teórica deste estudo consiste no levantamento de artigos dos últimos cinco anos, por se tratar de novas abordagens sobre comunidades quilombolas no Brasil, principalmente na região do extremo sul, que se referem ao processo identitário e cultural e às relações socioambientais, destacando a trajetória da Comunidade Quilombola Arara e a construção de identidades desta, no município. Ou seja, estas fontes foram usadas para dar embasamento teórico e análise qualitativa na qual foram compreendidos artigos completos publicados nos anos de 2019 a 2024.

Sobre a temática foram identificadas comunicações precisamente com o recorte temporal no Extremo Sul da Bahia, sendo estes, artigos científicos para revisão da literatura nas bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, Consensus, Research Rabbit entre outras, além dos livros e periódicos, aplicando as seguintes palavras-chave: comunidades quilombolas, quilombo, relações socioambientais e história ambiental. Além de estudos anteriores que consideramos essenciais para a discussão da temática, como por exemplos, Albuquerque e Fraga Filho (2006), Abreu (2010) e Nascimento (2006), pois têm significativa importância em relação ao embasamento do tema em estudo.

Nesta pesquisa, algumas categorias foram elencadas, como: Quilombos: direitos e reconhecimentos, processo identitário, resistência, decolonialidade; Comunidades Quilombolas no Brasil; Comunidade Quilombola Arara; Relações socioambientais; dentre outras questões sobre as comunidades tradicionais quilombolas, o que requereu uma abordagem conceitual das mesmas.

Os procedimentos e técnicas de coleta de dados para a pesquisa explicativa sobre a comunidade Quilombola no extremo sul, tem como objetivo compreender a realidade vivenciada pelo grupo por meio da abordagem qualitativa, busca adquirir a variedade e o detalhamento dos dados. Logo, os procedimentos e técnicas de coleta de dados que foram utilizados são:

1 - Técnicas de Entrevistas: Foram realizadas com os moradores da comunidade, as quais buscaram compreender as experiências, percepções e opiniões dos participantes;

2 - As Rodas de Conversa: organizadas com os moradores mais antigos da comunidade local;

3 - Análise de Conteúdo: usada para compreender o contexto histórico, social, cultural, econômico e ambiental do grupo entrevistados nas rodas de conversa.

5.3.1. Rodas de Conversa com Entrevistas

As rodas de conversa constituem um ambiente colaborativo que estimula a troca de ideias e vivências, favorecendo um aprendizado recíproco e respeitoso. Para que essas interações se mantenham produtivas e inclusivas é utilizada uma variedade de técnicas. Essas estratégias têm o objetivo de facilitar não apenas a comunicação, mas também a escuta ativa, a empatia e a criação de consensos.

Desta maneira, Afonso e Abade (2008, p. 45) afirmam que a Roda de Conversa consiste em uma estrutura como um diálogo onde todos os participantes possuem uma voz igualmente relevante. É possível apresentar informações e argumentos ao grupo, mas é fundamental que

essas contribuições sejam feitas no espírito da roda, refletindo distintas perspectivas e formas de pensar. Essa diversidade pode aprofundar a reflexão coletiva em processo. Não é necessário chegar a um consenso ou limitar a discussão a uma única visão.

Dentre as abordagens mais comuns, destaca-se a aplicação de perguntas abertas, a prática da escuta reflexiva e a realização de dinâmicas em grupo que asseguram a participação igualitária de todos os participantes. Para esse estudo, será aplicada a abordagem de perguntas abertas, promovendo, assim, o crescimento tanto individual quanto coletivo.

Uma das principais técnicas para a coleta de dado é a entrevista, pois estabelece a interação entre o entrevistado e o entrevistador, permitindo uma série de informações, como também aprofundar os dados fornecidos e coletados. Quanto ao tipo de entrevista foi escolhido a semiestruturada, por proporcionar maior flexibilidade a partir das perguntas básicas serem utilizadas, bem como o entrevistador poder fazer as anotações após as entrevistas, para maior compreensão nas análises dos dados colhidos e transcritos.

Segundo Marconi e Lakatos (2022, p. 163), “a amostra é uma parcela conveniente selecionada do universo (população), é um subconjunto do universo”. Foi realizada amostragem aleatória simples, ou seja, um processo para obter amostras de uma pequena parte de uma população que se pretende conhecer.

Logo, para este estudo, o número de entrevistados a ser selecionado foi de dez (10) pessoas, entre moradores locais, representantes das primeiras famílias negras da região e moradores da Comunidade Quilombola Arara. Os critérios para escolha dos entrevistados levaram em conta sua conexão com as relações e a história da Fazenda Cascata e da Comunidade Quilombola Arara.

O roteiro, enquanto instrumento metodológico, consiste em um conjunto de perguntas abertas predefinidas, embora permita a inclusão de questionamentos espontâneos durante a condução das entrevistas. Essa flexibilidade busca alinhar-se às perspectivas decolonial e intercultural, garantindo que a interação com os participantes não se reduza a estruturas rigorosas, mas dialogue criticamente com as experiências e saberes locais, conforme os pressupostos teóricos adotados.

Dessa maneira, o Quadro 2 apresenta o roteiro para as entrevistas nas Rodas de Conversa, direcionadas às primeiras famílias descendentes de quilombolas moradores de Teixeira de Freitas, descendentes de quilombolas e a moradores da Comunidade Arara.

Quadro 2 - Roteiro para a entrevista nas Rodas de Conversa, direcionada às primeiras famílias descendentes de quilombolas, moradores de Teixeira de Freitas

1 - Qual é a visão da/o senhor/a sobre o processo de construção da história de Teixeira de Freitas e a contribuição das primeiras famílias de descendentes quilombolas no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da região?
2 - Quais são os exemplos de práticas socioambientais realizados pela comunidade e quais foram os maiores desafios enfrentados no decorrer dos anos?
3 - Como são ou foram as relações entre a Comunidade Arara e a Fazenda Cascata na construção da identidade local ao longo do tempo?
4 - Como o/a senhor/a vê o silenciamento da história das famílias negras pioneiras no município de Teixeira de Freitas?
5 - Como o senhor se lembra da vida na comunidade quando jovem?
6 - Quais os conselhos os senhores dariam para as gerações mais jovens para manterem a cultura e a resistência da comunidade?

Fonte: Elaboração Própria (2024).

As entrevistas podem revelar as lutas e desafios enfrentados, contribuindo para a conscientização social e a defesa dos direitos humanos. Esses depoimentos são, ao mesmo tempo, valiosos para a pesquisa acadêmica, enriquecendo campos como a antropologia e a história. No entanto, é essencial que essas entrevistas sejam conduzidas com respeito, ética e o consentimento dos participantes, garantindo sua segurança e confidencialidade.

Cabe ressaltar que a análise dos documentos oficiais se fez necessário, como leis, decretos, como, por exemplo, o Decreto nº 4887/2003 que traz a definição de remanescente de quilombo no seu 2º artigo, segundo o qual versa sobre o reconhecimento expresso de que tais terras desempenharam uma função primordial na garantia da pluralidade étnica da matriz cultura brasileira. Com isso, demonstra o reconhecimento da identidade étnica da Comunidade Quilombola Arara.

Outro documento oficial importante é a Constituição Federal Brasileira de 1988, onde é destacado no artigo 68 – sobre o Ato de Disposições Constitucionais Transitórias – o direito à titularidade das terras onde habitam povos e comunidades tradicionais.

5.4 ANÁLISE DOS DADOS

Durante a pesquisa e, após a coleta dos dados, foi feita a análise por categorização, que compreende o trabalho realizado pelo pesquisador a partir dos relatos das observações, as transcrições das gravações de áudio e todas as informações disponíveis. Nesta etapa é usado o procedimento da Análise de Conteúdo pautada nas técnicas propostas por Bardin (2011). Assim, as categorias obtidas e localizadas nas narrativas dos entrevistados serão organizadas por categorização, beneficiando o aparecimento de contribuição científica no campo da temática estudada.

A pesquisa qualitativa foi usada porque justifica sua capacidade de explorar de forma mais aprofundada os fenômenos sociais, culturais e subjetivos, oferecendo percepções que métodos quantitativos não alcançam.

Para Nascimento (2016, p. 147) a abordagem qualitativa proporciona vários métodos de investigação e coletas de dados, através de entrevistas, observações, documentos, registros, filmes. Nascimento defende esta abordagem, por usar a entrevista para obter dados e por acreditar que, através deste método, se alcance resultados mais reais que dialoguem com os objetivos desejados.

Segundo Bardin (2011, p. 47), o termo “análise de conteúdo”:

designa um conjunto de técnicas e análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Nesse sentido, a análise e interpretação dos dados será aplicada aos documentos escritos, à revisão de literatura e aos relatos obtidos nas entrevistas, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada, induzindo à descrição e interpretação destes materiais, assim como a inferências sobre as categorias de produção e considerações dos mesmos.

No entanto, ao adotar a técnica de análise de conteúdo, se faz necessário seguir o rigor para alcançar a interpretação dos dados coletados, ou seja, de acordo com Bardin (2011, p. 95), a análise é composta por três etapas essenciais para a pesquisa, a saber: a pré-análise, organização e exploração do material (codificação); o tratamento dos dados (categorização), sendo que, nessa fase, o pesquisador interpretará o material coletado; e as inferências.

A pré-análise, a codificação e a categorização permitem organizar e tratar o material coletado de forma sistemática, enquanto as inferências garantem que as conclusões estejam alinhadas tanto com a integridade metodológica quanto com os compromissos éticos adotados no Termo de Consentimento. Dessa forma, o respeito às diretrizes legais e a aplicação criteriosa das etapas analíticas reforçam reciprocamente a confiabilidade e a proteção dos participantes ao longo de toda a pesquisa.

Nesse sentido, a produção de dados está conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Especial atenção foi dada à produção de dados em que teve a participação dos membros da Comunidade Quilombola, a qual é realizada de maneira explícita e com assinatura

do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo a privacidade e vedando a divulgação dessas informações sem o consentimento expresso (Brasil, 2018).

O primeiro passo para a coleta de dados foi a solicitação formal, por meio do documento “Termo de Anuência”, para a realização da pesquisa junto às lideranças da Comunidade Quilombola Araras, que concedeu autorização. Posteriormente, o estudo ora proposto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) com seres humanos da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Portanto, a participação na pesquisa foi voluntária, sendo requisitado aos entrevistados o consentimento por meio do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE). Este cuidadoso processo assegura a integridade e a ética da pesquisa, respeitando os direitos e a privacidade dos participantes. Além disso, em todas as etapas da pesquisa, manteremos o anonimato de todos os envolvidos. Procuraremos explicar de forma clara os objetivos, os benefícios e riscos da sua participação, sendo que uma cópia ficará com os entrevistados e a outra devolvida à pesquisadora.

CAPÍTULO I

“Quem nunca passou por uma encruzilhada, não sabe escolher caminhos”.

Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo, em carta ao Fórum Social Mundial, em 2021).

VOZES SILENCIADAS, HISTÓRIAS RECONSTRUÍDAS: AS FAMÍLIAS NEGRAS PIONEIRAS E A LUTA PELA MEMÓRIA NO EXTREMO SUL DA BAHIA³

Marli Souza Silva Mascarenhas e Débora Schmitt Kavalek

INTRODUÇÃO

A região do Extremo Sul da Bahia compreende uma área de 18.514,33 Km². Limita-se com o “Território de Identidade Costa do Descobrimento”, com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e com o Oceano Atlântico. É composta por treze municípios e se encontra dentro de um dos trechos da BR 101 que interliga o trânsito entre a região sudeste e o nordeste do Brasil.

Segundo Cerqueira Neto (2011), a região Extremo Sul da Bahia apresenta como um “território de identidade um projeto que o Estado elaborou para estruturar sua diversidade cultural e econômica, através daquilo que a região produz nos principais setores da economia, dentre as quinze regiões delimitadas pelo Governo da Bahia” (Cerqueira Neto, 2011, p. 02).

Na década de 1960 aconteceram grandes transformações na região, principalmente no então “povoado” de Teixeira de Freitas, com a chegada das indústrias madeireiras, da agropecuária e de moradores de outros Estados, promovendo o crescimento e desenvolvimento do município. Nesse contexto acontecem as relações socioeconômicas, as quais englobam tipos de propriedades e a gestão da economia, com processos de circulação de mercadorias e o consumo destas, além da divisão de trabalho que vai se configurando no desenvolvimento local, determinando as mudanças nas estruturas socioeconômicas e com isso, as relações ambientais vão se modificando no decorrer do comportamento do ser humano.

Nesse cenário configura-se o modelo de colonialidade, por se tratar da conexão entre o passado e o presente, no qual surge um modelo de poder resultante da experiência moderna colonial. Nota-se que, na região Extremo Sul da Bahia, o pensamento predominante, principalmente nos meados do século XIX e início do século XX, era voltado para o

³Capítulo publicado no livro: Relações, conflitos socioambientais e respostas multidirecionais: contribuições interdisciplinares. / Organizadoras: Guineverre Alvarez; Cristina Grobério Pazó; Luziléa Brito de Oliveira. –Porto Seguro: UFSB, 2024. O referido capítulo está conforme foi publicado no livro, portanto, segue suas normas de publicação.

colonialismo, pois o trabalho era direcionado para atividades na lavoura e comercialização de mandioca, café e cacau, as quais eram realizadas pelas famílias negras da época (Gomes, 2015).

A preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial, é importante em qualquer área. A busca pela organização e conservação dos documentos é algo que remonta os séculos V e IV a.C, com o objetivo de estabelecer direitos, testemunhar a história e os fatos, desde a antiguidade grega. Destaca-se, nesse contexto, que essa organização, no decorrer da história, muitas vezes foi constituindo elementos que direcionaram ao silenciamento de alguns grupos sociais que também fizeram parte desse processo de construção da história.

Nesse sentido, aborda-se neste capítulo a história da Fazenda Cascata, que teve um relevante papel no processo de formação e desenvolvimento de Teixeira de Freitas, BA. Único patrimônio histórico do município de Teixeira de Freitas, está localizada a 6 Km da cidade, às margens da rodovia BR 101, com a sua cronologia alicerçada na história da Bahia. A Fazenda se configura como um lugar de memórias, segundo Mascarenhas (2018, p. 63), que “guarda, em um só ambiente, amostras de vários ciclos econômicos como o café, cacau, mandioca e também a pecuária, desde a segunda metade do século XIX”.

Pretende-se, com a pesquisa, contribuir para preservar e salvaguardar o patrimônio histórico-cultural, arquitetônico e ambiental da Fazenda Cascata através da história, das memórias e da cultura de várias gerações da família Muniz de Almeida e a formação identitária de um povo. Da mesma forma, num olhar decolonial, objetiva-se apontar a importância e a participação das famílias negras na formação socioeconômica, cultural e ambiental no Extremo Sul da Bahia, com destaque para a cidade de Teixeira de Freitas onde está localizada a Fazenda Cascata.

Para esta pesquisa, a metodologia será de caráter qualitativo, a partir do levantamento exploratório nas bases de dados. Segundo Gil (2002, p.44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Pensando em uma proposta com observações e pesquisa bibliográfica, escolheu-se trabalhar pautado em uma abordagem crítico-reflexiva e histórica da Fazenda Cascata e suas interconexões com as relações socioeconômicas e ambientais no Extremo Sul da Bahia, num olhar decolonial, que analisa os problemas atuais considerando a história e as relações de poder. Logo, o motivo que levou à escolha desse tema é atentar para a reflexão e preservação, salvaguarda do patrimônio histórico-cultural, bem como o processo de transformação da Fazenda Cascata em um patrimônio histórico, lugar de memórias e identidade/ tradições,

verificando como as narrativas sobre as famílias negras pioneiras foram construídas no processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia.

Portanto, o historiador parte do presente para analisar seu objeto, com o olhar no passado, levando-se em consideração o contexto da época, a mentalidade, o comportamento, entre outras coisas, para assim exercer sua interpretação, e, possivelmente, podendo fazer algumas projeções para o futuro.

CONCEITO DE DECOLONIALIDADE

Quijano (2005) reconhece que a colonialidade é um dos elementos constitutivos do padrão mundial de poder capitalista, que se fundamenta na imposição e classificação racial/étnica da população e refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si por meio do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. E ainda afirma que,

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia européia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 121).

Ainda segundo Quijano (2005), o conceito de colonialidade das relações aponta para a dinâmica de dominação em um sistema que, ainda hoje, mantém as sociedades ocidentais como centro e os outros países como periferia. As relações de dominação são estabelecidas pela associação entre cor da pele e a classe social. Logo, o objetivo de Quijano é de apontar a perpetuação da divisão social entre países ocidentais e não ocidentais. As estruturas neocoloniais que reforçam essa dominação não são puramente econômicas, mas sim políticas, ideológicas, culturais e, muitas vezes, violentas. Com isso, o autor afirma que,

Os senhores brancos latino-americanos, donos do poder político e de servos e de escravos, não tinham interesses comuns, e sim exatamente antagônicos aos desses trabalhadores, que eram a avassaladora maioria da população dos novos Estados. E enquanto na Europa e nos Estados Unidos a burguesia branca expandia a relação social chamada capital como eixo de articulação da economia e da sociedade, os senhores latinoamericanos não podiam acumular seus muitos benefícios comerciais comprando força de trabalho assalariada, precisamente porque isso ia contra a

reprodução de sua condição de senhores. E destinavam esses benefícios comerciais ao consumo ostentoso das mercadorias produzidas, sobretudo, na Europa (Quijano, 2017, p. 20).

A compreensão histórica da ideia de raça foi criada em relação às novas identidades associadas à natureza dos papéis e lugares no novo arcabouço global de controle do trabalho. Esses dois conceitos, raça e divisão do trabalho, estão estruturalmente associadas e atuam de maneira recíproca apoiando-se, embora nenhuma das duas seja dependente da outra para existir ou para se transformar (Quijano, 2015, p.118).

O conceito de decolonialidade surge a partir dos estudos pós-coloniais e busca denunciar as estruturas de poder e dominação presentes nas relações coloniais e pós-coloniais. Se baseia na ideia de que as relações coloniais não se limitam apenas ao período em que aconteceram as colonizações, mas continuam a exercer influência nas dinâmicas políticas, sociais, culturais e econômicas até os dias de hoje.

Nesse sentido, a decolonialidade propõe uma crítica aos sistemas de conhecimento dominantes, que foram construídos a partir de uma perspectiva colonizadora, e procura valorizar e desempenhar outras formas de conhecimento, saberes e perspectivas que foram marginalizadas ou silenciadas durante o processo de colonização.

O pensamento e a atitude decolonial apresenta o entendimento de que:

A decolonialidade surge do rompimento com o pensamento pós-colonial que, até então, desenvolvia trabalhos com conceituações e categorias voltadas para o processo de colonização na África e Ásia entre os séculos XVIII e XX. Esses estudiosos também romperam com o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, uma vez que eles criticavam o fato de o grupo não desenvolver uma análise crítica sobre o colonialismo na América Latina a partir dos fatos latino-americanos, mas sim a partir das perspectivas dos indianos (Oliveira; Lucini, 2021, p.3).

Somente no final do século XX houve o entendimento de que o termo decolonialidade não era somente uma questão de luta, mas uma discussão que deveria ser pautada em questões teóricas, conceitos, bem como na formação de grupos de estudiosos para desenvolver as análises críticas do colonialismo, principalmente na América Latina. As autoras ainda afirmam que “o colonialismo se refere ao processo e ao sistema colonial em si e que foi empregado para dominação e exploração do trabalho e das riquezas dos colonizados” (Oliveira; Lucini, 2021, p. 4).

Assim, é importante ressaltar que a decolonialidade não é um conceito único e estático, mas um elemento de estudos em constante desenvolvimento. Diferentes pesquisadores têm

contribuído com suas perspectivas e reflexões para esse contexto e existem diferentes abordagens e interpretações sobre o tema.

LUGARES DE MEMÓRIA

Para abordar sobre os lugares de memória, apresenta-se o teórico Pierre Nora, historiador francês conhecido por sua obra “*Lieux de Mémoire*” (Lugares de Memória). Nessa obra, o autor explora a importância dos lugares físicos na construção e preservação da memória coletiva de uma sociedade. Em seu texto “Entre Memória e História: A problemática dos lugares” elabora a noção de lugar de memória, nos três sentidos da palavra:

São lugares, com efeito, material simbólico e funcional, simultaneamente, somente em diversos graus. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto à noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou (Nora, 1993, p.21-22).

Ao discorrer sobre os lugares de memória, o autor aponta espaços que possuem uma pretensão de memória. Assim, mesmo um lugar de aspecto material, como é o depósito de arquivos, só é lugar de memória se o pensamento permite uma percepção simbólica (Nora, 1998).

De acordo com Pierre Nora (1993), os “lugares de memória” são locais físicos que desempenham um papel fundamental na preservação e transmissão da memória coletiva de uma sociedade. O autor argumenta que esses lugares têm o poder de evocar e representar eventos históricos, símbolos e valores culturais que são significativos para uma determinada comunidade. Nora destaca que, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma tendência de incorporar as arquiteturas dos séculos XIX e XX à categoria de monumentos históricos, o que resultou em uma homogeneização do significado dos valores associados a esses lugares. Essa homogeneização pode influenciar a forma como a sociedade interpreta e se relaciona com sua própria história.

Nora (1993) ainda ressalta que os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários,

organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações são naturais” (Nora, 1993, p.13).

O autor segue conceituando os lugares de memória como restos, porque os lugares de memória não reportam o passado tal qual ele era, não podem reproduzir os acontecimentos, mas apenas partes deste passado, por isso são os restos do passado. Eles “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (Nora, 1993, p. 12-13). Ou seja, são esses lugares de memória que enquadram essa memória coletiva, que criam suas tradições para garantir a identidade de um grupo ou nação.

Sobre os lugares de memória e os restos do passado, Nora (1993, p.22) ressalta que,

Se a história, o tempo e a mudança não interferissem seria necessário se contentar com um simples histórico dos memoriais. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...]: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.

Percebe-se que um lugar de memória só tem razão de ser porque há a influência da história, do tempo e da mudança, em que as lembranças permanecem até que serão ligadas com as vivências de cada pessoa em um determinado contexto histórico. Se não ocorresse essa ligação, constituiria apenas um simples histórico dos memoriais.

Do ponto de vista de Nora (1993), quanto menos a memória é vivida no interior, mais ela tem precisão de suportes exteriores e de referências palpáveis de uma existência que só vive através delas. No entanto, por esse motivo, ocorrem as fixações pelo arquivo que caracteriza o contemporâneo e que influencia, ao mesmo tempo, “a salvaguarda integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado” (Nora, 1993, p.14). Entendemos que não existe essa preservação integral nem do presente e nem do passado, apenas períodos estabelecidos pela história que permanece na memória como recordação daquele momento vivenciado pelos indivíduos. Nesse sentido, será uma memória não espontânea, pois tornou-se uma memória material de registro e imagem, com a necessidade de suportes tangíveis que determinem sua existência.

Burke (2006) problematiza a importância da memória coletiva, elegendo o conceito de memória social. Para Burke, cabe ao historiador se interessar pela memória tanto como fonte histórica, quanto como acontecimento histórico. Além de considerar as ações de lembrar

também fontes para a história, compete ao historiador atentar para essa história social do lembrar e do esquecimento.

Já o conceito de patrimônio, de acordo Choay (2017, p.99), induz a uma padronização do significado dos valores, o que foi reproduzido de maneira diferente quando, após a Segunda Guerra Mundial, as arquiteturas dos séculos XIX e XX foram pouco a pouco integradas à categoria de monumentos históricos.

Ao tratar do tombamento do patrimônio, Choay (2017) relata e diferencia a importância dos valores atribuídos aos monumentos, principalmente os de categoria nacional, a exemplo da França, evidenciando o valor primário restabelecido a sociedade, considerando econômico com resultado de patrimônio nacional. Foi na França que, através de política específica no século XX, legitimou o valor econômico dos monumentos históricos.

O autor ainda afirma que “na França revolucionária foi o valor nacional que legitimou todos os outros, dos quais é indissociável, e a cujo conjunto hierarquizado comunica seu poder afetivo”. É nessa perspectiva que o conceito de valor patrimonial inicia e que Choay (2017) traz o conceito de valor cognitivo, ao mesmo tempo educativo, com esse sentido de poder afetivo, em que os monumentos históricos “permitem construir uma multiplicidade de histórias dos costumes, da arte, das técnicas, promovendo assim, a pesquisa intelectual e a formação das profissões e dos artesanatos”.

Por fim, a abordagem do valor artístico é apontada em segundo plano, pois nessa época, no século XX, “o conceito de arte é impreciso e a noção de estética mal acaba de surgir” (Choay, 2017, p.118). Isso acontece porque naquele momento o patrimônio era visto como parte econômica e, dessa forma, a noção de monumento histórico continuaria ausente. Contudo, esse conceito tem em si mesmo o valor cognitivo e o valor artístico, pois “unia a historiografia e os estudos de antiguidade” (Choay, 2017, p.128).

FAZENDA CASCATA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

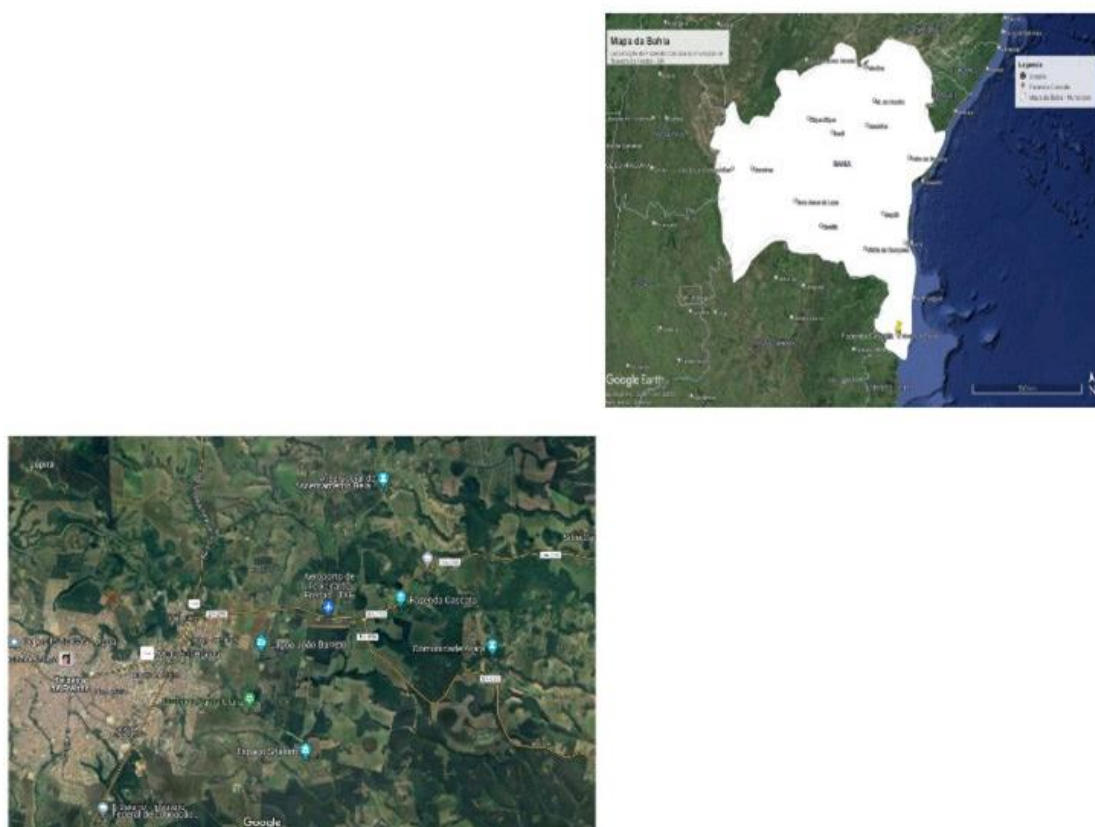
Em meados do século XIX, iniciou-se a história da Fazenda Cascata na região do Extremo Sul da Bahia, pelo senhor Joaquim Muniz de Almeida, residente na cidade de Alcobaça na época, e que percebeu a oportunidade de crescimento e desenvolvimento do lugar. O seu primeiro contato com o espaço aconteceu através de uma viagem de canoa pelo rio Itanhém, onde trabalhou primeiramente com o cultivo da mandioca. Nesse sentido, o rio tornou-se referência para o processo de comercialização nas cidades circunvizinhas, sobretudo Alcobaça

e Caravelas. Dessa forma, de acordo com Mascarenhas (2018), a Fazenda Cascata teve uma relevante atuação no desenvolvimento da economia regional, que pode ser reconhecida por meio da casa de farinha, barcaças e canoas que escoavam a produção. (Fazendas Antigas, 2017)

A Fazenda Cascata está localizada em área remanescente da Mata Atlântica, oportunizando ações de preservação ambiental e garantindo às futuras gerações o seu legado. Apresenta uma privilegiada localização geográfica, a qual fez desta Fazenda uma localidade estratégica para o desenvolvimento de Alcobaça, Caravelas e, por conseguinte, de Teixeira de Freitas. (Fazendas Antigas, 2017).

Além das atividades desenvolvidas, a Fazenda Cascata contribuiu no processo educacional, implantando a primeira escola (que de acordo, com as pesquisas já realizadas, não foi identificado o nome da escola, mas da primeira professora vinda de Salvador, a senhorita Carmélia, que foi sucedida pela professora Julieta). A escola funcionava pelo turno matutino e vespertino para atender os filhos das 40 famílias no entorno e aos filhos do proprietário da fazenda. No local também foi construída uma capela onde realizavam missas e, atualmente, são realizados também casamentos. Durante os mais de 160 anos de existência, muitas foram as contribuições, mas também muitos conflitos socioeconômicos, ambientais e culturais aconteceram. Sua privilegiada localização geográfica fez desta Fazenda um local estratégico para o desenvolvimento regional (Figura 1).

Figura 1-Localização da Fazenda Cascata no município de Teixeira de Freitas, BA.



Fonte: Imagem do Google Satélite - 2024

Segundo Wagmacker e Oliveira (2022), outro indício da importância da Fazenda é o fato de que a mesma consta no mapa do Estado da Bahia de 1925, elaborado por Theodoro Sampaio. A Fazenda possui memória e tradição de nove gerações no Extremo Sul da Bahia, sendo formada por: primeira geração, Joaquim Muniz de Almeida; segunda geração, Joaquim Muniz de Almeida Filho; terceira geração, Joaquim Muniz de Almeida Neto (conhecido por Quincas Neto); quarta geração, Bernardino de Almeida Figueiredo; quinta geração, José Sérgio de Almeida Figueiredo e; sexta geração, José Sérgio de Almeida Figueiredo Filho, Caio Dal Monte Figueiredo e Marina Dal Monte Figueiredo. A Fazenda já foi doada aos três herdeiros da sexta geração da Cascata: José Sérgio Filho, Caio Figueiredo e Marina Figueiredo. Atualmente ainda predomina no local a agricultura, pecuária e atividades agrícolas.

Figuras 2 e 3 Família Muniz de Almeida – Árvore Genealógica.



Fonte: Imagens/quadro: “árvore genealógica” - Família Muniz de Almeida.

Acervo: Fazenda Cascata

(https://www.facebook.com/fazendacascateixeiradefreitas/?locale=pt_BR) .

Acessado em 27 de fevereiro de 2024).

A Fazenda Cascata passou por restauração e tombamento, a partir da proposta da “Fundação Quincas Neto”, o qual teve a colaboração dos docentes e discentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus X, se configurando, através do Projeto Cascata, como o primeiro museu, intitulado “História e Memória” tendo assim, como parceria a Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas no governo Vagner Ramos de Mendonça.

Portanto, em 2011 a Fazenda Cascata passou a ser Patrimônio Histórico e Cultural e passou por um processo de restauração, por sua história fazer parte da história da região e do país, com destaque para a produção, e escoamento do comércio local e hoje figura como ponto turístico e histórico da região Extremo Sul da Bahia.

Nota-se que somente a Fazenda Cascata é considerada um bem patrimonial de Teixeira de Freitas, ainda que no município coexistem outros espaços que também fazem parte da história da população, por exemplo, a Feira de domingo no São Lourenço, o São João em Teixeira de Freitas, a Praça dos Leões, entre outros espaços.

FAZENDA CASCATA: UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO COLONIAL

O patrimônio histórico e cultural consiste num conjunto de bens de natureza material e imaterial, que são considerados como importantes para a manutenção do legado histórico, da memória coletiva, da cultura e da identidade nacional, regional e local.

A preservação do patrimônio histórico auxilia a compreender melhor a história do passado, o presente e o futuro de comunidades e sociedades. Além disso, essa compreensão permite a construção de novas memórias, bem como uma imagem mais crítica e consciente sobre a história, garantindo a manutenção do seu legado.

A escolha apenas da Fazenda Cascata como detentora da simbologia de um patrimônio do município levanta alguns questionamentos. Segundo Michel de Certeau (2009, p. 194), devemos estar atentos à seleção dos bens materiais eleitos como patrimônios públicos, assim devemos questionar: Quem faz esta seleção? Baseados em quais critérios? O que deve ser eleito como patrimônio? O que deve ser legado à sociedade do futuro? Por que outros bens materiais e imateriais da cidade de Teixeira também não foram tombados por essa política patrimonialista? Questões não respondidas por esta pesquisa, mas que precisam ser problematizadas.

De acordo com Gomes (2015), antes mesmo da cidade de Teixeira de Freitas conquistar sua emancipação política em 09 de maio de 1985, já vinham sendo organizadas atividades desenvolvidas na lavoura e comercializadas em outras localidades a partir de ações socioeconômicas, políticas e culturais dos sujeitos que já habitavam a localidade. Mas a construção desta história e memória depara-se com equívocos e silêncios muitas vezes informados a partir de um olhar voltado para a ideia de modernidade que, segundo Gomes (2015, p.5), foi “aprimorado e incorporado aos modelos de desenvolvimento que bem atendiam ao incremento do capitalismo”, o qual foi estabelecendo elementos para o silenciamento de outros grupos sociais que também fizeram parte deste processo de construção da história do município.

Através desses silêncios podem-se levantar vestígios de ideias que foram propagadas aos habitantes, desde o início da história de Teixeira de Freitas, logo após a sua emancipação. Gomes (2009) afirma que a memória oficial do processo de emancipação atrela o “desenvolvimento da cidade unicamente ao incremento da atividade madeireira e aos imigrantes capixabas, desqualificando, através do silenciamento, a atuação das famílias negras pioneiras que ali estabeleceram o Comercinho dos Pretos” (2009, p. 7).

Para tratar desses e outros sujeitos que também tiveram participação na história do município e muitas vezes permanecem invisíveis nesse contexto, Susana Teodoro Ferreira (2010) em sua monografia “A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960”, discute sobre as famílias negras pioneiras no município. Nessa época, a cidade ainda era conhecida como “Comércio dos Pretos” ou “Mandiocal” e, ao ponto de vista da autora, não foi dada a devida importância “aos pioneiros habitantes que, certamente, participaram do desenvolvimento de Teixeira de Freitas” (2010, p.11).

Ainda segundo Ferreira (2010, p.11), tais “famílias de negros habitavam o lugar antes mesmo das serrarias”. A autora buscou, impulsionada por seus questionamentos, a origem dos pioneiros habitantes, vinculando-a ao uso e ocupação da terra e constatando a predominância da citada população na zona rural na década de 1960 (Ferreira, 2010, p.12). Logo, essas vozes foram e são até hoje silenciadas na história de Teixeira de Freitas.

A história dos pioneiros negros é importante, porque os mesmos contribuíram para a formação socioeconômica e cultural do município, por fazerem o uso e ocupação da terra para a agricultura e o comércio de subsistência e, segundo Ferreira (2010, p. 11), por se tratar, originalmente, de um povoado constituído por famílias negras que também participaram do desenvolvimento local.

Na atualidade, novas comunidades foram surgindo na região, principalmente as formadas por pessoas descendentes de escravizados, que contribuíram para o desenvolvimento econômico, social e cultural, no Extremo Sul da Bahia. Estas comunidades como Helvécia, Rio do Sul, Volta Miúda, Arara, entre outras, consistem em reconhecimento legal por parte do governo estadual como Comunidades Quilombolas.

O município teixeirense tem como exemplo a Comunidade Quilombola Arara, que, neste estudo, é destacada pela sua contribuição quanto à consciência em conservar os recursos ambientais, sociais e econômicos, como também pela permanência e resistência às significativas alterações no entorno ambiental. Ou seja, é um exemplo de resistência e organização da população negra rural, a qual teve e tem sua participação na história e memória do desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. A figura abaixo mostra a área, seus doadores e sua estrutura descrita na placa de entrada.

Figura 4 - Comunidade Quilombola Arara, localizada no município de Teixeira de Freitas – BA.



Fonte: Comunidade Quilombola Arara localizada no município de Teixeira de Freitas-BA. Foto: <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/13-de-maio-dia-de-historia-luta-e-legado-que-corre-no-sangue-afro-brasil-eiro/>. Acessado em 23 de fevereiro de 2024.

A Comunidade Quilombola Arara é uma comunidade rural, localizada no território teixeirense, na Rodovia BA – 290, sentido Alcobaça, que se encontra na condição de subdistrito. São cerca de quase 300 famílias, descendentes diretos de pessoas que foram escravizadas no Sul da Bahia, cuja principal atividade é a agricultura familiar. (Arboretum)

Segundo Jesus (2021, p. 18), a sua localidade está na parte alta composta por uma associação de moradores, uma cooperativa de produção, uma escola, a igreja São Benedito, um campo de futebol, bem como algumas residências, a exemplo dos domicílios dos senhores Zuza, Zeco e Wilson e outros familiares.

Logo, percebe-se que, os senhores Zuza, Zeco e Wilson, puderam dar continuidade às suas heranças, memórias e histórias advindas de suas gerações anteriores. Nesse sentido, Greyce Bonjardim da Silva Carmo afirma que

Quanto aos mais antigos na comunidade e irmãos da família Félix Correa. Zuza, Zeco e Wilson, como são conhecidos na localidade, são agricultores e participantes das atividades coletivas da comunidade. Sr. Zuza ainda trabalha na produção do campo, roçado e vendagem de sua pequena produção. Costuma produzir sementes e inserir-se nos eventos, discussões e ações da comunidade a partir da atuação da associação de moradores. Sr. Wilson é aposentado e participa somente de eventos comemorativos e representativos da comunidade, em razão de sua cegueira. Sr. Zeco também trabalha com pequena produção de subsistência. Os três possuem propriedades e participam do programa PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da prefeitura de Teixeira de Freitas (Carmo, 2019, p.48).

Avançando na problemática dos lugares de memórias em Teixeira de Freitas, percebe-se o silenciamento da história das famílias negras pioneiras. Os lugares de memória na cidade apresentam em sua materialidade e funcionalidade instrumentos importantes para salvaguardar memórias locais além de produzirem conhecimento. Quando se trata da colonialidade em relação a bem patrimonial, principalmente em Teixeira de Freitas, tem-se a ideia de colonialidade da relação de poder, ou relação colonial que permanece nas diversas formas, sejam elas nas questões ecológicas, sociais e políticas. Para pensar em bem patrimonial local, deve-se iniciar por alguns espaços no município que estabelecem essas relações, em que é possível analisar a percepção da comunidade sobre o patrimônio cultural como um bem intangível, como uma forma de resistência à colonização. O patrimônio material que se sobressai na cidade, como é o exemplo do Memorial Legislativo da Câmara Municipal, destaca alguns indivíduos homenageados como representantes de uma da história, ou seja, história ajustada na política, na economia da região enquanto outros sujeitos históricos são silenciados na memória oficial da cidade, como por exemplo, as famílias de negros e moradores participantes do processo de constituição e emancipação do município (Figura 5).

Figura 5 - Memorial Legislativo da Câmara Municipal de Teixeira de Freitas.



Fonte: Mascarenhas, M.S.S. (2024).

Outros bens patrimoniais que possuem relação com a colonialidade são o Departamento de Arquivo Geral, a Divisão de Arquivo e Patrimônio e a Biblioteca Pública Municipal Libertação (Figura 6). Desses bens citados, o que mais se aproxima a questões de colonialidade

é o Memorial, pois neste espaço se encontra somente relações envolvidas em todo contexto político, econômico e a memória local da elite.

Figura 6 - Biblioteca Pública Municipal Liberdade em Teixeira de Freitas, BA.



Fonte: Mascarenhas, M.S.S. (2024).

Portanto, a colonialidade é uma forma de relação entre a sociedade local e a estrutura de poder que cresce na região, tendo em vista a produção de bens patrimoniais que a sociedade valoriza cultural e historicamente, em uma perspectiva diversa, sendo um bem “colonizado” quando a função se torna mais importante do que sua essência, na perspectiva da sociedade local. A relação entre a colonialidade e o bem patrimonial reflete a relação entre as forças colonizadoras e a comunidade local, em que os bens patrimoniais podem ser criados por agentes e instituições externas, ou pelas comunidades locais, e ainda podem ser exibidos ou promovidos como elementos turísticos, como é caso da Fazenda Cascata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem importante contribuição, tanto no questionamento sobre a seleção dos bens materiais eleitos como patrimônios públicos, como quanto à discussão sobre a colonialidade na formação identitária de um povo, principalmente em relação às famílias negras que tanto contribuíram para o desenvolvimento econômico, social, cultural da região.

Conclui-se que a colonialidade, em suas diversas formas de representação, está atrelada aos processos de formação identitária de um povo, relacionando-o com valores externos à

sociedade local. Ou seja, pode se manifestar através de uma reestruturação dos bens patrimoniais, de pertencimento local ou até mesmo na inclusão social englobada na própria localidade.

No contexto do Extremo Sul da Bahia, essas questões têm sua relevância no acesso ao patrimônio como forma de resistência à imposição cultural, econômica e política, permitindo a criação de narrativas e interpretações próprias dos bens. Isso significa que os bens patrimoniais, sejam eles naturais, culturais ou imateriais, podem ser utilizados pelas comunidades para expor suas memórias e narrativas, superando o sentido de desvalorização atribuído pelas relações de dominação estabelecidas historicamente.

Assim, enfatizam a relevância e as implicações da pesquisa na identificação da valorização da herança cultural, que destaca a importância de preservar e valorizar o legado cultural das famílias negras pioneiras e seu papel fundamental no desenvolvimento da região, reconhecendo que tais narrativas contribuem para uma compreensão mais completa da história local e da diversidade étnica e cultural da região.

Outro aspecto relevante é referente as interconexões identificadas entre a Fazenda Cascata, as relações socioeconômicas e o desenvolvimento regional que destacam a necessidade de promover iniciativas que auxiliam o progresso econômico das comunidades locais, ao mesmo tempo em que se preserva e valoriza a história dos negros pioneiros na região, resultando, desta forma, a consciência socioeconômica da população tanto local quanto regional.

De tal forma, levando-se em consideração as questões de pertencimento, identifica-se, quando se trata da história das famílias negras pioneiras, a contribuição no desenvolvimento da região, constituindo-se uma base sólida para o avanço de políticas, programas e projetos que oferecem o respeito à diversidade, justiça social, preservação da herança cultural e a sustentabilidade ambiental no Extremo Sul da Bahia. Sendo assim, reforça-se a importância de se valorizar e preservar as contribuições das famílias negras pioneiras, bem como de adotar abordagens sustentáveis e inclusivas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**; tradução de Alda Porto. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARMO, Greyce Bonjardim da Silva. **Percepção ambiental na comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA)**, 2019. Dissertação. (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais). Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Sul da Bahia e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Porto Seguro, BA, 2019. f. 124. Disponível em: < <https://repositorio.ifba.edu.br/jspui/handle/123456789/199>. Acessado em fevereiro de 2024.

CERTEAU, Michel de, 1925-1986. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar, Luce Giard, Pierre Mayol; tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**; tradução Luciano Vieira Machado, - 6. ed. – São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CERQUEIRA NETO, Sebastião P. G. de Cerqueira. **Um Recorte Geográfico Sobre as Contradições do Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo47.pdf>> Acesso em 14 de agos de 2023.

FERREIRA, Susana Teodoro. **A vida privada de negros pioneiros do povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960**. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação – Campus X, Colegiado de História. Teixeira de Freitas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. **Teixeira de Freitas – ditos e Não Ditos**: Uma cidade em disputa de memórias. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios, 27 a 31 de julho de 2015 – Florianópolis – SC.

JESUS, Paulo Cesar Pereira de. **Ofício, rela, batuque e caixa de samba e pandeiro: sonoridade, oralidade e expressão da cultura afro-brasileira na comunidade tradicional Arara**. Teixeira de Freitas, 2021. 145f. Disponível em: <<https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=enUS&id=234¬icia=>> Acessado em fevereiro 2024.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.; tradução de Lúcia Matilde Endlich Orth. 11. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MASCARENHAS, Marli Souza Silva. **A preservação do arquivo do centro Educacional Machado de Assis- CEMAS (2007-2013) enquanto lugar de memória**. Monografia – Universidade do Estado da Bahia, História, Campus X, Teixeira de Freitas, 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10 de dezembro de 1993. P.7-28.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCIN, Marizete. **O Pensamento Decolonial**: Conceitos para pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. Boletim Historiar, vol. 08, n. 01, jan./Mar. 2021, p. 97-115. Disponível em <[https:// seer.ufs.br/index.php/historiar/index](https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index) >

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005.

ROCHA, Jean Carlos Mendes da; SANTOS. Luís Miguel Luzio dos. **Sustentabilidade Complexa**: o discurso de sustentabilidade sob a perspectiva do Pensamento Complexo de Edgar Morin. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, v. 37, n. 1, p. 208-227, jan/abr. 2020.

BRASIL. Levantamento de Comunidades quilombolas. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastrounico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2024.

CAPÍTULO II

Conversar não só desenvolve a capacidade de argumentação lógica, como, ao propor a presença física do outro, implica as capacidades relacionais, as emoções, o respeito, saber ouvir e falar, aguardar a vez, inserir-se na malha da conversa, enfrentar as diferenças, o esforço de colocar-se no ponto de vista do outro etc. [...] (Warschauer, 2001, p.179).

VIVÊNCIAS, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ARARA EM TEIXEIRA DE FREITAS

Marli Souza Silva Mascarenhas

Débora Schmitt Kavalek

RESUMO

O presente artigo aborda a contribuição das famílias pioneiras nas relações socioambientais do Extremo Sul da Bahia. Esta pesquisa tem como objetivo verificar as narrativas, conjuntos de experiências vividas pelas primeiras famílias negras, e como as mesmas contribuíram para as relações socioambientais, na região do Extremo Sul da Bahia, sobretudo em Teixeira de Freitas. Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi utilizada a metodologia de Rodas de Conversa, caracterizada como uma pesquisa explicativa. O objetivo foi compreender os motivos por trás das narrativas de vida, utilizando registros de análises e interpretações das informações observadas e gravadas em áudios, com uma abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de técnicas de entrevistas seguidas por um roteiro, que serviram de base para as gravações dos áudios. A análise dos dados baseou-se na Análise de Conteúdo, de Bardin (2011). Os principais resultados foram obtidos após a realização das gravações dos áudios, que foram transcritos para análise, os quais contribuiu para o reconhecimento das comunidades tradicionais quilombolas como sujeitos históricos, sendo essencial para a compreensão da identidade cultural e do patrimônio natural da região, bem como para o fortalecimento de suas vozes e a garantia de seu futuro, buscando as interações entre práticas culturais e resistências no contexto do desenvolvimento socioeconômico local.

Palavras-chave: Narrativas e memórias; Famílias pioneiras; Comunidade Arara; Decolonialidade; Relações socioambientais.

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, a partir da perspectiva decolonial, apresentam-se as narrativas das primeiras famílias negras que, ao longo das décadas, desempenharam um papel decisivo na construção das relações socioeconômicas e socioambientais no Extremo Sul da Bahia, com enfoque

específico no município de Teixeira de Freitas. Através das vozes e experiências dessas famílias, pretende-se visibilizar uma história rica e vívida de conhecimentos, práticas e resistências, contribuindo para a preservação dessas comunidades e dos ecossistemas locais.

As primeiras famílias de Teixeira de Freitas, muitas vezes descendentes de escravizados que buscaram liberdade e autonomia nas terras menos acessíveis do interior baiano, desenvolveram uma íntima relação com o ambiente natural. Essas relações não eram apenas de sobrevivência, mas também de respeito e cuidado, motivadas em saberes ancestrais e práticas culturais que valorizavam a interdependência entre seres humanos e a natureza.

As narrativas aqui apresentadas não são apenas relatos do passado; elas são fontes vivas de conhecimento e inspiração para o presente e o futuro. Baseadas nas histórias de vida, memórias e experiências de mulheres e homens descendentes de quilombolas, essas narrativas destacam a importância da resistência e resiliência das primeiras famílias descendentes de quilombolas da comunidade Arara e da cidade de Teixeira de Freitas. Tais relatos mostram como a resistência e a resiliência dessas famílias pioneiras foram fundamentais na construção de uma relação essencial entre sociedade e ambiente.

Ao explorar essas memórias, procura-se, não apenas recontar a história de resistência dessas famílias, mas, além disso, destacar suas contribuições reais para as relações socioambientais, a conservação da biodiversidade e a promoção de uma cultura de respeito e equilíbrio com a natureza. Assim, estas narrativas apresentam considerações sobre a temática, as quais serão analisadas por categorização.

2. METODOLOGIA

Este estudo, embasado numa perspectiva decolonial e de resistência, parte do problema: “Como as primeiras famílias negras contribuíram para a construção das relações socioambientais na região de Teixeira de Freitas e como as narrativas e experiências vividas por essas famílias refletem a resistência e luta contra o colonialismo?”

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Assim, para a coleta de dados, foram realizadas Rodas de Conversa, pois as mesmas promovem uma troca aberta e dinâmica entre os participantes, permitindo que diferentes estratégias sejam compartilhadas. Dentro dessa perspectiva, foi aplicada uma entrevista semiestruturada, com seis participantes entrevistados, que permitiu às pesquisadoras seguir um roteiro de perguntas, mas com flexibilidade para explorar assuntos que surgiram espontaneamente durante a conversa e a observação

participante. Essa combinação de métodos, ao mesmo tempo que mantém a estrutura da entrevista semiestruturada, também favorece um ambiente mais interativo e colaborativo, característico da Roda de Conversa.

Com relação ao roteiro a ser utilizado no momento das entrevistas, este foi usado para a orientação da pesquisadora na condução das entrevistas.

Segundo Alberti (2005),

A função do roteiro é auxiliar o entrevistador, no momento da entrevista, a localizar, no tempo, e a situar, com relação ao tema investigado, os assuntos tratados pelo entrevistado. [...]. o roteiro não é um questionário, e sim uma orientação aberta e flexível. [...]; eles permitem a avaliação da sessão anterior e o estabelecimento de estratégias e diretrizes para a sessão seguinte (Alberti, 2005, p. 177).

Dessa forma, com base no roteiro estabelecido, foram agendadas entrevistas com os participantes, incluindo cinco membros da comunidade Arara e cinco moradores de Teixeira de Freitas, todos descendentes de quilombolas e com vínculos de parentesco com os demais entrevistados. Mas desse dez participantes selecionados para serem entrevistados, somente seis participaram, sendo que os outros quatro não concederam as entrevistas.

Para Nascimento (2016, p. 147) a abordagem qualitativa proporciona vários métodos de investigação e coletas de dados, através de entrevistas, observações, documentos, registros, filmes. Nascimento defende esta abordagem, por usar a entrevista para obter dados e por acreditar que, através deste método, se alcance resultados mais fidedignos e com relação com os objetivos desejados.

Sob a perspectiva de Afonso e Abade (2008),

Uma Roda de Conversa é uma forma de se trabalhar incentivando a participação e a reflexão. Para tal, buscamos construir condições para um diálogo entre os participantes através de uma postura de escuta e circulação da palavra bem como com o uso de técnicas de dinamização de grupo. É um tipo de metodologia participativa que pode ser utilizada em diversos contextos para promover uma cultura de reflexão sobre os direitos humanos (Afonso; Abade, 2008, p. 19).

Dessa forma, a Roda de Conversa, ferramenta valiosa para promover a participação, a reflexão e o diálogo em grupos, se baseia em princípios de escuta ativa, circulação da palavra e dinamização de grupo, e pode ser aplicada em diversos contextos para fomentar uma cultura de reflexão sobre temas relevantes.

Para Moura e Lima (2014), a Roda de Conversa, dentro do contexto da pesquisa narrativa, se apresenta como uma metodologia de coleta de dados onde o pesquisador participa ativamente da discussão, tornando-se um agente da pesquisa. Esse formato possibilita a troca de experiências e a construção de reflexões acerca das práticas educativas dos envolvidos,

facilitando um processo que é mediado pela interação entre os participantes, englobando tanto diálogos ativos quanto momentos de escuta atenta e reflexão crítica (Moura; Lima, 2014).

Além disso, a análise de conteúdo dos dados coletados revela exemplos significativos que auxiliam a entender melhor as dinâmicas econômicas, sociais, culturais e ambientais na comunidade.

Para a análise dos dados, foi empregada a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Nesse processo, o material coletado passa por uma abordagem sistemática, seguindo etapas rigorosas, que incluem: Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados.

Segundo Bardin (2011), o termo “análise de conteúdo”:

designa um conjunto de técnicas e análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Nessa etapa, durante a pesquisa e após a coleta dos dados, foram feitas as análises por categorização, que compreende o trabalho realizado pelo pesquisador a partir das narrativas de vida, das observações, das transcrições das gravações de áudio e de todas as informações disponíveis, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada, induzindo à descrição e interpretação destes materiais, assim como as inferências sobre as categorias de produção e considerações das mesmas.

Assim, as categorias obtidas e localizadas nas narrativas dos entrevistados foram organizadas por categorização a partir de temas, beneficiando o aparecimento de contribuição científica no campo da temática estudada. Conforme Bardin (2011, p. 175), a análise temática é um método de análise qualitativa que envolve a identificação e a compreensão de temas recorrentes em um conjunto de dados, como entrevistas. Este tipo de análise é sobreposto de forma compreensiva, ligando diretamente todos os áudios gravados com base em uma estrutura pré-definida de categorias. (Quadro 03): Mostra a estrutura para a análise das categorias.

Quadro 1- Passos para uma Análise de Categoria, de Laurence Bardin (2011), com ênfase na Interpretação e Inferência dos resultados

1. Definição do	2. Seleção do Material a	3. Leitura Fluente	4. Categorização dos Dados	5. Codificação dos Dados	6. Análise das Categorias	7.	8. Elaboração do Relatório	9. Validação
-----------------------	--------------------------------	--------------------------	----------------------------------	--------------------------------	---------------------------------	----	----------------------------------	-----------------

Objetivo da Pesquisa	Ser Analisado	e Análise Global				Interpretação dos Resultados		
----------------------	---------------	------------------	--	--	--	------------------------------	--	--

Fonte: Quadro adaptado, Bardin, 2011.

Nesta subseção serão feitas as descrições sobre o que é e como se realiza uma análise por categorias de acordo com Laurence Bardin (2011). Segundo a autora, essa técnica envolve a organização e categorização detalhada dos dados coletados, em uma pesquisa qualitativa. Essa técnica possibilita que o pesquisador reconheça e agrupe os elementos do Corpus de análise em categorias temáticas, facilitando a interpretação e análise dos dados.

O foco principal não está na dinâmica ou na estrutura das gravações dos áudios, mas sim na ocorrência e na frequência dos temas que surgem do conjunto de depoimentos. Esses temas são tratados como elementos separados e comparáveis, permitindo uma análise sistemática dos dados coletados.

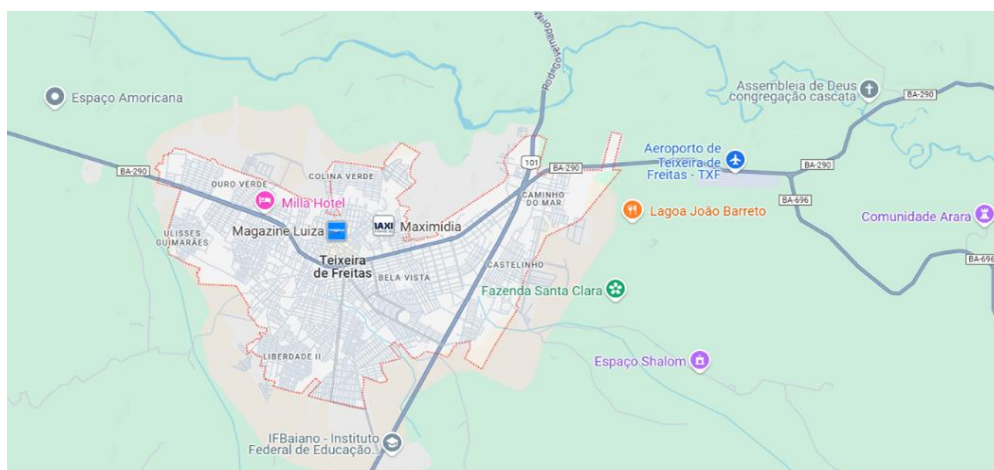
Por fim, apresenta-se as reflexões acerca do estudo realizado, dispondo algumas considerações em relação ao tema pesquisado.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Breve descrição do contexto histórico e geográfico do Extremo Sul da Bahia e de Teixeira de Freitas

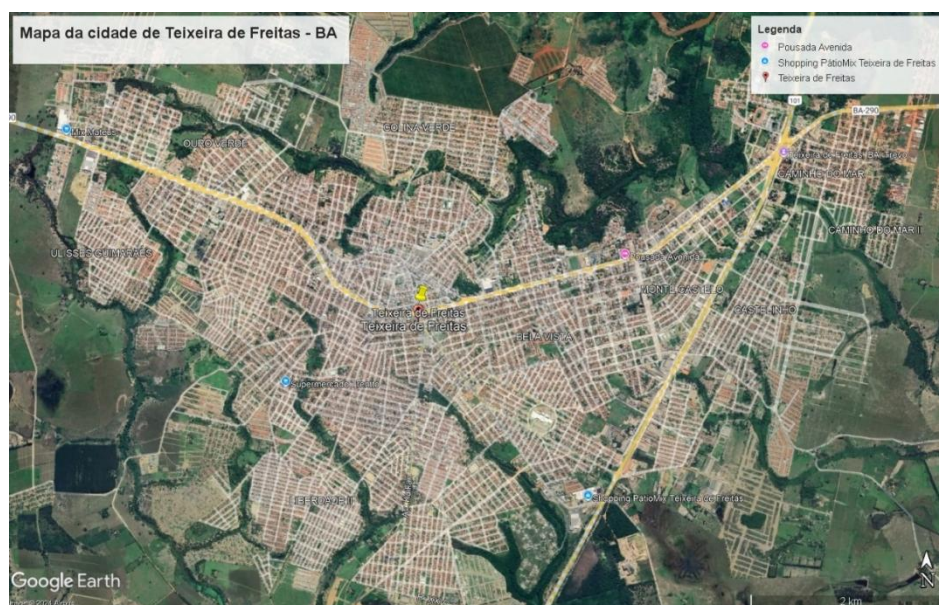
Teixeira de Freitas, situada no extremo sul da Bahia, a 854 km de distância da capital (Figuras 1a e 1b), possui uma trajetória histórica marcada pela emancipação ocorrida em 1985, quando se separou dos municípios de Alcobaça e Caravelas. Na década de 1970, a cidade, com cerca de 8 mil habitantes, cresceu rapidamente após a construção da BR-101, que atraiu muitas pessoas em busca de oportunidades na exploração madeireira da Mata Atlântica. Em 1980, já contava com mais de 40 mil habitantes, tornando-se o maior polo industrial, comercial e habitacional da região. Em 1985, ano de sua emancipação, a população aumentou para aproximadamente 80 mil habitantes (Hooji, 2011, p. 81).

Figura 1a – Mapa da cidade de Teixeira de Freitas – BA.



Fonte: Google Earth Pro, Maps 2025. (Adaptado)

Figura 1b – Mapa da cidade de Teixeira de Freitas – BA.



Fonte: Google Maps, 2025. (Adaptado)

A história socioambiental de Teixeira de Freitas é marcada pela presença de famílias que, apesar de enfrentarem adversidades como discriminação racial, desigualdade social e pressões econômicas, conseguiram criar e manter práticas agrícolas sustentáveis, proteger áreas remanescentes da Mata Atlântica e promover a conservação de recursos hídricos (Wagmacker e Oliveira, 2022).

Em 2024, Teixeira de Freitas celebrou seu 39º aniversário de emancipação política, com data oficial em 9 de maio, marcada por entusiasmo e festividades. A cidade, que é a oitava maior da

Bahia, enfrenta os desafios típicos das cidades em desenvolvimento, como a necessidade de melhorar a infraestrutura e os serviços públicos, para continuar seu crescimento e prosperidade.

Wagmacker; Oliveira (2022) citam dados do Atlas Brasil de 2013 para descrever o município de Teixeira de Freitas, afirmando que:

Desde a implantação da BR 101 na década de 1970, o município de Teixeira de Freitas apresenta um processo de crescimento populacional bastante considerável. Após a construção da rodovia, muitas pessoas de localidades distintas são atraídas pela exploração madeireira, ocorrida em função da preexistência da Mata Atlântica naquela região. Nesta mesma década, o Censo Demográfico registra uma população de 8 mil habitantes. Com a imigração ocorrida, o povoado cresce repentinamente: em 1980 o município possui mais de 40 mil habitantes e se transforma no maior polo industrial, comercial e habitacional da região. Em 1985, ano de sua emancipação, a cidade conta com aproximadamente 80 mil habitantes e, em 2004, segundo o censo do IBGE, esse número aumenta para 114.208 habitantes. No ano de 2017, o IBGE estima a população em 161.690 pessoas, registrando assim uma taxa média anual de 2,57%, enquanto no Brasil essa taxa não alcança 1,7% neste mesmo período (Wagmacker; Oliveira, 2022, p. 95).

Durante essas três décadas de emancipação, a cidade de Teixeira de Freitas (BA) passou por várias transformações, como na área de educação, com novas universidades públicas, como o campus da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), inclusive com o curso de Medicina, Psicologia e Licenciaturas; campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), desde 1990, com as Licenciaturas no Campus X; e o campus do Instituto Federal Baiano (IFBAIANO). Ademais tem-se também faculdades privadas, além de outras transformações que contribuíram para o desenvolvimento do município.

Além disso, a história socioambiental em Teixeira de Freitas é marcada pela presença de famílias, que, apesar de enfrentarem múltiplas adversidades, incluindo discriminação racial, desigualdade social, pressões econômicas e invisibilidades no processo de construção dessa identidade, foram capazes de criar e manter práticas agrícolas sustentáveis, proteger áreas de Mata Atlântica remanescente e promover a conservação de recursos hídricos (Wagmacker; Oliveira, 2022).

Teixeira de Freitas, com seus 39 anos de trajetória, se destaca como um relevante centro regional na Bahia, evidenciando o dinamismo e a força de uma cidade em desenvolvimento. Desde sua criação, passou por transformações notáveis, de uma área rural para um importante meio econômico e cultural em melhoria. Essa composição de um setor agrícola sólido com o crescente desenvolvimento urbano tem gerado prosperidade local, atraindo novos moradores e oportunidades de crescimento. Assim, o município enfrenta os desafios característicos das

cidades em desenvolvimento, como a necessidade de melhorar a infraestrutura e os serviços públicos.

A descrição da cidade de Teixeira de Freitas é necessária para apresentar o objeto de estudo principal, a Comunidade Quilombola Arara. Em seguida, apresenta-se a comunidade, descrevendo algumas características, contexto histórico e geográfico deste espaço.

A Comunidade Quilombola Arara está localizada no município de Teixeira de Freitas, na BA 290, no estado da Bahia. Segundo Mascarenhas e Kavalek (2024),

A Comunidade Quilombola Arara é uma comunidade rural, localizada no território teixeirense, na Rodovia BA – 290, sentido Alcobaça, que se encontra na condição de subdistrito. São cerca de quase 300 famílias, descendentes diretos de pessoas que foram escravizadas no Sul da Bahia, cuja principal atividade é a agricultura familiar (Mascarenhas; Kavalek, 2024, p. 228).

Nesse sentido, a comunidade fica na parte alta e ocupa uma área de 7000m² doada pelo senhor Izídio Correia dos Santos e Dona Maria Odete, como está escrito na placa de entrada da comunidade e que a mesma tem o acesso às cidades de Alcobaça, Prado e Caravelas.

O nome "Arara" faz referência ao nome da comunidade, que consiste na rica biodiversidade local, com a presença de aves da espécie arara, e com a chegada dos moradores mais antigos que presenciou tais espécies, deu-se o nome de Arara para a comunidade que se inicia naquela época. Jesus (2021, p. 17) ressalta que um dado importante sobre a comunidade foi sobre a mãe do senhor Zuza e Zeco que provavelmente chegou à comunidade no final do século, no ano do seu nascimento em 1900.

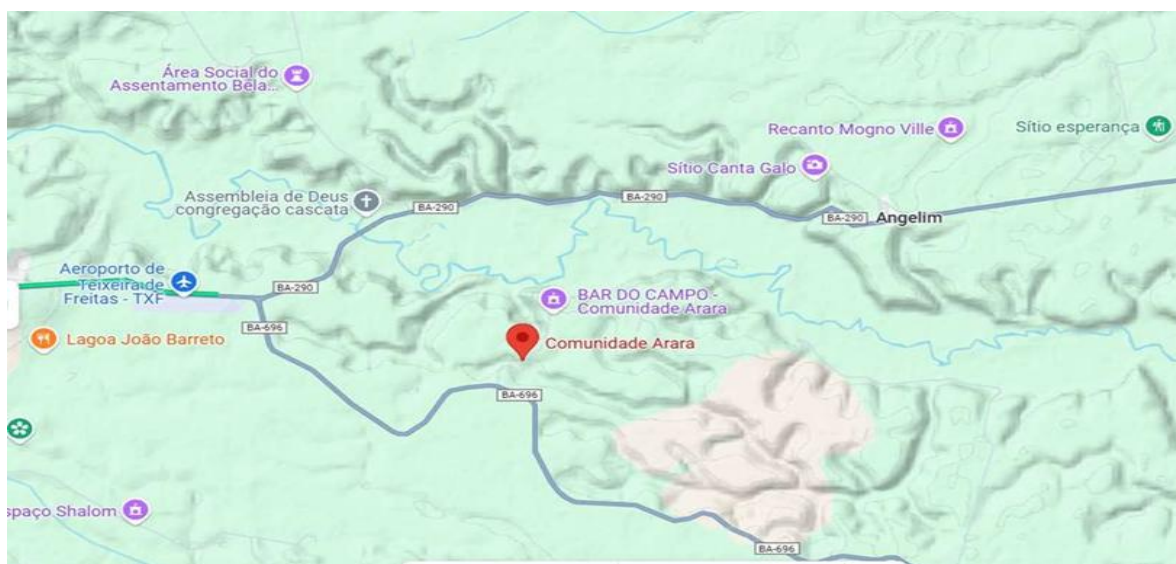
Nota-se que a comunidade Arara, do ponto de vista geográfico, compreende uma localidade que se conecta com várias outras comunidades e distritos, destacando no extremo sul baiano sua importância econômica e natural, ou seja, conservação e preservação ambiental. Essa relevância histórica e territorial está fortemente ligada a elementos geográficos, como o Rio Itanhém, que não apenas integrou a região a outros núcleos urbanos, mas também sustentou atividades produtivas essenciais, como o plantio de mandioca, cacau, entre outras.

Percebe-se que o Rio Itanhém como conta o senhor W.F.P, servia como principal canal de ligação com a cidade de Alcobaça, o que servia por muitas décadas meio de escoamento da produção de farinha produzida em Arara, assim como outros mantimentos que eram levados para serem comercializados, como trazia também para o consumo diário. Essa dinâmica evidencia como a preservação ambiental — já que o rio é parte vital do ecossistema local — está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento socioeconômico, unindo a tradição produtiva da comunidade Arara à valorização sustentável de seus recursos naturais.

Atualmente, a comunidade tem uma intensa relação com a terra e a natureza, marcada por práticas tradicionais como a agricultura, o cultivo do cacau, da mandioca e coleta de sementes, entre outras formas de subsistência. Assim, a Comunidade Quilombola Arara preserva um modo de vida comunitário, em que as relações de solidariedade e cooperação são essenciais para o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade e localidade.

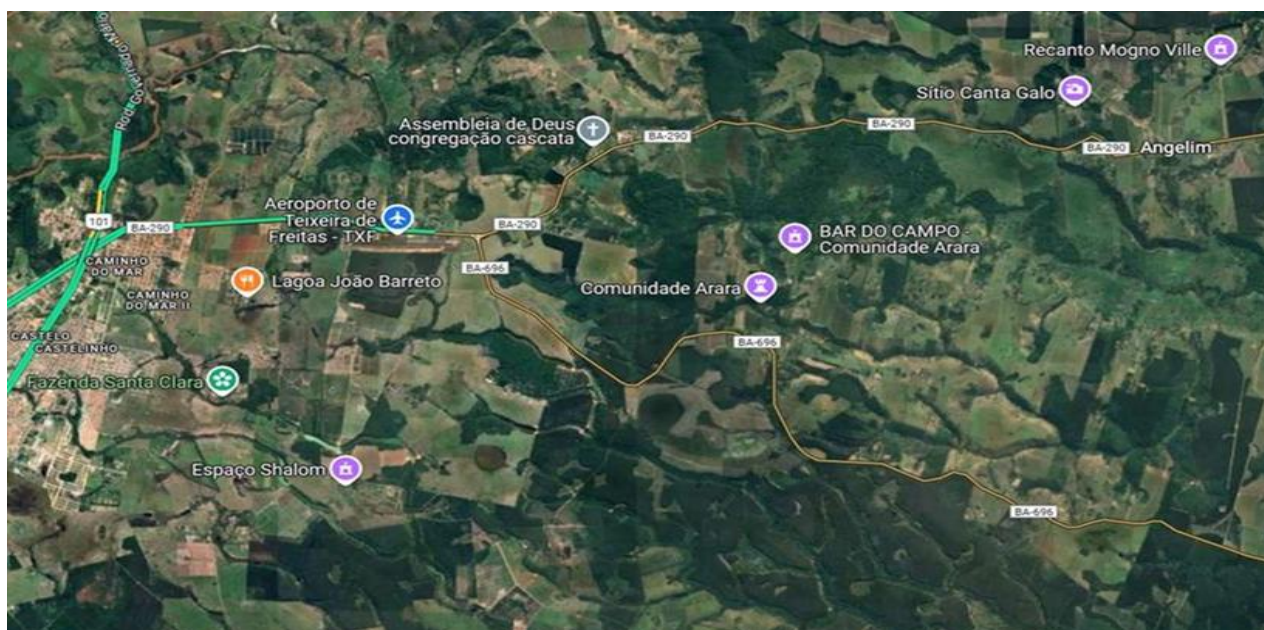
A comunidade ainda não possui a regularização fundiária, mas entende que o reconhecimento legal de seu território, lhes garante o direito de posse e o acesso a políticas públicas que favoreçam o seu desenvolvimento sustentável e a preservação do seu modo de vida. Quanto a esse direito, é necessário que um líder busque, por meio dessas políticas públicas, incentivos e benefícios para a comunidade. A seguir, os mapas representando a comunidade (Figuras 2A, 2B E 2C).

Figura 2a - Mapa da Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas, BA.



Fonte: Google Maps, 2025 (Adaptado).

Figura 2b - Mapa da Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas, BA



Fonte: Google Maps, 2025 (Adaptado).

Figuras 2c-Mapa da Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas, BA.



Fonte: Google Maps, 2025 (Adaptado).

Portanto, o contexto geográfico do Extremo Sul da Bahia e de Teixeira de Freitas é caracterizado por uma rica diversidade natural, uma posição estratégica e um potencial significativo para o desenvolvimento econômico e ambiental.

4. RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL

A resistência negra no Brasil constitui uma longa trajetória e refere-se à diversidade e complexidade das formas de luta e resistência adotadas pelos negros ao longo da história, que se manifesta desde a formação de quilombos durante a escravidão até os movimentos sociais e culturais contemporâneos. A luta por direitos, reconhecimento e igualdade continua sendo uma parte principal da história e da identidade do povo negro no Brasil.

Esse processo abrange diversas estratégias e formas de luta que se interconectam e se fortalecem mutuamente, incluindo resistências físicas, culturais, políticas, educacionais, religiosas e econômicas, entre outras. Durante o período da escravidão, até 1888, a resistência manifestava-se por meio da formação de quilombos e da realização de revoltas.

Segundo Marquese (2006, p. 115), a resistência é definida como um fenômeno que se manifesta por meio da formação de quilombos e revoltas em larga escala, sendo uma resposta à opressão da escravidão. O autor menciona que a resistência não se limitou à acomodação com os poderes senhoriais, mas também proporcionou maiores possibilidades para a resistência, sobretudo em Minas Gerais, onde a presença de quilombos era significativa e mantinha intensas trocas econômicas com a sociedade ao redor.

Além disso, Marquese (2006, p. 121) ressalta que a resistência sistêmica à escravidão somente teve equivalentes históricos na Guerra dos Palmares e depois, no movimento abolicionista da década de 1880. Segundo o autor, “com efeito, entre 1807 e 1835, a Bahia viveu um período de rebeliões contínuas dos escravos africanos, cujo ápice foi a Revolta dos Malês, levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas”. A resistência, de tal modo, é vista como um processo difícil, que envolve tanto a luta coletiva dos escravos, quanto as dinâmicas sociais e econômicas que permitiram essa luta.

Enquanto Reis (1996, p. 15) afirma que, embora a revolta e a formação de quilombos não tenham sido as únicas formas de resistência coletiva durante o período da escravidão, estas foram, sem dúvida, as mais significativas. A revolta é semelhante às ações coletivas registradas na história de outros grupos marginalizados, enquanto o quilombo representa um movimento característico dos escravizados.

Em muitos casos, no entanto, significa diferenciar uma forma da outra. Ainda que diversos quilombos tenham surgido pouco a pouco com a adesão de fugitivos, sejam eles individuais ou em grupos, muitos outros resultaram de fugas coletivas que começaram em decorrência de revoltas. Este parece ter sido o caso em Palmares, por exemplo. Ao mesmo tempo, os quilombolas abandonavam volta e meia os seus esconderijos para insurgir contra a escravatura nos engenhos e nas fazendas, alinhando-se diretamente ao que se entende como uma revolta.

No entanto, até os dias atuais, ainda persiste essa busca de luta coletiva dos descendentes de quilombolas, sobretudo, no Brasil, em que poucas comunidades são reconhecidas como remanescentes de quilombos. Com isso, novas possibilidades surgiram para dar mais visibilidade a essas lutas, como, por exemplo, marcos de resistência negra no Brasil, como as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.65/2008.

A legislação brasileira, por meio das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, desempenhou um papel importante ao ampliar a visibilidade das comunidades quilombolas e suas contribuições para a formação histórica e cultural do país. A primeira lei tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, enquanto a segunda incluiu também a história e cultura dos povos indígenas, robustecendo a importância da diversidade étnico-racial na educação. Essas medidas, não apenas promoveram o reconhecimento das comunidades quilombolas como sujeitos históricos, no entanto, incentivaram a valorização de suas tradições, memórias e lutas por direitos territoriais e identitários.

Nesse sentido, percebe-se que as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 concebem marcos legais basilares para o reconhecimento e valorização das comunidades quilombolas no Brasil. Ao instituir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, essas leis não apenas promovem a visibilidade desses grupos, entretanto fortalecem a luta por direitos, identidade e justiça social. Dessa forma, contribuem para a construção de uma sociedade mais plural e consciente de suas raízes históricas e culturais.

Assim, pode-se perceber na seção seguinte todo esse processo significativo na formação identitária das comunidades tradicionais em todo o contexto regional e local.

4. 1 As primeiras famílias descendentes de quilombolas no Extremo Sul da Bahia

A contribuição das primeiras famílias descendentes de quilombolas nas relações socioambientais do Extremo Sul da Bahia reflete a interação entre herança cultural, resistência e adaptação às condições locais. Essas famílias desempenharam um papel significativo na formação da identidade regional e na conservação dos recursos naturais locais.

As narrativas de resistência e resiliência são importantes no estudo de histórias e culturas, pois refletem como indivíduos e comunidades enfrentam e superam adversidades. Essas narrativas não apenas documentam desafios, mas também celebram a força e a capacidade de recuperação diante de dificuldades.

Para abordar sobre as primeiras famílias descendentes de quilombolas no Extremo Sul da Bahia, Abreu (2010, p. 4) discute o surgimento das comunidades quilombolas no final do século XIX. Segundo o autor, enquanto uma parte da população negra, após a abolição da escravatura, já se encontrava aquilombada e continuava em resistência, outra parte, composta pelos negros alforriados pela Lei Áurea, se integrou aos demais, formando novas comunidades. Quanto ao contexto histórico das famílias descendentes de quilombolas no município de Teixeira de Freitas-Bahia, segundo Benedito de Souza Santos (Teixeira de Freitas, 2021).

Existem duas correntes abordadas dentro da história referente ao período de escravidão. A primeira fala sobre o negro em situação escrava como um objeto, e que aceita de forma submissa a sua escravidão. Essa linha de pensamento foi aceita e propagada pela elite brasileira principalmente no século 16 e 18, concepção essa formada por convicções religiosas. A segunda linha de pensamento histórico traz a pessoa negra escravizada como alguém que resiste, que sabe que não nasceu escravo, e muito menos aceita essa condição. Essa linha fica ainda mais evidente quando pensamos nos quilombos, que eram formados por negros que fugiam da situação escravocrata aos quais se encontravam, e formavam comunidades que sobrevivem até hoje (Teixeira de Freitas, 2021).

No contexto histórico das famílias quilombolas pioneiros de Teixeira de Freitas, destaca-se a chegada de Manuel de Etelvina, Júlio Rico e Aurelino, considerados os primeiros a se estabelecerem na região. Eles ocuparam o território onde hoje está localizada a Praça Castro Alves — popularmente conhecida como Praça dos Leões —, espaço que simboliza não apenas a fundação do núcleo urbano, mas também a resistência e ancestralidade dessas comunidades.

Teórico importante nesta discussão é Munanga (2013), que se destaca por suas pesquisas acerca da cultura e da identidade dos afro-brasileiros, explorando de que maneira a diáspora africana no Brasil gerou modos de resistência e adaptação. Sua pesquisa proporciona uma visão aprofundada das dinâmicas culturais e sociais que moldam as práticas ambientais das comunidades negras no Brasil.

Ainda para tratar dessa abordagem, destaca-se o estudioso Gramsci (1978), que desenvolveu o conceito de "hegemonia" e explorou como a resistência pode ser organizada para provocar sistemas dominantes. Suas ideias são úteis para compreender as formas de resistência cultural e ambiental das comunidades negras. A teoria gramsciana é relevante e pode ser usada para

analisar como as comunidades negras enfrentaram e resistiram às estruturas de poder, influenciando suas práticas socioambientais.

Para a compreensão da obra gramsciana em sua totalidade, o conceito hegemonia constitui-se como um ponto-chave para entender conceitos primordiais que alicerçam a obra de Gramsci como: subalternidade, reforma intelectual e moral, revolução passiva, educação e autoeducação das massas, entre outros.

Ao utilizar esse conceito de hegemonia de Gramsci (1978), podemos entender o processo, bem como as relações sociais e políticas efetivadas durante a emancipação da cidade de Teixeira de Freitas e o desenvolvimento econômico do extremo sul da Bahia, principalmente em meados do século XIX e início do século XX.

Com base na análise do conceito de hegemonia de Gramsci (1978), é possível concluir que o processo de emancipação de Teixeira de Freitas e o desenvolvimento econômico do extremo sul da Bahia foram marcados por complexas relações de poder e resistência. A luta por autonomia e justiça social, protagonizada pelas comunidades locais, revela uma disputa às estruturas dominantes e uma reconfiguração das dinâmicas políticas e econômicas da região.

A teoria gramsciana, deste modo, oferece uma base sólida para compreender como essas transformações foram construídas a partir da organização e da resistência popular, destacando a importância das lutas sociais na formação histórica e identitária do território. Dessa forma, a história da região não apenas reflete um processo de desenvolvimento econômico, mas também uma contínua busca por liberdade e justiça social.

Já do ponto vista Quijano (2005), decolonialidade e colonialidade, conceitos desenvolvidos pelo autor, parte de uma análise mais ampla sobre as consequências duradoras do colonialismo e do imperialismo na América Latina e em outras partes do mundo.

A colonialidade refere-se às estruturas de poder e conhecimento estabelecidas durante o período colonial, que persistem até os dias atuais. Já a decolonialidade consiste em um movimento teórico e político que busca desorganizar essas estruturas de colonialidade. Ela propõe uma reavaliação crítica das narrativas históricas, das práticas sociais e dos sistemas de conhecimento que perpetuam a dominação colonial.

Portanto, Quijano desenvolveu tais conceitos para explicar as dinâmicas de poder e conhecimento que emergiram, como o colonialismo, e que continuam a influenciar as sociedades contemporâneas. Na análise de Quijano (2005), esses conceitos estão interligados, porque juntos fornecem um olhar pelo qual se pode analisar e desafiar as desigualdades e hierarquias que persistem como legados do colonialismo.

No entanto, a principal crítica, conforme Quijano (2005), é que a colonialidade remete às estruturas de conhecimento eurocêntricas, bem como conhecimento sobre a colonialidade do poder e do saber. Nesse sentido, a decolonialidade argumenta que o poder colonial não se limitou à dominação política e econômica, mas também a dominação epistemológica. Já a colonialidade do poder e do saber implica que as estruturas de conhecimento eurocêntricas foram usadas para legitimar e perpetuar a dominação colonial, criando a matriz de poder que ainda influencia as relações globais de conhecimento.

Todavia, no século XIX, ocorre uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global. Isto é, a colonialidade do poder cria uma ordem mundial neocolonial, retratando assim o imperialismo como configuração do padrão mundial de Poder, que se prologaram por outros meios, como a dominação, a exploração, a subalternização e a dependência centro-periferia. Meios esses denominados por Anibal Quijano (2005) como colonialidade inerente à Modernidade, em que os europeus invadiram as Américas em 1492 em que nasciam três categorias históricas: a América Latina, o Capitalismo e a Modernidade.

No pensamento de Xavier (2024), decolonizar, portanto, implica afirmar a história a partir da visão dos dominados, explorados e subalternizados, significa afirmar que a América se constitui como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial, como primeira identidade da modernidade.

Quijano (2005, p. 437) vê o colonialismo como uma “relação de dominação direta, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes”. Ainda afirma que o “colonialismo, no sentido de uma dominação política formal de algumas sociedades sobre outras, parece assunto do passado” (Quijano, 2015, p. 427).

As narrativas, ponto central deste estudo, na perspectiva das comunidades quilombolas, as quais apresentam um processo crescente de mobilização e organização, cuja pauta consisti na busca pela efetivação dos seus direitos, com ênfase para o direito à terra. Nesse contexto, a luta das comunidades quilombolas por seus direitos e por sua identidade é política e histórica.

No processo histórico, após a abolição da escravidão e a proclamação da República, permaneceu a violenta desigualdade. Mas é fundamental lembrar, segundo Souza (2021), “a importância que tiveram os movimentos, resistências e reações por parte da população negra”.

Quando se fala em resistência quilombola desde o período escravocrata no início do século XVIII, poucas eram as revoltas. Segundo Reis (95-96, p.22), o que sobressaía mesmo eram “a resistência individual, as fugas e a formação de quilombos. Conforme Reis, o que se destacava principalmente no final do século XVIII eram:

As revoltas se tornaram mais freqüentes a partir do final do século XVIII, favorecidas pela expansão das áreas dedicadas à agricultura de exportação e a conseqüente intensificação do tráfico escravo, que fez crescer a população cativa e em particular o seu contingente africano. Apenas durante os últimos quarenta anos do tráfico, chegaram ao Brasil 31% dos cerca de quatro milhões de africanos importados ao longo de três séculos e meio (39). Acrescente-se que, durante o século XIX, aconteceram os movimentos pela independência e revoltas regionais, se difundiram ideologias liberais e mais tarde abolicionistas, processos que criaram um ambiente favorável à rebeldia escrava, quando não a envolveram diretamente (Reis, 95-96, p.22).

Com isso, percebe-se que no século XIX foi ponto essencial para todos os movimentos de resistência, não só pelas ideologias liberais e abolicionistas, mas também pelas lutas e resistências afrodescendentes por liberdade e constituição dos quilombos. Nesse sentido, Reis (95-96, p.22) afirma que “somado a um maior número de africanos, e mais ainda, de africanos do mesmo grupo étnico, reforçava a identidade coletiva, o estranhamento em relação à cultura local e estimulava a consciência de força diante das camadas livres”.

Como destaca Reis (95-96, p. 22), “já os escravos da Bahia, por exemplo, foram particularmente irrequietos durante as três primeiras décadas do século XIX e tinham o perfil demográfico que acabei de descrever, com as conseqüências culturais apontadas”. Ou seja, ainda no pensamento de Reis (95-96), atualmente, eles (“escravos rebeldes”) servem de inspiração para o povo negro do Brasil em suas lutas pela conquista da cidadania plena.

Atualmente, surge o conceito de “Aquilombar-se”, que segundo Souza (2021),

É, portanto, uma ação contínua de existência autônoma frente aos antagonismos que se caracterizam de diferentes formas ao longo da história dessas comunidades, e que demandam ações de luta ao longo das gerações para que esses sujeitos tenham o direito fundamental a resistência e existirem com seus usos e costumes. Esses existir tem um movimento fortemente voltado para a coletividade, para os laços que unem os quilombolas entre si e que, num movimento mais amplo e recente, une as comunidades de distintas regiões.

Desse modo, o autor destaca a importância da resistência contínua e autônoma das comunidades quilombolas frente aos antagonismos históricos que enfrentam. A luta por direitos fundamentais, como o direito à resistência e à preservação de usos e costumes, é uma responsabilidade intergeracional. A coletividade e a união entre as comunidades quilombolas são essenciais para essa luta, fortalecendo a resistência e a preservação da identidade cultural.

Nesse sentido, conforme Souza (2021), “aquilombar-se” remete à luta contínua não pelo direito de sobreviver, mas o de existir em toda sua plenitude. Trata-se da luta pela existência física, cultural, histórica e social das comunidades quilombolas”.

Outro conceito discutido foi o “Quilombismo” que segundo Abdias Nascimento (2002), uma proposta de mobilização da população afrodescendente nas Américas com base na sua própria experiência histórica e cultural. Logo, Nascimento (2002) afirma que:

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam esta colocação. Como sistema econômico, o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo e/ou ujamaasismo da tradição africana. [...].

Outro ponto de grande relevância para este estudo está inteiramente ligado às relações socioambientais e dinâmicas diante das seções já discutidas anteriormente. Por isso, para tratar das relações socioambientais aborda-se a temática. Veiga (2010, p. 31) em “Difícil Conscientização” traz como reflexão que para ele “há sérios obstáculos cognitivos a serem ultrapassados e esses dependem, no mínimo, de “alfabetização” em Ciências Naturais” [...]

O que para Veiga (2010, p. 33) está em risco não é a salvação do planeta, ou da biosfera, mas a redução do prazo de validade da espécie humana [...]. Nesse sentido, o autor propõe “discutir com rigor esse novo valor que é a sustentabilidade, exige a humanidade de assumir o caráter passado da existência humana” (2010, p. 35). Veiga ainda acrescenta que: “Em outras palavras, o foco do debate sobre a sustentabilidade está na esperança de que a humanidade deixe de abreviar o prazo de sua inevitável extinção se souber cuidar da biocapacidade dos ecossistemas dos quais depende” (Veiga, 2010, p. 36).

Carvalho (2024) traz a visão socioambiental conduzida por uma racionalidade complexa e interdisciplinar, considerando o meio ambiente não apenas como natureza intocada, mas como um campo de interações entre cultura, sociedade e os embasamentos físicos e biológicos dos processos vitais nessa perspectiva, todos os elementos dessa relação se modificam de forma dinâmica e mútua.

Para compreender melhor esse processo de desenvolvimento econômico, social, cultural na região e localidade, exercendo tais relações e participação de outros agentes históricos serão mostrados na seção seguinte as narrativas e experiências das primeiras famílias descendentes de quilombolas no Extremo Sul da Bahia.

5. RESULTADOS E ANÁLISES

5.1 VIVÊNCIAS, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ARARA EM TEIXEIRA DE FREITAS

Nesta seção são apresentados relatos de experiências que narram as histórias de vida dos descendentes de pessoas escravizadas, residentes tanto na Comunidade Quilombola Arara quanto na cidade de Teixeira de Freitas, Bahia. Esses indivíduos possuem origens na

comunidade, cujas trajetórias evidenciam aspectos culturais, sociais e históricos fundamentais para a compreensão de sua identidade e contribuição para a região. Para a coleta dessas histórias, foram realizadas entrevistas gravadas em áudios, nas Rodas de Conversa.

Quanto às características dos participantes, a maioria é do sexo masculino – uma vez que as mulheres demonstraram timidez para contribuir nesses espaços, com exceção de uma participante que relatou não participar dessas pesquisas, essa e outras já realizadas na comunidade, porque quem conhece e entende melhor são os três senhores que têm uma maior vivência no local, pois nasceram, criaram e constituíram família na comunidade.

O grupo é composto principalmente por remanescentes quilombolas idosos, com idades entre 70 e 90 anos, embora inclua também um jovem e uma mulher na faixa de 40 a 50 anos. Parte dos participantes reside na Comunidade Quilombola Arara, enquanto outros moram na cidade de Teixeira de Freitas (BA), todos ligados às narrativas e trajetórias de vida que constituem a memória coletiva dessa comunidade. Essa conexão entre território e identidade reforça a relevância das histórias compartilhadas, mesmo com a dispersão geográfica de alguns integrantes.

O título proposto, que combina os termos "vivências", "memórias" e "narrativas", reflete de maneira abrangente e detalhada o conteúdo da seção, ressaltando a abundância das vivências diárias, culturais e históricas da comunidade quilombola Arara. A escolha por "memórias" destaca a relevância da conservação e transmissão oral das narrativas, um embasamento essencial na resistência e identidade dessas sociedades. Por outro lado, "narrativas" está diretamente ligada à metodologia de investigação, enfatizando a fala como meio de revelação, conforme ressaltado por Minayo (2009). A forma leve e convidativa do título auxilia o leitor a entender, direcionando-o para o cerne do que será discutido. Portanto, o título não só resume o conteúdo, mas também cria uma conexão evidente com a formação da identidade comunitária, baseada em suas histórias e memórias.

Para a análise das narrativas, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo conforme delineada por Bardin (2011), a qual se mostrou adequada para interpretar o material qualitativo obtido a partir das falas dos participantes. Essa técnica permite uma abordagem sistemática e objetiva, favorecendo a identificação de sentidos latentes nas falas dos sujeitos envolvidos. A partir dela, foi possível identificar categorias e subcategorias temáticas que emergiram das narrativas dos moradores, considerando seus contextos sociais, culturais e históricos. As narrativas foram colhidas junto a moradores descendentes de quilombolas da Comunidade Arara e também de residentes no município de Teixeira de Freitas, no estado da Bahia.

Segundo Bardin (2011), a Análise de Conteúdo se estrutura em três fases fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Essas etapas nortearam o percurso metodológico da presente pesquisa e permitiram um aprofundamento nas interpretações e inferências das falas, respeitando os sentidos construídos pelos sujeitos.

A primeira fase, denominada pré-análise, consistiu na realização de uma leitura flutuante, ou seja, uma leitura inicial e atenta de todo o corpus empírico, com o objetivo de proporcionar uma imersão no conteúdo e uma visão global dos dados coletados. Essa leitura preliminar foi fundamental para familiarização com os discursos dos participantes e para a percepção de recorrências, nuances e expressões significativas. Após esse primeiro contato, foi realizada a seleção dos trechos mais relevantes das narrativas, levando-se em consideração a pertinência em relação aos objetivos propostos pela pesquisa e a temática central abordada. Ainda nessa etapa, procedeu-se à preparação do material, tarefa essencial que envolveu a organização dos documentos, a sistematização dos dados coletados e a definição dos temas a serem analisados. Esta preparação incluiu a transcrição das entrevistas, a catalogação das falas e a codificação inicial dos dados, possibilitando o início da categorização que se aprofundaria nas etapas seguintes.

Para a exploração do material selecionado, a análise foi realizada segundo as regras de codificação e categorização, neste caso, embasada nas entrevistas e nos áudios gravados e transcritos. E, por fim, a terceira fase partiu do tratamento dos resultados, da inferência e interpretação, ou seja, proporcionar significado e validade aos achados. Logo, nesta fase, foi selecionada a técnica de análise categorial, conforme os objetivos e o escopo do estudo. Partindo desta perspectiva foi elaborado um quadro (Quadro 2) em que são estabelecidas todas as etapas e técnicas da análise nas narrativas com seus significados, interpretações e inferências.

Quadro 2 - Exemplo prático para análise de categorização – Bardin (2011):

ETAPA	DESCRIÇÃO
1. Definição do Objetivo da Pesquisa	- Analisar as narrativas das primeiras famílias e como as mesmas contribuíram nas relações socioambientais, no Extremo sul da Bahia, especificamente em Teixeira Freitas; - Avaliar as estratégias econômicas e socioculturais desenvolvidas pela Comunidade Quilombola Arara ao longo do tempo e sua influência na economia local do Extremo Sul da Bahia.
2. Seleção do Material a ser analisado	Material: Entrevistas gravadas ou transcritas com membros das primeiras famílias negras em Teixeira Freitas e Comunidade Arara.
3. Leitura Fluente e Análise Global	Leitura Inicial: Fazer uma leitura fluente das entrevistas. Identificação de Temas Emergentes: Durante a leitura, anotação temas.
4. Categorização dos Dados	Definição de Categorias: Baseado na leitura inicial, defina categorias que representarão os temas identificados. Por exemplo: Categoria 1: História e Origens Categoria 2: Desafios e Discriminação.
5. Codificação dos Dados	Atribuição de Códigos: Atribuir um código a cada categoria e subcategoria. Esses códigos serão usados para identificar e organizar os dados. Por exemplo: Código 1.1: Relações Familiares Anotações e Marcadores: Durante a leitura detalhada, anotar as partes do texto que correspondem a cada categoria.
6. Análise das Categorias	Quantificação: Contar a frequência de ocorrência de cada categoria e subcategoria. Isso pode ser feito manualmente ou usando software de análise qualitativa. Interpretação: Analise os dados quantificados para identificar padrões, tendências e relações entre as categorias.
7. Interpretação dos Resultados	Relacionamento entre Categorias: Explorar como as diferentes categorias se relacionam entre si e como isso contribui para a compreensão das narrativas das famílias negras pioneiras. Contextualização: Relacionar os resultados à literatura existente e ao contexto histórico.
8. Elaboração do Relatório	Síntese dos Resultados: Resumir os resultados da análise, destacando as descobertas mais relevantes. Discussão: Discutir as implicações dos resultados, suas limitações e possíveis direções futuras para a pesquisa.
9. Validação	Triangulação: Usar diferentes fontes de dados ou métodos para validar os resultados. Por exemplo, compare as entrevistas com documentos históricos ou observações participantes.

Fonte: Elaboração Própria, 2024. Adaptação da Análise de Conteúdo de Bardin (2011)

O quadro busca sintetizar os principais temas abordados nas narrativas dos moradores, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências, desafios e práticas culturais dos descendentes quilombolas. Através dessa abordagem, é possível destacar a riqueza cultural e a resiliência da comunidade diante dos desafios enfrentados desde os séculos XIX até os dias atuais. Na seção seguinte são demonstradas tais análises dessas narrativas.

5.2 Análise das narrativas

Na primeira roda de conversa, participaram a entrevistadora e dois participantes, em que foi abordada a temática desse estudo: as primeiras famílias negras e as relações socioambientais na história de Teixeira de Freitas, no Extremo Sul da Bahia.

Para manter o amparo do sigilo e preservação da identidade dos participantes da pesquisa, foi utilizada uma codificação para a referência aos moradores da Comunidade Quilombola Arara e os moradores de Teixeira de Freitas com as letras da inicial do nome e sobrenome dos entrevistados “WFP” e “BFS”. Assim, a codificação passou a ser VFC, JFC, WFP, BFS, DFS e ON, para identificar os participantes nas narrativas analisadas a seguir:

5.2.1 Descrição das Rodas de Conversas

Para manter o amparo do sigilo e preservação da identidade dos participantes da pesquisa, foi utilizada uma codificação para a referência aos moradores da Comunidade Quilombola Arara e aos moradores de Teixeira de Freitas com as letras iniciais do nome e sobrenome dos entrevistados, “WFP” e “BFS”. Assim, a codificação passou a ser VFC, JFC, WFP, BFS, DFS e ON, para identificar os participantes nas narrativas analisadas. Todas essas conversas foram gravadas em áudio pelos aparelhos telefônicos Smartfone Lenovo K22 e Galaxy A22 5G – Samsung.

A primeira Roda de Conversa desta pesquisa aconteceu no período matutino em dois dias com duração de duas horas cada dia, sempre no período das 8:30 às 10:30 em que participaram os quatro convidados, os irmãos gêmeos BFS e DFS, o senhor WFP e o seu filho RCP a pesquisadora, e um auxiliar de gravação. O local utilizado foi a sala da residência do senhor WFP, que se trata de uma sala de estar com sofás, painel com televisão, quadro da “Santa Ceia”, sendo um espaço amplo. Para dar um clima de proximidade, os participantes se organizaram nos sofás em semicírculo para o início da primeira roda de conversa sobre os temas abordados em forma de perguntas abertas com direcionamento da pesquisadora.

A segunda roda de conversa aconteceu na residência do senhor JFC juntamente com VFC no período matutino das 9:00 às 11h com uma duração de duas horas de conversa, as quais foram gravadas pelo auxiliar da pesquisadora que conduziu as conversas a partir das perguntas com as temáticas: silenciamento, construção histórica de Teixeira de Freitas, relações socioambientais e econômicas e as relações entre a fazenda Cascata e a Comunidade Quilombola Arara. O local em que foi realizada esta roda foi uma sala pequena com um tapete, um sofá-cama, uma mesinha de centro onde estão expostos alguns vinhos, um cartaz da dupla primo e sobrinho. Além do violão, e outros instrumentos usados pelos entrevistados, principalmente quando cantaram as canções como “Mamãe África” entre outras.

E por fim, a terceira roda de conversa realizada na residência do senhor ONC, ocorrida na varanda de sua casa, onde se encontra uma mesa com cadeiras e muitas plantas ao redor da

varanda com pássaros cantando, ou seja, um ambiente muito tranquilo. Esta conversa aconteceu no período vespertino das 15:30 às 18:00, sendo esta roda com duração de duas horas e trinta minutos, abordando os mesmos temas das rodas anteriores.

Iniciou a conversa dando boas-vindas a todos, agradecendo-lhes pela participação. Apresentou o objetivo da pesquisa e fez a leitura do TCLE, explicando cada item e, em seguida, solicitou a autorização de todos com as assinaturas para que as conversas fossem gravadas e usadas nas análises da pesquisa.

As rodas de conversa foram realizadas visando promover um espaço de diálogo informal e interativo, onde os participantes puderam expressar suas impressões, conceitos e opiniões sobre temas relevantes para a Comunidade Quilombola Arara. O procedimento incluiu a seleção de participantes, priorizando a diversidade de vozes, e a escolha de um local acessível e confortável para as discussões.

As rodas ocorreram ao longo de quatro dias, com duração média de 2 horas cada, permitindo que os participantes se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências. Um roteiro de perguntas foi utilizado para guiar as conversas, mas a flexibilidade da metodologia permitiu que tópicos emergentes fossem explorados durante as interações.

Durante as realizações das rodas, foi observado que com a participação da maioria dos participantes do sexo masculino, o que levantou questões sobre a ausência de mulheres e a necessidade de explorar essa lacuna em termos de gênero e participação comunitária. A coleta de dados foi registrada por meio de anotações e, em alguns casos, gravações, com a devida autorização dos participantes, respeitando os princípios éticos da pesquisa.

Portanto, a análise das conversas foi realizada com base nas transcrições, onde as narrativas foram categorizadas e interpretadas, buscando compreender as relações entre a história das famílias da comunidade e sua contribuição para a formação socioeconômica da região. A metodologia das rodas de conversa, portanto, se mostrou uma estratégia eficaz para coletar dados qualitativos e promover a reflexão crítica sobre as experiências vividas pelos participantes.

Os entrevistados, o senhor VFC (85 anos) e seu primo JFC (82 anos), naturais de Alcobaça, residem em Teixeira de Freitas. Para iniciar, foi perguntado aos entrevistados sobre a visão que eles possuem sobre a cidade de Teixeira de Freitas desde o início da construção de sua história e qual foi a contribuição das primeiras famílias negras, pioneiras na formação socioeconômica e cultural de Teixeira. O senhor (VFC), então, responde que:

Sim, ela existia. Você pergunta antes da existência de Teixeira de Freitas. Sim, sendo emancipada, né? O começo da sua história. Isso aqui, como você sabe, era o município de Alcobaça. Não tinha Teixeira, então isso aqui era o município de Alcobaça. Na verdade, o nosso documento é de Alcobaça. É como, é como se tivesse, era o reduto dessa família, desse povo, né? Descendente de africano. E era assim, esse era o reduto dessa região, desse povo. E nós viemos, meu pai veio e foi de Arara. E a gente sabe de Arara, porque o nosso ancestral está lá, né? É de lá (Senhor VFC).

Antes da emancipação de Teixeira de Freitas, a região pertencia ao município de Alcobaça e era um importante reduto de famílias descendentes de africanos, incluindo a comunidade Arara, onde os ancestrais dos entrevistados viveram e mantiveram suas raízes.

Descendentes de escravizados, os entrevistados formam a dupla de violeiros “Primo e Sobrinho”. Desde muito jovens, tinham um sonho de gravar um “LP”, como se dizia naquela época. Gravaram um só LP, inclusive compuseram duas músicas que retratam a história e memória de suas experiências vividas, desde as décadas de 1950, até os dias atuais. As canções: “Mamãe África”, que retrata a origem dos negros pioneiros e a escravidão no Extremo Sul Baiano e a canção “Saudades da Bahia”, que retrata os costumes da vida rural da época do ainda povoado de Teixeira de Freitas.

A composição musical “Mamãe África”, composta pela dupla “Primo e Sobrinho”, trata de várias temáticas.

Mamãe África Mamãe África Deixei tão distante. Estou no Brasil Não me encontro perdido. Me perdoe mamãe, por não mais voltar, mas recebo a benção. Do seu filho querido, aquele navio em que fui conduzido. Se encontra ancorado em um ponto esquecido. Aquela corrente que me aprisionava. Já foi uma quebrada. Não tem mais sentido. Liberdade raiou. Estou feliz com as graças de Deus. Quanta felicidade mandei aqui para os filhos seus. Nosso Deus lá do céu mandou a princesa. Liberte os escravos e mantém a igualdade. Com o fim das senzalas, temos o mesmo direito. Somos livres para sempre em total liberdade. Aquela navio em que fui conduzido. Se encontra ancorado em um porto esquecido. Aquela navio. As correntes que me aprisionavam. Já foram quebradas, não tem mais sentido, liberdade raiou. Estou feliz com as graças de Deus Quanta felicidade, mãe Reina, que pareci no seu Oi, mamãe África (V. F. C.; J. F. C., 2024).

No trecho da entrevista em que os participantes interpretam a canção “Mamãe África”, emergem diversas temáticas fundamentais que expressam a história, a cultura e as emoções vivenciadas pelos descendentes de africanos no Brasil. Dentre essas temáticas, destacam-se a Diáspora Africana e a saudade da terra natal, a busca por identidade e o sentimento de deslocamento, a celebração da liberdade e o fim da escravidão, a gratidão e a fé em Deus, bem como a luta por igualdade e direitos, a resiliência e a esperança diante das adversidades. Além disso, essas questões se inserem em um contexto mais amplo, abrangendo a Escravidão e a Abolição, a Cultura Afro-Brasileira e a contínua luta por direitos e igualdade.

Nesse contexto, a canção interpretada pelos entrevistados aborda aspectos fundamentais da vivência dos descendentes de africanos no Brasil, destacando a saudade da terra ancestral, a construção da identidade, a celebração da liberdade, a fé em Deus, a luta por igualdade e a resiliência diante das adversidades. Essas temáticas representam, não apenas a história e a cultura da diáspora africana, mas também os desafios e as conquistas na busca por direitos e justiça social no país.

A economia de Teixeira de Freitas, nos primórdios de sua formação, segundo os entrevistados, baseava-se em produtos agrícolas como café, cacau e mandioca. Segundo o entrevistado (VFC): "Lidavam com quem tinha suas terras, que tinha sempre um empregado. Não era todo mundo que tinha, mas os trabalhadores. Então, lidavam com o café, com quem tinha suas terras, que dava o cacau, plantava suas pontas de cacau. Todo mundo tinha sua terra por aqui."

O transporte desses produtos era feito principalmente por canoas, devido à escassez de estradas. VFC destaca essa realidade ao afirmar: "Carregava canoa, café, cacau, farinha pra Alcobaça. Era esse o movimento aqui." (JFC), o outro entrevistado, complementa a fala de (VFC) ao reforçar a importância de outros comerciantes negros da região: "Não era só o meu pai que era comprador também, não, do café, do cacau, dos cereais. Tinha o Joaquim Muniz Neto, também na Cascata, que era o Quincas Neto. E o João Palmeira Guerra, também ali na fazenda Palmeira do Sul."

Esse dado contradiz a versão hegemônica da história local, que tradicionalmente exalta apenas os grandes comerciantes brancos como protagonistas do desenvolvimento econômico da região.

Um dos pontos mais marcantes da entrevista refere-se à percepção da identidade negra e da exclusão de suas narrativas na história oficial. A pesquisadora questiona:

"Sempre falavam dos pretos, não é? O senhor está referindo isso, que eles falam do comércio dos pretos. Como o senhor vê essas falas?" Jair responde: "Eles falam assim, o povo hoje fala assim, porque na região, naquele tempo, o que mais tinha eram eles, cada um tinha um sítiozinho, uma terrinha e tal, e moravam na região. Então, quando iniciou Teixeira, quem iniciou com a casinha, seus comerciosinhos, foi eles."

Essa narrativa reforça o papel ativo das famílias negras na estruturação econômica da cidade, contradizendo o discurso historiográfico excludente que marginaliza a participação dessas populações. As famílias negras de Teixeira de Freitas também se destacam na preservação da cultura e da identidade local. O entrevistado VFC relata: "O nosso conhecimento vem de nossos

avós. Meu avô era José Félix Corrêa. Minha bisavó, Inês. Minha avó morreu faz 114 anos. Desde então, conhecemos a nossa história e a transmitimos."

Essas memórias, passadas de geração em geração, permitem a continuidade da identidade cultural da comunidade Arara, que resiste à homogeneização imposta pelo discurso histórico dominante.

Ainda sobre a participação das primeiras famílias descendentes de escravizados, o entrevistado (ONC) relata nesta roda de conversa que toda movimentação era feita em:

"Juerana. A gente tinha um acesso. Porque os animais que... levavam produto daqui da roça, iam dois, três para Juerana. Para vender. E no início era canoa. Uma canoa de 80... 100 sacos, a canoa. Aí ficava ali no porto. E aí levava cacau, levava café. Não aqui. Na prainha. Começava aqui. Aí chama a primeira pancada. Porque a cachoeira começa ali. A primeira pancada da cachoeira" (ONC).

Segundo o entrevistado, era assim que as primeiras famílias movimentavam entre as cidades de Juerana, Alcobaça e Caravelas. O senhor ONC, acrescenta que logo em seguida o senhor Joaquim Muniz de Almeida também começou comercializar produto na venda construída por ele. O entrevistado diz:

"Ele fez a venda, era surtida de tudo. Louça, tecido. E depois, quando a Nova América (fazenda) veio pra cá, meu avô veio, aí meu tio abriu um negócio aqui. Ao invés de ir para Juerana, já ficou o movimento aqui, traziam o produto de lá de Alcobaça pra ele. Você vê que naquela época, a cerveja, a cerveja, já tinha cerveja. Antártica faixa azul vinha de São Paulo. As caixas. As caixas. Aí trazia e vendia o povo. Mas lá na beira do rio, no tempo da canoa, na beira do rio, não tinha geladeira. Aí gelava num caixote de sal grosso. Aí botava a cerveja pra gelar" (ONC).

Ao abordar sobre o tema 'As famílias negras pioneiras, o senhor (ONC), logo responde que:

"Dessa regra somos nós. Meu avô era negro mesmo. A minha avó, que era branca, clara, igual eu hoje... Meu compadre Wilson deve ter falado. E aqui, os primeiros também chegaram aqui em Teixeira, na Teixeira, foi negro, negro, negro, colônia, colônia que falava uma linguagem que a gente não entende. Que vinha da África. Manoel de Telvino e Chico D'água. Já se falava. Mas o seu Manoel de Telvino, não. Era colônia, colônia mesmo".

A pesquisadora então, pergunta ao entrevistado também sobre o silenciamento dessas famílias na história de Teixeira e como são vistos ou não são vistos nessa história de construção e desenvolvimento social, econômico e cultural de Teixeira de Freitas e região? Este responde:

"Houve. E está tendo. Porque o povo às vezes não é de se dizer que desconhece a gente. Que até hoje, devido à igreja, devido à igreja e devido à vida pública (quando diz "vida pública", é porque o entrevistado já foi vereador seis vezes), então, eu tenho conhecimento. Eles me veem. Eu vou na câmara".

Ou seja, o entrevistado percebe que ele enquanto ex-vereador de seis mandatos é visto, principalmente pelo legislativo até o momento, pois sempre é convidado a fazer o uso da palavra na câmara e/ou entrevistas para falar da sua trajetória política e da história de Teixeira.

Outro ponto de destaque pelo entrevistado é sobre a Fazenda Cascata como patrimônio histórico, fazendo uma ressalva de que seu “irmão queria também colocar a Fazenda Nova América da época como Patrimônio Histórico Cultural. Queria colocar. Tentou, mas não consegui, mas tem essa casa de Assolho na prainha do tempo do meu avô que pertencia à Fazenda Nova América naquela época” (ONC).

Portanto, percebe-se que mesmo com destaque nessa construção histórica, ainda persiste o silenciamento dessas famílias, a exemplo disso, é sobre o não consentimento da Fazenda Nova América fazer parte desse desenvolvimento social e econômico, ainda assim não entrou como patrimônio histórico-cultural como o irmão do entrevistado desejava.

A categoria colono aqui é referenciada pelo entrevistado ONC para compreender o processo de escravidão ainda no século XIX e as relações socioeconômicas no período de desenvolvimento inicial da região e localidade. Assim, o processo de escravidão brasileira foi moldando as relações, principalmente socioeconômicas, e a permanência de uma elite também voltada para o cenário político a partir do início do século XX, com a chegada da BR 101.

A relação entre a antiga Fazenda Cascata e a atual Comunidade Arara, de acordo com os entrevistados, reflete um processo de transformação social e econômica que marca a identidade do Extremo Sul da Bahia. Como relatado por JFC., irmão de VFC., “naquele tempo era fazenda, hoje é comunidade, hoje tem várias culturas, então aí se conserva aquilo, a cultura.” Esse relato evidencia a transição de uma estrutura agropecuária tradicional para uma organização comunitária mais diversificada, na qual as práticas culturais são preservadas mesmo diante das mudanças tecnológicas e econômicas.

Historicamente, as atividades produtivas eram realizadas de forma manual, com a fabricação da farinha e o cultivo agrícola dependendo do trabalho braçal. JFC. destaca essa mudança ao afirmar que, “naquele tempo era no braço [...] e hoje não, na base do maquinário.” A introdução de novas tecnologias modificou os métodos de produção, mas não apagou a contribuição das famílias pioneiras na construção da identidade local. Entre essas famílias, destacam-se os Freitas, Correia e Ressurreição, além da família Guerra, que, segundo JFC., “foi batalhadora desde aquela época na região.”

A evolução da comunidade Arara também está diretamente relacionada às transformações na infraestrutura regional. No passado, o transporte de mercadorias era realizado por canoas até

Alcobaça ou por tropas de animais que percorriam localidades como Santo Antônio, Massaranduba e Cachoeira do Mato. Teixeira de Freitas, mencionada por JFC como a “caçula da região”, representa um polo emergente no contexto histórico do extremo sul baiano.

O silenciamento da história das famílias negras pioneiras em Teixeira de Freitas revela um processo contínuo de invisibilização e esquecimento da contribuição dessas comunidades para o desenvolvimento da região. O relato de VFC destaca como a memória coletiva tem sido seletiva, dando ênfase às grandes fazendas e aos sobrenomes historicamente destacados, enquanto os trabalhadores negros, que efetivamente construíram a cidade, são frequentemente ignorados. Ele ressalta que “às vezes, são pretos, já diz, são os pretos, mas não, eles contribuíram demais com o crescimento de Teixeira”. Esse apagamento se reflete na ausência dessas famílias nas narrativas oficiais e na perda gradual da memória de sua importância.

A preservação da história das famílias negras depende, em grande parte, da transmissão oral. VFC enfatiza a importância daqueles que ainda contam essas histórias, mantendo viva a identidade local, mas reconhece que a chegada de novas famílias e o crescimento da cidade têm reduzido a presença dessas memórias. Ele afirma que “a lembrança, ainda bem que ainda tem quem sabe, quem conta, né? Mas com o crescimento do lugar, vem chegando outras famílias, e tá no esquecimento”. A valorização dessas narrativas depende, portanto, do esforço das novas gerações em manter viva essa memória, antes que se perca completamente.

O impacto do progresso também contribuiu para a fragmentação das comunidades negras. JFC aponta que o desenvolvimento econômico da cidade, impulsionado por indústrias e grandes empresas, deslocou muitos descendentes das famílias pioneiras. Com a chegada de novas oportunidades e o crescimento urbano, essas pessoas foram gradualmente afastadas de suas origens, perdendo suas terras e sua conexão com a história da região. Ele relata que “foi tirando a liberdade do povo, do lugar. O pessoal era mais, era menos entendido. E quem vinha de fora sempre era mais esperto. Então foi tomando, comprando as terras, baratinho, que naquele tempo não valia quase nada”. Esse processo demonstra como o crescimento econômico da cidade esteve atrelado à desestruturação das comunidades negras tradicionais.

Apesar desse apagamento, os entrevistados ressaltam que a história das famílias negras está profundamente enraizada no desenvolvimento regional. Um exemplo marcante é a Estrada de Ferro Bahia-Minas, um espaço de intensa presença negra no trabalho ferroviário. Segundo VFC, “A Estrada de Ferro foi toda, você só via essa família, esse povo. Era guarda-freira⁴,

⁴ No contexto tradicional quilombola, guarda-freira é uma figura importante dentro da organização social da comunidade. O termo pode ter variações de acordo com a região, mas, de modo geral, ele se refere a uma pessoa

maquinista, tudo era esses pretos, entendeu? Foi movimentado tudo com esses pretos”. No entanto, essa contribuição segue sendo ignorada, perpetuando a ideia de que o progresso foi conduzido apenas por algumas poucas famílias reconhecidas oficialmente.

O apagamento dessa história também gera um profundo sentimento de perda e saudade entre aqueles que testemunharam a presença dessas famílias. VFC menciona figuras como “Sabino”, um homem negro que, apesar da rejeição social, era lembrado com carinho. “Eu adorava ele. Chamava-se Sabino. Ele era um poeta, todo alegre. Quando ele chegava em um lugar, as mulheres batiam as portas, trancavam. E eu tinha um sentimento de ver aquilo, que eu adorava tanto”. Esse depoimento revela não apenas o impacto emocional do silenciamento histórico, mas também a importância de preservar a memória desses personagens que foram fundamentais para a identidade da região.

O silenciamento das famílias negras pioneiras de Teixeira de Freitas reflete um fenômeno mais amplo de apagamento da contribuição negra no Brasil. A falta de reconhecimento formal e as transformações impostas pelo progresso contribuíram para o afastamento das novas gerações de suas origens. No entanto, a oralidade continua sendo um espaço de resistência e preservação dessas memórias. Para garantir que essa história não se perca, é essencial que as narrativas dessas comunidades sejam valorizadas e incorporadas nas discussões sobre a construção da identidade local.

Em outra Roda de conversa, realizada com os senhores BFS e WFP, moradores da comunidade Quilombola Arara, o participante BFS relata sobre a origem de sua história no município de Teixeira de Freitas.

O pai da minha mãe era dessa procedência. A minha avó parte de mãe tinha cabelo mole, mas se casou com meu avô que era descendente que já era de outra descendência de preto, aí a família saiu todo moreno de cabelo duro, aí misturou tudo (Risos). E hoje até então, até neto meu ainda, tem gente do cabelo pegado. Olha! H na linguagem vulgar sou mestiço. (Risos) Hoje eu digo que sou um cara, como fala. Que tenho sangue de caboclo, sangue de português, sangue de índio, de africano, então a nossa procedência é toda essa (batidas no chão com a bengala...), (Sr. BFS, 2024).

Essa narrativa expressa um relato sobre ancestralidade e miscigenação, destacando as diversas influências étnicas presentes na identidade do entrevistado. O depoimento de Sr. BFS

que exerce a função de zeladora ou protetora dos valores, tradições e práticas culturais do quilombo. A guarda-freira pode ser responsável por preservar conhecimentos ancestrais, como saberes sobre plantas medicinais, rituais religiosos, ou até mesmo a educação das crianças e jovens da comunidade.

Além disso, em algumas tradições, o termo também pode estar relacionado à uma função religiosa, com a pessoa sendo uma espécie de guardiã espiritual, cuidando dos aspectos sagrados da vida no quilombo, como festas, rituais de passagem e cultos.

revela a complexidade das origens familiares, marcadas pela união de diferentes grupos étnicos, incluindo afrodescendentes, indígenas e portugueses. Ele menciona características físicas, como a textura do cabelo, para ilustrar essa diversidade genética e cultural dentro de sua família, utilizando termos populares para descrever a mistura de traços e descendências. A menção ao "cabelo duro" e ao "cabelo mole" reflete percepções históricas sobre identidade racial e herança genética no Brasil, evidenciando como as características fenotípicas eram observadas e comentadas dentro das relações familiares e comunitárias.

Além disso, ao afirmar "sou mestiço" e "tenho sangue de caboclo, sangue de português, sangue de índio, de africano", ele reforça a ideia de pertencimento a uma identidade múltipla, característica da formação histórica e social da população brasileira. A batida da bengala no chão pode simbolizar uma afirmação de suas raízes e da trajetória de sua família, conferindo um tom de orgulho e reconhecimento de sua ancestralidade. Esse relato ilustra a forma como as memórias familiares e a oralidade desempenham um papel fundamental na construção da identidade e do pertencimento na Comunidade Quilombola Arara e no Extremo Sul da Bahia.

O senhor WFP lembra como era a passagem pelo rio antigamente: “A gente, para passar, tinha que se molhar todinho. A água chegava na canela para atravessar. Hoje, acabou tudo. Nós chegamos, derrubamos tudo, então acabou.” Ele compara o rio ao sangue humano, essencial para a vida: “O rio é igual ao nosso sangue, das nossas veias, do nosso corpo. O sangue se espalha, e os ribeirões e nascentes é que enchem o rio para sustentar as cidades.”

O entrevistado reflete sobre o futuro e sobre como as mudanças ambientais estão afetando a natureza:

"Eu falo para os meus meninos: daqui a uns anos, vocês que são jovens ainda, vocês vão ver. Hoje, eles plantam as coisinhas deles, mas sem água, nada cresce. Quem vai sustentar? São esses córregos que vão sustentar o rio. Mas eles estudam e não prestam atenção nas coisas" - diz, rindo. "Mas vai ser assim. Nós já vimos muita água aqui e hoje não estamos vendo mais." Quando a pesquisadora menciona as mudanças climáticas, ele concorda: "Pois é, menina, isso é que é o problema. O homem destrói e acha normal. Vai acostumando. E você vê esses temporais que dão nas propriedades, é porque mexeram com a natureza."

Sobre as relações das famílias negras com a Fazenda Cascata, o senhor BFS, presente na conversa, é chamado para responder, pois, segundo o senhor WFP, “Zuza é quem sabe as histórias que eles estão esquecendo”. O senhor BFS conta que “hoje em dia, já diferenciou muito. Não tem mais ninguém.” WFP complementa: “Pode dizer que acabou, né?”

BFC recorda a época do finado Quincas, que chegou à Fazenda Cascata muito pobre. “Meu pai era o correio dele. A mulher dele ficava no São José, ali na Lagoa Encantada, e ele ficava aqui na Cascata, trabalhando. Meu pai levava recados para a mulher dele.” A conversa toma um tom mais leve quando (B.F.S) relembra um incidente com uma jaca roubada que gerou conflitos entre seu pai e o patrão, causando risadas entre os presentes.

Ao falar sobre as primeiras famílias negras, BFS destaca a importância delas na região: “A família tradicional daqui, lá mesmo na Prainha, tinha um tio meu que morava lá. Morava e trabalhava lá. Comprou aquela área toda.” No entanto, ele lamenta que essas histórias sejam pouco conhecidas e faladas: “Hoje em dia, ninguém fala.”

O senhor WFP reforça a presença histórica da população negra na região: “Ali, onde tem o aeroporto, aquilo ali, toda aquela área, de Nova América para cá, tudo era preto que morava ali, era nossa cor”, diz, rindo. BFS. concorda: “A Cascata foi família de chefia e de escravo.”

Quando a pesquisadora menciona que algumas fontes dizem que a Fazenda Cascata não teve escravos, BFS rebate com veemência: “Não tinha o quê, minha senhora?” WFP acrescenta: “Isso aí é só o pequeno caso que nós não lembramos. Nós não vimos.” BFS explica que, após a abolição, a Fazenda Cascata já não utilizava mão de obra escrava, mas foi inicialmente formada por escravizados. Ele menciona que as famílias negras da região são, em grande parte, descendentes desses trabalhadores e que a história dessas pessoas tem sido silenciada. Ele fala sobre a migração dos descendentes de escravizados da região de Helvécia para Caravelas e Teixeira de Freitas e como, ao longo do tempo, a presença negra foi sendo apagada da narrativa histórica oficial. “Existe uma grande parte de preto aqui, mas a história contada foca mais na elite branca”, lamenta.

Diante das narrativas, emergem algumas categorias de análise (Quadro 3):

Quadro 3- Categorias de análise das narrativas dos entrevistados

CATEGORIA	DESCRIÇÃO E EXEMPLOS
Memória Quilombola	A canção Mamãe África expressa a saudade da terra natal e o impacto do deslocamento forçado: "Mamãe África, deixei tão distante. Estou no Brasil, não me encontro perdido." O trecho "aquele navio em que fui conduzido se encontra ancorado em um porto esquecido" remete à travessia transatlântica e ao trauma da escravidão. A trajetória de VFC e JFC reforça o papel da oralidade e da música na preservação da memória quilombola. A canção Saudades da Bahia retrata

	os costumes rurais da época e o CD gravado pelos entrevistados mostra a música como instrumento de resistência e valorização da cultura afro-brasileira. VFC destaca que, com o crescimento da cidade, a memória dos primeiros negros está se apagando: "A lembrança, ainda bem que ainda tem quem sabe, quem conta, né? Mas com o crescimento do lugar, vem chegando outras famílias, e tá no esquecimento." A transmissão das narrativas depende da resistência dos mais velhos e da valorização pelas novas gerações. Os entrevistados, descendentes de escravizados, destacam a importância dos pioneiros quilombolas na formação de Teixeira de Freitas e o impacto histórico dessa ancestralidade. Sr. BFS fala sobre a diversidade de sua ascendência e a miscigenação: "O pai da minha mãe era dessa procedência... a família saiu toda morena de cabelo duro, aí misturou tudo." Isso reflete o impacto da diáspora africana e a preservação da ancestralidade afrodescendente. A batida da bengala no chão ao final de sua fala pode ser interpretada como um gesto simbólico de afirmação e pertencimento, reforçando sua conexão com suas raízes e com a ancestralidade. Esse ato enfatiza a oralidade e os gestos como formas de transmitir conhecimento e identidade dentro da comunidade.
Resistência e Luta por Igualdade	Os entrevistados destacam a persistência da desigualdade social, reforçando a necessidade de continuar a luta pelos direitos das comunidades quilombolas. O depoimento de Sr. BFS, com ênfase em sua ancestralidade e diversidade étnica, revela como a miscigenação, embora parte da formação social brasileira, também mascarou e obscureceu as raízes africanas e as contribuições das populações negras na formação da sociedade. Ao afirmar "sou mestiço", ele não só reconhece a diversidade de sua origem, mas também resgata a importância histórica da presença negra, ainda que essa memória tenha sido marginalizada ao longo dos anos. Além disso, a crítica sobre a Fazenda Cascata e o silenciamento das histórias das famílias negras na região reforça a luta pela valorização da história e cultura afro-brasileira. A fala de Sr. BFS sobre como "a história contada foca mais na elite branca" ilustra a exclusão da perspectiva negra na narrativa histórica oficial, evidenciando uma luta por reconhecimento e igualdade. A narrativa de Sr. WFP também aponta a destruição ambiental e como ela impacta diretamente as gerações futuras, mostrando a conexão

	entre a preservação ambiental e a luta por um futuro mais justo para as comunidades quilombolas e suas futuras gerações. Esses relatos estão interligados à luta pela preservação da memória, identidade e direitos das populações quilombolas, que continuam a enfrentar desafios históricos e sociais em busca de igualdade e reconhecimento.
Invisibilização e Esquecimento da Contribuição Negra	O relato de VFC evidencia o esquecimento da participação das famílias negras pioneiras na construção de Teixeira de Freitas e do Extremo Sul da Bahia. Embora se fale das grandes fazendas e dos sobrenomes historicamente destacados, há um silenciamento sobre aqueles que, de fato, trabalharam na construção econômica e social da região. Como afirma VFC, "às vezes, são pretos, já diz, são os pretos, mas não, eles contribuíram demais com o crescimento de Teixeira." Esse esquecimento se reflete na falta de reconhecimento e na perda da memória coletiva dessas comunidades. Ao falar sobre as famílias negras pioneiras, BFS destaca a importância delas na região: "A família tradicional daqui, lá mesmo na Prainha, tinha um tio meu que morava lá. Morava e trabalhava lá. Comprou aquela área toda." No entanto, ele lamenta que essas histórias sejam pouco conhecidas e faladas: "Hoje em dia, ninguém fala."
Contribuição das primeiras famílias negras na formação socioeconômica e cultural de Teixeira de Freitas	Os depoimentos destacam a participação das famílias negras no cultivo de café, cacau e mandioca, além do uso de canoas para o transporte e comércio. Também enfatiza a resistência cultural e a preservação das tradições, mostrando a importância da identidade afrodescendente no desenvolvimento regional. O resgate dessas narrativas busca corrigir a marginalização histórica e reafirmar o papel fundamental dessas comunidades na construção da cidade. Por outro lado, JFC aponta que o desenvolvimento econômico de Teixeira de Freitas, impulsionado pela chegada de indústrias e grandes empresas, contribuiu para a fragmentação das comunidades negras. A migração para a cidade e a perda de vínculo com suas origens foram consequências do crescimento urbano, com a aquisição de terras por forasteiros. Embora invisibilizada, a história das famílias negras está entrelaçada com o desenvolvimento regional. A Estrada de Ferro Bahia-Minas é mencionada como um marco da contribuição negra no trabalho ferroviário. VFC relembra: "A Estrada de Ferro foi toda, você só via essa família, esse povo. Era guarda-freira, maquinista, tudo era esses pretos."

	No entanto, essa contribuição continua a ser apagada das narrativas oficiais da cidade. O senhor WFP reforça a presença histórica da população negra na região, destacando áreas onde predominavam as famílias negras. O trecho ilustra a resiliência e adaptação da Comunidade Arara às mudanças econômicas, mantendo suas tradições e a conexão com suas raízes, o que evidencia a importância dessas famílias no desenvolvimento regional. A memória coletiva dessas famílias, especialmente através de relatos como o de BFS, desempenha um papel central na construção da identidade cultural da Bahia.
Relação da Fazenda cascata com a comunidade Arara	A relação entre a Fazenda Cascata e a Comunidade Arara é marcada pela história de famílias negras que, apesar das adversidades, continuaram a influenciar o desenvolvimento da região. BFS relembra a época de Quincas, que, apesar de chegar à Fazenda Cascata muito pobre, se tornou parte da história da região. Ele também reflete sobre a formação da fazenda, que inicialmente foi composta por escravizados, e como as famílias negras dessa área, incluindo a Comunidade Arara, são em grande parte descendentes desses trabalhadores. Além disso, a fala de BFS sobre a Fazenda Cascata, quando diz que foi "família de chefia e de escravo", reforça a presença histórica das famílias negras na área e como essas narrativas têm sido silenciadas ao longo do tempo. Isso conecta diretamente a Comunidade Arara à Fazenda Cascata, destacando sua contribuição histórica e a continuidade das tradições, apesar da invisibilização dessas histórias.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Portanto, estes quadros oferecem uma visão estruturada dos temas e subtemas presentes nas narrativas dos moradores descendentes de quilombolas em Teixeira de Freitas e comunidade Arara, facilitando a análise e interpretação de suas histórias e experiências coletivas. Através dessa abordagem, é possível destacar a riqueza cultural e a resiliência da comunidade diante dos desafios enfrentados desde os séculos XIX até os dias atuais. Na seção seguinte, são demonstradas tais análises dessas narrativas, bem como abordar as variáveis identificadas durante o estudo a partir das categorias selecionadas. Foi elaborado um quadro abaixo com essas variáveis já definidas no quadro anterior. Quadro 4 e 5:

Quadro 4- Categorias de análise das narrativas dos entrevistados

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
Memória Quilombola	1- A canção expressa a saudade e o impacto do deslocamento forçado; 2- Remete a travessia transatlântica e ao trauma da escravidão; 3- Pode ser interpretada como um gesto simbólico de afirmação e pertencimento, reforçando sua conexão com suas raízes e com a ancestralidade	"Mamãe África, deixei tão distante. Estou no Brasil, não me encontro perdido" (VF e JF). O trecho "aquele navio em que fui conduzido se encontra ancorado em um porto esquecido" (VF e JF). "batidas da bengala no chão" (DF irmão gêmeos de BF).
Resistência e Luta por Igualdade	1- Ele não só reconhece a diversidade de sua origem, mas também resgata a importância histórica da presença negra... 2- Ilustra a exclusão da perspectiva negra na narrativa histórica oficial...	O pai da minha mãe era dessa procedência... a família saiu toda morena de cabelo duro, aí misturou tudo". "sou mestiço" (BF). "a história contada foca mais na elite branca"

Fonte: Elaboração Própria, 2025.

Quadro 5- Categorias de análise das narrativas dos entrevistados

Categoria	Descrição	Exemplos
Invisibilização e Esquecimento da Contribuição Negra	1- Evidencia o esquecimento da participação das Famílias Negras pioneiras na construção de Teixeira no ESB. Percebe-se um silenciamento de fato na construção socioeconômica da região; 2- trata da importância das FNT na região, mas lamenta que essas histórias estão esquecidas. Reflete a falta de reconhecimento e na perda da memória coletiva dessas comunidades.	"Às vezes, são pretos, já diz, são os pretos, mas não, eles contribuíram demais com o crescimento de Teixeira." (VF). "A família tradicional daqui, lá mesmo na Prainha, tinha um tio meu que morava lá. Morava e trabalhava lá. Comprou aquela área toda. Hoje em dia, ninguém fala" (BF).
Contribuição das primeiras famílias negras na formação socioeconômica e cultural de Teixeira de Freitas	1- Os depoimentos destacam a participação FN no cultivo do café, cacau, mandioca, além do uso de canoas p/ transporte e o comércio...	"A Estrada de Ferro foi toda, você só via essa família, esse povo. Era guarda-freira, maquinista, tudo era esses pretos" (VF).
Relação da Fazenda Cascata com a Comunidade Arara	1- Reforça a presença histórica das famílias negras na área e como essas narrativas tem sido silenciadas ao longo do tempo.	A fala de Zuza sobre a Fazenda Cascata, quando diz que foi "família de chefia e de escravo" (BF)

Fonte: Elaboração Própria, 2025.

A análise indica que a busca por igualdade vai além de reivindicações materiais, envolvendo também o reconhecimento da contribuição quilombola para a diversidade cultural e a desconstrução de padrões de desenvolvimento excludentes. Por isso, reforça-se a necessidade de políticas reparatórias que enfrentem os legados coloniais ainda presentes na sociedade. No entanto, as narrativas também evidenciam a resistência dessas comunidades, que se manifestam na reafirmação de suas identidades, na luta por direitos territoriais. Isso revela que a memória coletiva serve como uma ferramenta política de resistência e reexistência. Assim, as variáveis apresentadas no quadro 6 resumem a relação entre a memória quilombola, a invisibilidade e o

silenciamento. Elas mostram como as estruturas de poder ligadas à Fazenda Cascata e à Comunidade Quilombola Arara fortaleceram o silêncio social, econômico e cultural.

Dos entrevistados selecionados para entrevistas, o jovem não quis participar de forma oral, somente na roda ouvindo as narrativas. Está pré-agendado mais duas entrevistas com dois senhores, inclusive um tem 102 anos, mas no decorrer da pesquisa não foi possível realizar estas entrevistas. Já em relação as entrevistas/conversas com as mulheres, as mesmas não quiseram participar das rodas, alegando que os homens WFP, BFS e DFS sabem mais e têm mais experiências que elas sobre as histórias de vidas da comunidade.

Para realizar a análise interpretativa, bem como as inferências a partir do trecho da entrevista abaixo, utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), foram seguidos os seguintes passos relacionados no quadro a seguir no Quadro 6.

Quadro 6 – Passos para a análise interpretativa e inferências

Pré-análise	Exploração do Material	Tratamento dos Resultados
1.Leitura e Familiarização: Realizou a Leitura do trecho várias vezes para se familiarizar com o conteúdo e o contexto. 2.Seleção do Repertório: Foi identificado no trecho específico que será analisado, neste caso, o relato de experiências do sr. Zuza no fragmento da entrevista a baixo.	1.Codificação Aberta: Nessa fase, identificar e codificar as unidades de significado relevantes no texto. 2. Categorização: Agrupar as unidades de significado em categorias temáticas.	1. Análise de Frequência: Verificar a frequência de ocorrência das categorias temáticas. 2. Interpretação: Interpretação dos resultados a partir do contexto e das intenções do entrevistado.

Fonte: Elaboração Própria, 2024

No quadro a seguir foram realizadas, a partir das unidades de significado e categorias temáticas, algumas categorias referentes às narrativas coletadas nas entrevistas na Comunidade Quilombola Arara e dos moradores descendentes de quilombolas em Teixeira de Freitas. Destas narrativas foram feitas as interpretações e inferências, com suas conclusões/validação das mesmas. (Quadro 07):

Quadro 7- Análise Interpretativa e Inferências

Unidades de Significado e Categorias Temáticas	Interpretação	Inferências	Conclusões/validação
1. Identidade e Origem: "O pai da minha mãe era	As citações destacam a complexidade da identidade do narrador, marcada por múltiplas ancestralidades (indígena, portuguesa,	A identidade é vista como um processo histórico de miscigenação ("misturou tudo"), vinculado à história	A narrativa valida a mestiçagem como essência identitária, peculiar de narrativas brasileiras que enfatizam a pluralidade étnica. Contudo, revela

dessa procedência." "A minha avó parte de mãe tinha cabelo mole, mas se casou com meu avô que era descendente que já era de outra descendência de preto." "A família saiu todo moreno de cabelo duro." "Hoje até então, até neto meu ainda, tem gente do cabelo pegado." "Sou um cara, como fala." "Tenho sangue de caboclo, sangue de português, sangue de índio, de africano." 1. Mestiçagem e Diversidade "Aí misturou tudo." "A nossa procedência é toda essa." 2. Expressão de Sentimentos e Atitudes "(Risos, Wilson)" "(batidas no chão com a bengala...)"	africana). O destaque em características físicas (cabelo "duro", "mole", "pegado") reflete a internalização de marcadores sociais de raça, comuns em contextos pós-coloniais. A expressão "sou um cara, como fala" sugere uma identidade fluida, não fixa em categorias rigidamente definidas. A frase "A nossa procedência é toda essa" resume a noção de que a identidade coletiva é construída a partir de múltiplas matrizes culturais e étnicas. A mistura ("Aí misturou tudo") é apresentada como um ato fundador, não como exceção. Os elementos não verbais [(Risos, W.), batidas no chão com a bengala] sugerem insegurança emocional. O riso pode indicar tanto orgulho quanto desconforto ao discutir raça, enquanto as batidas com a bengala reforçam autoridade narrativa (como gesto de ênfase).	familiar e social. A física corporal (cabelo, cor da pele) é usada como simbólico para a herança étnica, indicando como fenótipos são socialmente interpretados. A mestiçagem consiste em narrativas como sinônimo de brasilidade, reforçando o mito da democracia racial. A diversidade é tratada como legado inevitável, mas não essencialmente como igualitária. O humor funciona como mecanismo para amenizar temas socialmente sensíveis. O desempenho físico (corporeidade) é usado para validar a autenticidade do relato.	também a persistência de hierarquias raciais (ex.: diferenciação entre "cabelo mole" e "duro"), indicando contradições na autoimagem nacional. Ou seja, determinação das estruturas de poder pontuando essa diferenciação entre as hierarquias. A narrativa reflete o paradigma da "mestiçagem" de Gilberto Freyre, mas também expõe tensões entre orgulho da diversidade e a marginalização de grupos específicos (ex.: menção a "preto" como categoria distinta). As expressões não verbais corroboram a complexidade afetiva ligada à identidade mestiça: orgulho, ironia e resiliência coexistem.
---	---	---	--

Fonte: Elaboração Própria, 2025. Adaptado em Bardin, 2011.

Os relatos articulam uma identidade mista, tratada entre orgulho da diversidade e heranças coloniais. Enquanto exalta a mestiçagem, revela fissuras nas narrativas hegemônicas sobre raça no Brasil.

A partir dessa análise, entende-se que os resultados das entrevistas realizadas nas rodas de conversa demonstraram a centralidade das narrativas das primeiras famílias negras na construção das relações socioambientais do Extremo Sul da Bahia. Por meio das experiências relatadas, identificou-se que essas comunidades quilombolas não apenas preservaram práticas culturais ancestrais, mas também estabeleceram estratégias de resistência e adaptação frente às

pressões socioeconômicas e ambientais. A análise de conteúdo, baseada em Bardin (2011), permitiu categorizar temas como "memória coletiva", "vínculo com a terra", "ancestralidade", "história e origem" revelando como essas dimensões se entrelaçam para manter a identidade cultural e o equilíbrio ecológico da região.

A metodologia das rodas de conversa demonstrou ser instrumento essencial para ampliar vozes historicamente silenciadas, ao designar espaços dialógicos onde as narrativas transcenderam relatos individuais e se tornaram documentos de luta coletiva. A triangulação, entre as transcrições de áudios e roteiros abertos para as entrevistas, reforçou a consistência dos dados, destacando a correlação entre práticas culturais quilombolas e a conservação ambiental.

Conclui-se que o reconhecimento dessas comunidades como sujeitos históricos e atores sociais e ambientais são fundamentais para políticas públicas inclusivas. As narrativas coletivas apontam para a necessidade de integrar saberes tradicionais em projetos de desenvolvimento regional, garantindo a preservação do patrimônio imaterial e natural. Os resultados não apenas validam a importância das rodas de conversa na pesquisa qualitativa, mas também provocam visões hegemônicas sobre melhoria, sugerindo um modelo que harmonize resistência cultural, justiça social e sustentabilidade no Extremo Sul da Bahia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar as pesquisas deste capítulo, observa-se que, neste estudo, apresentamos a luta da Comunidade Quilombola no Extremo Sul da Bahia, na qual a Comunidade Arara, descendentes de quilombolas, é o objeto principal. Para tanto, foram selecionados temas e categorias que julgamos relevantes, com ligações à comunidade e aos moradores descendentes do município de Teixeira de Freitas - BA. A reflexão das narrativas representa a força coletiva do negro, sua resistência, a luta pela preservação cultural, a partir da perspectiva decolonial.

Cabe ainda considerar que as Comunidades Quilombolas no Extremo Sul da Bahia conseguiram manter atuantes em benefício das melhorias sociais, culturais, como também permitiu compreender, por meio das narrativas das primeiras famílias negras teixeirenses, como suas trajetórias históricas estão fortemente entrelaçadas com a formação socioambiental do Extremo Sul da Bahia.

A utilização das Rodas de Conversa como metodologia principal revelou-se fundamental para acessar memórias coletivas, muitas vezes invisibilizadas, destacando a importância da oralidade na preservação de saberes tradicionais. Essa abordagem participativa não apenas facilitou a reconstrução de experiências vividas, mas também evidenciou o papel ativo das comunidades quilombolas na construção de conexões equilibradas com o meio ambiente, solidificando práticas ancestrais de manejo sustentável dos recursos naturais.

A Análise de Conteúdo das narrativas demonstrou que a identidade cultural dessas comunidades é inseparável do patrimônio natural local. As histórias compartilhadas reforçaram que práticas culturais e a conservação dos recursos naturais são expressões de um saber ambiental enraizado, transmitido entre gerações. Esses elementos não apenas sustentam a aceitação social, mas também representam estratégias de resistência frente a exemplos de desenvolvimento excludente, que frequentemente ameaçam tanto a biodiversidade quanto aos modos de vida tradicionais.

Um aspecto crítico identificado foi a resistência histórica dessas comunidades às pressões socioeconômicas, quanto à expansão de monoculturas, como, por exemplo o plantio de eucalipto e a produção agropecuária, traz conflitos internos e externos para a desigualdade social e econômica. As narrativas destacaram como essa resistência se articula em duas dimensões: a preservação cultural e a defesa territorial. A luta pelo reconhecimento de territórios quilombolas, por exemplo, surge não apenas como uma demanda por direitos, mas como uma condição essencial para a manutenção de práticas socioambientais sustentáveis. Essa

vinculação entre terra, cultura e ambiente reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam a correlação entre justiça social e conservação ambiental.

Nesse sentido, o estudo aponta para a necessidade de um reconhecimento institucional mais efetivo, capaz de integrar as vozes dessas comunidades em processos decisórios. A histórica marginalização desses coletivos reduz sua participação em discussões sobre o desenvolvimento regional, perpetuando ciclos de exclusão. A pesquisa indica que o reconhecimento de suas práticas pode motivar modelos alternativos de desenvolvimento, que se adaptem ao crescimento econômico, igualdade e sustentabilidade.

A escolha por metodologias qualitativas e participativas, como a observação direta e as entrevistas, mostrou-se adequada para capturar a complexidade dessas relações. Ao priorizar a escuta ativa nas Rodas de Conversas, a pesquisa consentiu que a própria comunidade abordasse de forma mais espontânea as suas narrativas. Isso não apenas enriqueceu a análise, mas também contribuiu para um processo de autonomia coletiva, fortalecendo a autoestima e a reivindicação de direitos e mostrando a sua importância para o desenvolvimento social, econômico e político da região.

Cabe ressaltar que o engajamento dos jovens e o fortalecimento do discernimento de comunidade e identidade entre os membros são resultados esperados que contribuirão para a adesão e a conexão social. A pesquisa não apenas registra a história da comunidade quilombola Arara, mas também enaltece sua resiliência, sua resistência, luta por direitos e a diversidade cultural que a representa.

Por fim, o capítulo reforça que a preservação do patrimônio cultural e natural do Extremo Sul da Bahia depende, de maneira eminente, do respeito à autonomia e aos saberes das comunidades quilombolas, cujas histórias de resistência continuam a inspirar escolhas viáveis para um desenvolvimento realmente inclusivo e sustentável.

Em síntese, a pesquisa sobre a comunidade quilombola Arara em Teixeira de Freitas, Bahia, representou um valor significativo para registrar e preservar a herança cultural e histórica dessa comunidade. Por meio da coleta de narrativas dos moradores mais antigos, tanto da comunidade quanto dos moradores descendentes de quilombolas na cidade de Teixeira reconhecer relatos e vivências, as quais buscou corroborar a essência da identidade afro-brasileira, mas também assegurar que essas histórias sejam acessíveis a todos da comunidade e localidade do entorno.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Maria Lúcia M. & ABADE, Flávia. **Para reinventar as Rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008. Publicação eletrônica.

ALBERTI, Verena. **Fontes Orais**. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas* (org.). São Paulo: Contexto, 2005.

ABREU, Eduardo Luis Biazzi de. **Identidade cultural**: Comunidades quilombolas do extremo sul da Bahia em questão. *Revista África e Africanidades* - Ano 2 - n. 8, fev. 2010 - ISSN1983-2354. www.africaeaficanidades.com.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 30 de janeiro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 30 de janeiro de 2025.

BRASIL, **Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Brasília, 20 de novembro de 2003; 182o da Independência e 115o da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 04 de jun. de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/constituicao-federal/a-constituicao-federal>. Acesso em 04 de jun. de 2024.

MARQUESE, Rafael Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil**: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. São Paulo: Novos Estudos, CEBRAP, 74, p. 107-123, Março de 2006.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales Editorial Editor, 2005.

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 14–39, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362>. Acesso em: 4 nov. 2024.

HOOJI, Frei Elias, OFM. **Os desbravadores do Extremo Sul da Bahia: História da presença franciscana nessa região – raízes e frutos**. – Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011, 108p.

MOURA, Adriana. Ferro; LIMA, Maria Glória. **A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível**. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 14 nov. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo, 2ª ed. (Brasília/ Rio: Fundação Cultural Palmares/ OR Editora, 2002).

SOUZA, Barbara Oliveira. A luta quilombola em movimento. **Revista Teoria e Debate. Edição 214 - 12/11/2021**. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2021/11/12/a-luta-quilombola-em-movimento/>. Acesso em 19 de out. 2024.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção de “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. – São Paulo: EDUC/FAPESP; Rio de Janeiro: Pallas, 2020, 176p.

WAGMACKER, Sthéphi Lubki, & Oliveira, Melissa Ramos da Silva (2022). **Preservação patrimonial em áreas de urbanização dispersa** (Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil). PatryTer, 5(9), 88–103. <https://doi.org/10.26512/patryter.v5i9.35449>.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimidade de uma nova perspectiva**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

XAVIER, Uribam. **América Latina no século XXI: As resistências ao padrão mundial de poder**. Ed. Editora, 2024.

SITE

13 de maio: **Dia de História, Luta e Legado que corre no sangue Afro-brasileiro**, Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas, 2021. Disponível em: <https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/13-de-maio-dia-de-historia-luta-e-legado-que-corre-no-sangue-afro-brasileiro>. Acesso em 15 de nov. de 2024.

7 DISCUSSÕES GERAIS

Esta seção fará a correlação entre os artigos apresentados e suas conclusões no discorrer da escrita desta dissertação. Nesse sentido, é importante considerar a interconexão entre a história das famílias, as narrativas das primeiras famílias, as práticas culturais e as resistências que contribuíram para o desenvolvimento socioambiental e econômico na região do Extremo Sul.

A história das famílias na Comunidade Quilombola Arara e na Fazenda Cascata é fundamental para entender a formação da identidade no Extremo Sul da Bahia. As comunidades quilombolas, como a Arara, têm uma história relevante de resistência e preservação cultural, que se entrelaça com a história da Fazenda Cascata. A análise dessas histórias pode revelar como as relações familiares e comunitárias moldaram a identidade local, influenciando práticas culturais e econômicas.

Este estudo, apresentou algumas das abordagens mais importantes discutidas nessa dissertação sobre o colonialismo, comunidades quilombolas, decolonialidade, relações socioambientais, bem como os pontos de vista teóricos de pós-colonial; destaque como Edward Said de e Krishna (pós- colonialismo na construção do conhecimento pós-colonial; Quijano, Mignolo, Dussel entre outros sobre conceitos de decolonialidade do poder, do ser e colonialidade.

Além disso, discutiu sobre os estudos pós-coloniais e decoloniais sobre conceitos subjetivos como racismo, resistência, entre outros. Finalmente, abordou as relações socioambientais sob a perspectiva da sustentabilidade, da interação entre a natureza e o ser humano, sob uma perspectiva de colonial e pós-colonial, focada na desconstrução das estruturas de poder.

Para a abordagem sobre a decolonialidade foram apresentados os seguintes autores: Anibal Quijano que discute sobre a Colonialidade do poder; Ernesto Dussel que trata da filosofia da libertação; Immanuel Wallerstein que traz a teoria do sistema-mundo, e Mignolo aborda a colonialidade entre outros teóricos. Já para a abordagem do pensamento negro, têm-se os clássicos já produzidos, como os de Frantz Fanon, Aime Cásare, João José Reis, como tantos outros, para falar de resistência, comunidades quilombolas, quilombos.

Diante de toda à abordagem apresentada nesta dissertação, as discussões de comunidades quilombolas, resistência, decolonialidade e as relações socioambientais, podem trazer contribuições para uma melhor compreensão destas narrativas, principalmente saber da importância da comunidade Arara, descendentes de quilombolas no Extremo Sul da Bahia, em

específico na cidade de Teixeira de Freitas. Veja no Quadro abaixo, os principais pontos analisados, refletidos e compreendidos nos capítulos escritos na dissertação.

Quadro 8– Síntese dos capítulos da Dissertação.

CAPÍTULO	OBJETIVOS	CONSIDERAÇÕES /CONCLUSÕES
I - Vozes silenciadas, histórias reconstruídas: as famílias negras pioneiras e a luta pela memória no Extremo Sul da Bahia.	Identificar as relações entre a história das famílias na Comunidade Quilombola Arara e a Fazenda Cascata na formação da identidade do Extremo Sul da Bahia;	Explora as relações entre a história das famílias na Comunidade Quilombola Arara e a Fazenda Cascata, destacando como essas histórias contribuem para a formação da identidade do Extremo Sul da Bahia. A herança africana, a miscigenação cultural, a relação com o território e as práticas socioambientais são elementos fundamentais que moldam a identidade quilombola e contribuem para a preservação da cultura e da biodiversidade na região. A luta pela memória e pela resistência é uma ação contínua que fortalece a coesão comunitária e a identidade cultural, garantindo a sobrevivência e o reconhecimento dessas comunidades.
II-Vivências, Memórias e Narrativas da Comunidade Quilombola Arara em Teixeira de Freitas	Analisar as narrativas das primeiras famílias e como as mesmas contribuíram nas relações socioambientais, no Extremo Sul da Bahia, especificamente em Teixeira de Freitas; Avaliar as estratégias econômicas e	As famílias pioneiras desempenharam um papel significativo nas relações socioambientais do Extremo Sul da Bahia, e suas narrativas e experiências são fundamentais para a compreensão e o desenvolvimento sustentável da

	socioculturais desenvolvidas pela Comunidade Quilombola Arara ao longo do tempo e sua influência na economia local do Extremo Sul da Bahia.	região. A metodologia utilizada foi eficaz na tomada e análises dessas informações, destacando a importância de abordagens qualitativas na pesquisa socioambiental. As estratégias da Comunidade Arara integram resiliência cultural e inovação econômica, tornando-a um ator-chave para a economia local do Extremo Sul da Bahia.
--	---	--

Fonte: Elaboração Própria, (2024).

Considera-se que neste quadro estão as questões principais que permearam todo o percurso deste estudo. A partir da perspectiva da decolonialidade e resistência da comunidade quilombola, demonstra que resistência cultural e desenvolvimento econômico podem coexistir, ou seja, caminhar lado a lado influenciando políticas públicas locais e servindo de exemplo para outras regiões. Suas práticas reforçam a importância de territórios quilombolas como pilares de sustentabilidade e justiça social no Extremo Sul da Bahia.

Os resultados deste estudo indicam ser necessário implementar políticas públicas que busquem o reconhecimento de fato da Comunidade Arara, como descendentes de quilombolas, pois só os senhores mais idosos se reconhecem como descendentes de quilombolas, enquanto os jovens não se colocam neste lugar. E, então, surge um questionamento: por que os jovens dessa comunidade não veem como descendentes de quilombola e/ou essa é uma comunidade quilombola?

Outro ponto a ser destacado é sobre a participação das primeiras famílias negras na construção do desenvolvimento econômico e social no Extremo Sul da Bahia principalmente em Teixeira de Freitas, mas que são invisibilizadas em todo contexto de desenvolvimento e crescimento do município, sendo a elite os detentores da construção histórica, econômica, política, social e cultural da cidade. Nesse sentido, uma categoria de destaque no decorrer dos capítulos foi sobre o silenciamento das primeiras famílias negras na construção histórica, identitária, econômica, política do município.

No entanto, foi percebido que tanto a Fazenda Cascata quanto a Comunidade Arara, participaram na construção da identidade, da história relacionadas as influências econômicas e das relações sociais que permearam todo o contexto da pesquisa, bem como se pode perceber que ambas contribuíram para o desenvolvimento social, econômico, cultural da região do extremo sul baiano.

Percebe-se que, ainda no Brasil, a fragilização das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas existe e é preciso serem melhoradas para assim atender às demandas que as comunidades necessitam, principalmente com relação à efetivação dos direitos à terra.

Nesse sentido, a luta das comunidades quilombolas por seus direitos e por sua identidade é histórica e política. No caso da Comunidade Quilombola Arara, objeto desta pesquisa, ainda não tem o reconhecimento oficial como comunidade quilombola, ou seja, a garantia dos direitos sociais, territoriais e acesso à Políticas Públicas, e resistência pela garantia dos seus direitos, mesmo com as conquistas nos últimos anos.

É relevante pontuar que, no Brasil, a situação atual dos quilombolas ainda é de luta e resistência pela garantia dos seus direitos, mesmo com as conquistas nos últimos anos. Mas, ainda muitas formas de invisibilidades com relação aos direitos na realidade prática das comunidades quilombolas, como são os desafios que as comunidades tradicionais enfrentam como a realidade socioeconômico, o acesso limitado à educação de qualidade, serviços de saúde e a falta de oportunidades de emprego, principalmente pelo fato de morar em zonas rurais. Ou seja, direito dos quilombolas como direito de existir e viver, bem como a preservação de suas culturas, costumes e tradições, garantidas como um direito fundamental dos povos quilombolas.

Desse modo, os capítulos desta pesquisa trouxeram abordagem na perspectiva decolonial em que tratou de temas como memória, resistência, relações socioambientais e comunidade quilombola entre outros, partindo das experiências e relatos dos participantes, bem como o olhar sobre as colonialidades que fundamentam a estrutura de poder.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão destacou a relevância e a necessidade de reconhecer comunidades tradicionais como atores fundamentais na história e no desenvolvimento da região do Extremo Sul da Bahia, bem como sujeitos históricos.

O Extremo Sul da Bahia, espaço de rica diversidade cultural e biológica, onde as comunidades tradicionais, como a Comunidade Quilombola Arara, desempenham um papel determinante na conservação da história e dos ecossistemas locais. A valorização desses grupos é essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável e da inclusão social. Além disso, exercem um papel fundamental na construção da identidade local e na preservação do patrimônio natural e cultural.

A Comunidade Quilombola Arara, situada no Extremo Sul da Bahia, no município de Teixeira de Freitas (BA), surge como um exemplo claro da interseção entre diversidade cultural e conservação ambiental. Sua importância transcende a preservação das tradições e da identidade local, destacando-se também na conservação sustentável dos recursos naturais locais. Desse modo, a valorização dos conhecimentos e práticas dessa comunidade é decisiva, não apenas para a compreensão social, mas também para a promoção de um desenvolvimento que respeite e integre as dimensões culturais e ambientais.

A história e as estratégias enfrentadas pela Comunidade Quilombola Arara (Ou Comunidade Arara, descendentes de quilombolas) ressaltam a necessidade de políticas e iniciativas que reconheçam e fortaleçam sua contribuição única para o patrimônio natural e cultural da região. Assim sendo, apoiar e promover a visibilidade desses grupos é um passo fundamental para garantir um futuro sustentável e equitativo, onde a riqueza cultural e a preservação ambiental caminham juntos, na mesma direção.

A contribuição desta pesquisa visa à preservação ambiental, à manutenção da biodiversidade, à conservação de saberes antigos e à promoção de práticas sustentáveis, com estratégias integradas que envolvem a educação, engajamento comunitário e políticas eficazes. Além disso, o estudo enfatiza a importância de valorizar e incluir essas comunidades na tomada de decisões políticas e ambientais, garantindo seus direitos e reconhecendo seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Os resultados obtidos pretendem contribuir para o reconhecimento das comunidades tradicionais quilombolas como sujeitos históricos, sendo essencial para a compreensão da identidade cultural e do patrimônio natural da região, bem como para o fortalecimento de suas

vozes e a garantia de seu futuro, buscando as interações entre práticas culturais e resistências no contexto do desenvolvimento socioeconômico local.

Como perspectiva futura, propõe-se a ampliação de estudos interdisciplinares que integrem história ambiental, antropologia cultural e ecologia política. Essa abordagem permitiria aprofundar a análise das dinâmicas entre cultura, natureza e poder, além de subsidiar ações mais assertivas na defesa de territórios tradicionais

Quanto as principais implicações desta pesquisa, está voltada as contribuições teóricas no que diz respeito ao reconhecimento das comunidades quilombolas como sujeitos históricos na construção da história socioambiental da região. E, como perspectiva futura, propõe-se a ampliação de estudos interdisciplinares que integrem história ambiental, antropologia cultural e ecologia política e as práticas tradicionais como estratégias de conservação Ambiental e resistência política.

Já com relação as contribuições práticas, tratam da valorização dos conhecimentos e práticas dessa comunidade como decisiva, não apenas para a compreensão social, mas também para a promoção de um desenvolvimento que respeite e integre as dimensões culturais e ambientais. Outro ponto é a relevância para o Extremo Sul da Bahia na construção da identidade local e na preservação do patrimônio natural e cultural. E para a necessidade de políticas e iniciativas que reconheçam e fortaleçam sua contribuição única para o patrimônio natural e cultural da região.

E por fim, o retorno à comunidade: Aprovação do projeto PROEX com encontros de divulgação na comunidade e em Teixeira de Freitas, Publicação do livro com recurso já aprovado e artigo aceito na UNEB com publicação em periódico após apresentação no III Congresso de Extensão Universitária da Universidade do Estado da Bahia (CEU/UNEB).

No que tange as fragilidades desse trabalho são referentes a questões de titularização das terras, de uma continuidade do legado da comunidade, pois as pessoas que levam essa história adiante já estão idosas e não veem em seus descendentes jovens a perspectiva de dar continuidade a essa história e memória. Ou seja, pelo que se percebe dos entrevistados, eles autoafirmam uma comunidade de descendentes de escravizados, mas os mais novos não aderem a esta história.

Portanto, as principais contribuições da Comunidade Quilombola Arara para a formação socioeconômica do Extremo Sul da Bahia são multifacetadas e significativas. Primeiramente, a comunidade desempenha um papel fundamental na construção da identidade cultural da região, refletindo suas tradições, histórias e modos de vida que resistem às estruturas coloniais. Além

disso, as famílias da Comunidade Quilombola Arara têm promovido práticas sustentáveis, contribuindo para relações socioambientais harmoniosas e respeitadas com o meio ambiente. Ao longo do tempo, a comunidade desenvolveu diversas estratégias econômicas e socioculturais que não apenas sustentam sua economia local, mas também fortalecem a coesão social e a resistência cultural. Por fim, a luta política e a organização cultural dos povos tradicionais, como a Comunidade Quilombola Arara, têm sido essenciais para a reivindicação de direitos e a preservação de suas terras e modos de vida, consolidando sua importância na dinâmica socioeconômica da região.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Eduardo Luís Biazzi de. Identidade cultural: Comunidades quilombolas do extremo sul da Bahia em questão. **Revista África e Africanidades** - Ano 2 - n. 8, fev. 2010 - ISSN 1983-2354. www.africaeffricanidades.com.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**. – Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil** – Salvador: centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 18 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL, **Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias., Diário Oficial da União, Brasília, DF, Brasília, 20 de novembro de 2003; 182o da Independência e 115o da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 04 de Jun de 2024.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/constituicao-federal/a-constituicao-federal>. Acesso em 04 de jun. de 2024.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA Nº 01, de 08/03/1990.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Povos e Comunidades Tradicionais, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em 24 jun.de 2024.

CARMO, Bougleux Bonjardim da Silva. Marcadores discursivos, articulação narrativa e memória dos velhos de Arara em Teixeira de Freitas (BA). **Líng. e Instrum. Linguíst., Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 92-119, jul./dez., 2023**. <https://doi.org/10.20396/lil.v26i52.8673702>. Acesso em 21 de jun de 2024.

CARMO, Bougleux Bonjardim da Silva; COELHO, Lilian Reichert. **NAS TRILHAS E NARRATIVAS DE ARARA: Memórias de uma Comunidade com Remanescentes Quilombolas em Teixeira de Freitas (Ba)**. Conexão Letras, Porto Alegre, v. 16, n. 26, p. 323-355, jul.- dez. 2021. E-ISSN 2594-8962. DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2594-8962.117264>

CARMO, Bougleux Bomjardim da Silva. Análise narrativa e memória social: retratos em pequenas histórias da comunidade Arara em Teixeira de Freitas (BA) **Revista Investigações, Recife, v. 34, n. 2, p. 1 - 31, 2021** <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/index> . Acesso em 21 de jun. de 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**; tradução Luciano Vieira Machado, - 6. ed. – São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.
- DAL MONTE FIGUEIREDO, Marina. **Patrimônio Cultural em Ambiente Natural: A Experiência de Uso Público do Sítio Histórico Fazenda Cascata**, 2022. 95pp. Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas
- GIL, Antônio Carlos. Como **Elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**; tradução de Lúcia Matilde Endlich Orth. 11. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. – 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, n. 10 de dezembro de 1993. P.7-28.
- MOREIRA, Ramom Pereira de Jesus; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira; FRAGA, Estefânia Knotz Canguçu. Entre Memórias e Conflitos: A Comunidade Negra Rural de Helvécia e o reconhecimento como Remanescente Quilombola (2002 – 2018). **Projeto História, São Paulo, v. 71, pp. 239-268, mai.-ago., 2021**. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v71p239-268>.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. DOI 10.17666/329402/2017. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 32 Nº 94**
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. 2017, v. 32, n. 94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – **Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34**, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; ARAUJO, Maria Aparecida Carvalho de. Pesquisa Científica: conceitos básicos. Id on Line **Revista de Psicologia, fevereiro de 2016, vol.10, n.29. p. 144-151**.ISSN 1981-1179.
- QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales Editorial Editor, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 513p.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e Decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da faculdade de pelotas (UFPel)**, v. 05, n. 1, jan. - jul., 2019 ISSN/ - 2448 – 3303

WORSTER, Donald. Transformações da Terra: Para uma Perspectiva Agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade - Vol. V - n o 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - n o 1 - jan./jul. 2003.**

SITE:

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Disponível em: ([https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/oordenação-nacional-de-articulacao-das-comunidades-negras-rurais-quilombolas-\(conaq\)](https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/oordenação-nacional-de-articulacao-das-comunidades-negras-rurais-quilombolas-(conaq))).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Parecer consubstanciado sobre o projeto, emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Sul da Bahia

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTERSEÇÕES ENTRE DECOLONIALIDADE, CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA: AS NARRATIVAS DAS FAMÍLIAS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Pesquisador Responsável: MARLI SOUZA SILVA MASCARENHAS

Área Temática: Versão: 1

CAAE: Submetido em: 17/07/2024

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

Situação da Versão do Projeto: Em Recepção e Validação Documental

Localização atual da Versão do Projeto: Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

Versão em Tramitação (PO) - Versão 1

Projeto Original (PO) - Versão 1

Documentos do Projeto

Folha de Rosto - Submissão 1

Informações Básicas do Projeto - Subm

Outros - Submissão 1

Projeto Detalhado / Brochura Investigac

TCLE / Termos de Assentimento / Justif

Apreciação 1 - Universidade Federal do Su

Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	MARLI SOUZA SILVA MASCARENHAS	1	17/07/2024	17/07/2024	Em Recepção e Validação Documental	Não	

ANEXOS

ANEXO A- TERMO DE ANUÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA



Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “INTERSECÇÕES ENTRE DECOLONIALIDADE, CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA: AS NARRATIVAS DAS FAMÍLIAS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA”, sob a coordenação e a responsabilidade do (a) Prof (a). Débora Schmitt Kavalek da Universidade Federal do Sul da Bahia, o qual será realizado na Comunidade Quilombola Arara, em Teixeira de Freitas- BA.

Teixeira de Freitas, 13 de julho de 2024.

Reginaldo da Anunciação Pereira

ANEXO B-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) – Campus Paulo Freire Instituto de
 Humanidades, Artes e Ciências – IHAC
 Centro de Formação em Ciências da Saúde – CFCS Centro de Formação em
 Desenvolvimento Territorial – CFDT
 CNPJ: 18.560.547/0001-07

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: INTERSECÇÕES ENTRE DECOLONIALIDADE, CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA: AS NARRATIVAS DAS FAMÍLIAS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Pesquisador Responsável: Marli Souza Silva Mascarenhas

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Responsável legal (quando for o caso):

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “INTERSECÇÕES ENTRE DECOLONIALIDADE, CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA: AS NARRATIVAS DAS FAMÍLIAS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA”, de responsabilidade do (a) pesquisador (a) Marli Souza Silva Mascarenhas. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por ... Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se pelo caráter exploratório, por permitir o levantamento bibliográfico e o uso das entrevistas de pessoas com vivência acerca dos objetivos investigados, neste caso, membros da Comunidade Quilombola Arara, para averiguar sua importância no processo de identidade e das relações socioambientais no extremo sul da Bahia, especialmente no município de Teixeira de Freitas. Será utilizada também a pesquisa descritiva, por envolver características de uma população com uma amostra

simples de membros moradores da Comunidade Quilombola Arara e moradores descendentes das famílias negras pioneiras do município de Teixeira de Freitas (BA), que estão ou estiveram envolvidas com esta comunidade. Desse modo, adota-se para a coleta de dados, o uso de entrevistas e observação para o levantamento das informações, dados e narrativas. Com um público alvo entre variada entre 40, 60 e 90 anos (descrever as finalidades, justificativa e objetivos em linguagem clara e acessível e com estratégias mais apropriadas à cultura, faixa etária, etc);

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em participação direta em campo para coleta dos dados por meio das observações diretas e das entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas para análise dos resultados obtidos. Na observação direta, os dados serão obtidos com a pesquisa de campo com anotações em caderno de registro, fotografias, conversas informais sobre o problema investigado. Já em relação às entrevistas será elaborado um roteiro a ser utilizado no momento das entrevistas semiestruturadas. (detalhe aqui a metodologia da pesquisa de forma adequada e compreensível ao público alvo, incluindo local de realização das entrevistas, sua duração, quem as fará, quem estará presente, conteúdo das entrevistas, entre outras informações relevantes como, por exemplo, se haverá registro de áudio, de vídeo ou imagem).

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de ... (descrever os possíveis riscos) que serão minimizados ... (descrever de que forma).

4. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo ... (descrever o(s) benefício(s) diretos e/ou indiretos que a pesquisa trará);

5. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de (descrever uma média, frequência, tempo de duração de cada encontro e número de vezes que deverá retornar ao serviço).

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.

8. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde

9. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

10. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

11. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Marli Souza Silva Mascarenhas, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (73) 9- 8835-9383, e-mail: marli.mascarenhas@gfe.ufsb.edu.br, com os pesquisadores.

Eu, _____, RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa
acima descrito.

Teixeira de Freitas, 11 de julho de 2024.

Assinatura do participante

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Rubrica do pesquisador: _____.

Rubrica do participante: _____.

ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS APLICADO NAS RODAS DE CONVERSAS

O questionário será com perguntas abertas, sendo que se trata de entrevista semiestruturada, pois segue um roteiro de perguntas previamente estabelecidas, mas que pode ocorrer também perguntas espontâneas no momento das entrevistas.

Dessa maneira, o roteiro para a entrevista compreende as seguintes perguntas:

- 1 - Qual é a visão da/o senhor/a sobre o processo de construção da história de Teixeira de Freitas e a contribuição das primeiras famílias de descendentes quilombolas no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da região?
- 2 - Quais são os exemplos de práticas socioambientais realizados pela comunidade e quais foram os maiores desafios enfrentados no decorrer dos anos?
- 3 - Como são ou foram as relações entre a Comunidade Arara e a Fazenda Cascata na construção da identidade local ao longo do tempo?
- 4 - Como o/a senhor/a vê o silenciamento da história das famílias negras pioneiras no município de Teixeira de Freitas?
- 5 - Como o senhor se lembra da vida na comunidade quando jovem?
- 6 - Quais os conselhos os senhores dariam para as gerações mais jovens para manterem a cultura e a resistência da comunidade?¹

^[1]Foi usado esse termo para nomear as narrativas imaginárias contadas, neste caso foi para representar as experiências e vivências no local de pertença narrado pelos sujeitos da pesquisa realizada por Carmo e Coelho (2021, p. 325-326).

^[2] São conceitos utilizados por Walter D. Mignolo (2017, p. 9) para descrever a evolução da matriz colonial de poder (MCP) em relação ao controle epistêmico e político. A teopolítica refere-se à época em que a teologia cristã era a base do conhecimento e do poder, quando a preocupação era o controle da alma através da conversão e da missão civilizatória. A egopolítica, por outro lado, surge com o secularismo e a centralização do ego, onde o homem e a razão são colocados no lugar de Deus. Ou seja, na visão de Walter D. Mignolo são vistas por Mignolo como forças que se unem para manter o controle da MCP, embora em diferentes momentos históricos e com diferentes estratégias. A teopolítica é associada ao controle da alma e à salvação, enquanto a egopolítica está relacionada ao controle do corpo e à eficiência, especialmente na era das corporações e da tecnologia (2017, p.14).

^[3]Capítulo publicado no livro: Relações, conflitos socioambientais e respostas multidirecionais: contribuições interdisciplinares. / Organizadoras: Guineverre Alvarez; Cristina Grobério Pazó; Luziléa Brito de Oliveira. –Porto Seguro:UFSB, 2024. O referido capítulo está conforme foi publicado no livro, portanto, segue suas normas de publicação.

^[4] No contexto tradicional quilombola, guarda-freira é uma figura importante dentro da organização social da comunidade. O termo pode ter variações de acordo com a região, mas, de modo geral, ele se refere a uma pessoa que exerce a função de zeladora ou protetora dos valores, tradições e práticas culturais do quilombo. A guarda-freira pode ser responsável por preservar conhecimentos ancestrais, como saberes sobre plantas medicinais, rituais religiosos, ou até mesmo a educação das crianças e jovens da comunidade.

Além disso, em algumas tradições, o termo também pode estar relacionado à uma função religiosa, com a pessoa sendo uma espécie de guardião espiritual, cuidando dos aspectos sagrados da vida no quilombo, como festas, rituais de passagem e cultos.